

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
ECONOMIA POLÍTICA

Ernesto Augusto Moura

A ATUALIDADE DA PRODUÇÃO TEÓRICA DE MARIA DA
CONCEIÇÃO TAVARES

Orientador: Prof. Dr. Antônio Carlos de Moraes

SÃO PAULO
2013

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
ECONOMIA POLÍTICA

Ernesto Augusto Moura

A ATUALIDADE DA PRODUÇÃO TEÓRICA DE MARIA DA
CONCEIÇÃO TAVARES

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Economia Política-PUC/SP, para obtenção do título de MESTRE EM ECONOMIA, sob orientação do Prof. Dr. Antônio Carlos de Moraes.

SÃO PAULO
2013

BANCA EXAMINADORA

Autorizo exclusivamente para fins acadêmicos e científicos a reprodução total ou parcial desta Dissertação por processos fotocopiadores ou eletrônicos, para consulta pública e utilização como referência bibliográfica desde que citada com referência de autoria, respeitados os termos da legislação vigente sobre direitos autorais.

São Paulo, __ de _____ de 2013 .

Assinatura: _____

*A meus pais, Abílio e Maria, portugueses de raça,
Ardorosos na fé e de muita batalha.*

*E também dedico à Izabella Pereira Moura, o fruto mais lindo
desta minha vida.*

À Minha esposa, Maria Cristina, meu Amore.

AGRADECIMENTOS

Enormes foram as contribuições de muitas pessoas que colaboraram para que fosse finalizada esta dissertação. Gostaria de registrar, a todos, meus agradecimentos.

Em primeiro lugar, reconheço a força de Deus que iluminou este caminho e me deu, nesta vida, a possibilidade e a felicidade de realizar esta vontade.

Pela paciência, amor, apoio e muitas compreensões nos dias e horas em que estive ausente, e que em muitas dificuldades e pedras no caminho que se apresentaram para mim neste trabalho, Cristina sempre foi a força e o apoio de nunca parar, não desanimar e seguir sempre em frente. Obrigado Maria Cristina, meu amore!

Claro, não pode faltar também o imenso agradecimento que tenho para o meu orientador, Antônio Carlos de Moraes, sempre paciente, atencioso, e claro, muita, mas muita paciência de Jó para procurar compreender o raciocínio, palavras, frases e demais incongruências desta dissertação.

Para os meus pais, D. Maria e Sr. Abílio, que merecem todos os agradecimentos por estarem presentes nesta vida e nesta oportunidade.

E a todos os amigos, companheiros de sala de aula, pelas várias discussões que me ajudaram a melhorar e elaborar as ideias deste trabalho.

Não podia deixar de anotar aqui e agradecer, de forma muita imensa, a contribuição de Luiz Eduardo de Camargo Nascimento, pois sem dúvida nenhuma, se não fosse a sua ajuda, nada teria sido realizado.

Homenagem a Maria da Conceição Tavares:

"Parabéns, Professora Maria da Conceição Tavares, muitos anos de vida!

Necessito de você! O Brasil sempre necessitará de você! O País não tem como fazer a substituição dessa importação de Portugal!"

Frase de: Fernando Nogueira da Costa.

RESUMO

Esta dissertação tem como principal objetivo, analisar a trajetória intelectual da economista Maria da Conceição Tavares, perpassando os seus principais ensaios desde 1963, quando produziu o seu primeiro ensaio “Auge e declínio do processo de substituição de importações”, passando pela análise dos processos de acumulação de capital e industrialização no Brasil, que marcou duas principais obras da autora, a primeira como tese de professora livre-docente da UFRJ sob o título *Acumulação de capital e industrialização no Brasil (1974)* e a segunda tese de professora titular também defendida na UFRJ, intitulada *Ciclo e crise: o movimento recente da economia brasileira (1978)*. A partir dos anos 1980, Tavares segue suas reflexões agora sob o prisma de uma visão contextual da economia política internacional, onde avança diversos ensaios que procuraram analisar as principais causas e consequências da globalização financeira e tece uma série de críticas às políticas neoliberais, principalmente aplicadas na economia brasileira pós anos 1990.

Palavras-chave: substituição de importações, acumulação de capital e industrialização, estruturas de concentração de mercado, Estado, globalização financeira e hegemonia americana.

ABSTRACT

This work has as main objective to analyze the trajectory of intellectual economist Maria da Conceição Tavares, passing its main tests since 1963, when he produced his first essay “Heyday and decline of the process of import substitution”, through analysis of the processes of capital accumulation and industrialization in Brazil, who scored two major works of the author, as the first thesis professor at UFRJ under the title of capital accumulation and industrialization in Brazil (1974) and the second thesis professor also defended at UFRJ, titled Cycle and crisis: the recent movement of the Brazilian economy (1978). From the 1980s, Tavares continues his reflections now through the prism of a contextual view of international political economy, where advances various trials that have examined the main causes and consequences of financial globalization and weaves a series of critiques of neoliberal policies, especially applied the brazilian economy after the 1990s.

Keyword: import substitution, capital accumulation and industrialization, concentration of market structures, State, financial globalization and american hegemony.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	10
1	A QUESTÃO DA INDUSTRIALIZAÇÃO E O PROCESSO DE SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES NAS DÉCADAS DE 1950 E 1960 NA VISÃO DE MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES.....	17
1.1	O processo de substituição de Importações segundo Maria da Conceição Tavares e as interpretações da CEPAL.....	18
1.2	Teoria da dependência e estagnação econômica da América Latina.....	26
1.3	O processo de substituição de importações e os modelos de desenvolvimento na América Latina.....	35
1.4	Estagnação ou crise? Considerações sobre o ensaio “Além da estagnação”.....	50
1.5	A questão do financiamento da economia brasileira na década de 1960: sua natureza e contradições.....	64
2	O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL, ACUMULAÇÃO DE CAPITAL E O CICLO DE CRESCIMENTO E SUAS CRISES NO PENSAMENTO DE MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES.....	73
2.1	Problemas de acumulação de capital, distribuição de renda e progresso técnico em estruturas produtivas oligopolizadas.....	76
2.2	A industrialização brasileira: uma tentativa de reinterpretação.....	96
2.3	A questão da industrialização do Brasil, ciclos endógenos de expansão e crise na visão de Maria da Conceição Tavares.....	108
2.4	A esquizofrenia do dinheiro.....	122
3	A ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL E A HEGEMONIA DO	

	IMPÉRIO AMERICANO NO PENSAMENTO DE MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES.....	132
3.1	A hegemonia da economia americana e as formas da diplomacia do dólar: da crise do final dos anos 1970 à era da globalização financeira anos nos 1990.....	133
3.2	Poder e dinheiro: a economia política internacional no pensamento econômico de Maria da Conceição Tavares no último quarto de século.....	146
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	170
	BIBLIOGRAFIA.....	187

INTRODUÇÃO

A maior homenagem que se pode fazer a um intelectual é reconhecer a atualidade e a fecundidade permanentes do seu pensamento, sua capacidade demonstrada de analisar e antecipar os acontecimentos, captando as tendências estruturais e de longo prazo da história, e de provocar, de forma permanente, o pensamento de seus contemporâneos. Isto é o que se pode dizer da obra intelectual de Maria da Conceição Tavares que soube ser sempre fiel à sua própria convicção e visão de mundo¹.

O ponto de partida para se entender as contribuições de Maria da Conceição Tavares deve ser o reconhecimento de que ela forma um corpo analítico específico, aplicável às condições históricas da periferia latino-americana sua fase inicial de produção teórica.

A extraordinária força explicativa de Maria da Conceição Tavares que permeou seus estudos, ensaios e obras, nasce de uma fértil interação: por um lado um método essencialmente histórico e indutivo, e por outro, uma referência abstrata e teórica própria, a teoria estruturalista do subdesenvolvimento periférico latino-americano.²

¹ Poderíamos aqui discorrer sobre a trajetória de economista e de professora e sua militância política e, sobretudo, falar um pouco sobre as suas raízes, como portuguesa, nascida num pequeno povoado perto de Anadia, no seio de uma família pequeno-burguesa dividida pelas lutas intestinas que desse o século XIX opunham realistas miguelistas e liberais. Mas não será aqui objeto deste trabalho, mas deixamos como consulta a quem estiver interessado na biografia de Maria da Conceição de Almeida Tavares, este é o seu nome completo, quando aqui nesta dissertação vamos nos referir como Maria da Conceição Tavares, ver o artigo de MELO (2012).

² Conforme expresso em Dos Santos (2011), Ricardo Bielschowsky refere-se no livro Cinquenta anos do pensamento da Cepal, uma resenha à orientação de pesquisa dos cepalinos ora como método ora como enfoque. No entanto, Bielschowsky prefere, na esteira de Octávio Rodriguez, reportar-se ao conjunto de estratégias de investigação cepalina como método histórico-estruturalista. As razões que levam este autor a atribuir tal denominação resultam do fato do método histórico-estruturalista se constituir enquanto método da associação de dois procedimentos: análise histórica e análise teórica. Segundo Rodriguez (2009), o adjetivo “estrutural” incute a necessidade de definição, em primeiro plano, das estruturas econômicas de realidades sociais específicas; o adjetivo “histórico”, por sua vez, compele o investigador a pensar como as estruturas econômicas se formaram e como elas se transformaram ao longo do tempo, caracterizando com isso, uma modalidade de pensamento não-reducionista. Maiores considerações sobre a identificação dos principais aspectos metodológicos que norteiam os trabalhos de Tavares, consultar Andrade e Silva (2010).

Isto posto, nossa empreitada terá como objeto central deste trabalho, os questionamentos teóricos de Maria da Conceição Tavares ao longo de suas principais obras desenvolvidas e suas contundentes contribuições, além de evidenciar o quão atual é o seu pensamento teórico que fizeram parte das suas indagações e problemas levantados enquanto uma intelectual que pensou a economia política brasileira desde o final dos anos 1950 e continua a pensar até os dias de hoje.

É possível identificar três fases na obra geral de Maria da Conceição Tavares, onde ela acompanha de forma rigorosa e atenta a evolução histórica não somente da análise das economias latino americanas, mas principalmente da evolução econômica e histórica da economia brasileira.

O trabalho está estruturado em três capítulos, acompanhado das considerações finais e da bibliografia utilizada para referência.

O primeiro capítulo apresenta a investigação da autora em estudo sobre o processo de substituição de importações na América Latina, particularmente sobre a economia brasileira e a sua industrialização. Em 1963, edita o seu primeiro ensaio intitulado “Auge e declínio do processo de substituição de importações”, trabalho hoje clássico na literatura sobre o desenvolvimento econômico brasileiro. Neste ensaio, a autora apresenta uma sistematização rigorosa da industrialização substitutiva de importações enquanto modelo histórico de desenvolvimento, sendo que boa parte do seu pensamento estava alicerçado no ideário da CEPAL. Trata-se de um ensaio que cobre o período de final dos anos 1950 até meados dos anos de 1960.

A autora parte inicialmente do uso da interpretação da CEPAL para analisar a dinâmica de desenvolvimento e do processo substitutivo de importações para a América Latina e depois analisa como se deu esta dinâmica sobre a economia brasileira. Afirmar a autora que a ideia de desenvolvimento não se dava em todos os lugares da mesma forma, seguindo determinadas etapas como postulava Roswtow. (1961).

Mostra-nos a autora que os países de maior relevância nessa época foram Argentina, México, Chile e Brasil, todos buscando a industrialização de suas economias, mas com dinâmicas e especificidades próprias, além da substituição de importações que é um processo em que os investimentos industriais constituem respostas aos sucessivos desafios colocados pelo estrangulamento do setor externo.

Conceição Tavares procura entender melhor o funcionamento das economias dependentes e periféricas que em determinado momento passaram por uma fase chamada de “crescimento para fora”, onde a variável chave eram as exportações constituídas basicamente de produtos agrícolas e minerais, e como destaca a autora, um setor de exportações de alta rentabilidade convivendo com um setor de mercado interno de baixa produtividade, que satisfazia boa parte das necessidades internas de consumo, mas ainda bastante dependente das importações. Após a crise externa econômica de 1930, as economias periféricas, especialmente as latino-americanas passam a pautar seu modelo de crescimento voltado para dentro, onde as decisões de investimento público e privado passam a dar a dinâmica do crescimento interno.

O processo de substituição de importações vai ser analisado pela autora e mostrará o limite desse modelo, pois a cada momento do avanço da substituição de produtos mais simples de bens de consumo popular, por exemplo, mais eram necessárias importações de bens de capital e outros bens de consumo durável para atender as exigências internas de substituição. Esses obstáculos acabaram por levar ao esgotamento do processo de substituição de importações e, portanto, na sequência da industrialização dos países latino-americanos como também, de forma mais específica, no Brasil, pois devido ao seu tamanho, foi um dos poucos a conseguir avançar até a implantação de partes do setor de bens de produção, os quais necessitavam de investimentos públicos muito vultosos.

Aspectos como a desigualdade de renda, a questão sobre o progresso tecnológico e a difusão concentrada das tecnologias, a abundância de mão de obra pouco qualificada, a implantação de tecnologia por parte das empresas multinacionais poupadoras de mão de obra, o desemprego estrutural, o avanço cada

vez maior para um modelo de desenvolvimento concentrador de renda, são questões primordiais que Maria da Conceição Tavares abordou neste seu primeiro ensaio e que no primeiro capítulo desta dissertação será objeto de análise.

Outra fase que podemos destacar na evolução do pensamento de Tavares se dá com a divulgação do ensaio escrito com a parceria do economista José Serra, editado em 1970, intitulado “Além da estagnação”. Este ensaio parte de uma crítica à visão de Celso Furtado, corroborada pelo pensamento da CEPAL, de que os países da América Latina, em especial o Brasil, apresentavam uma tendência à estagnação. Esta, associada ao fim do dinamismo do processo de substituição de importações, era decorrente da incompatibilidade entre o padrão de distribuição de renda e as tecnologias usadas. A desigualdade de renda limitava o tamanho do mercado consumidor. A tecnologia utilizada demandava grandes escalas de produção, maior volume de capital a ser investido sendo ainda poupadora de mão de obra não qualificada. Importante destacar o aspecto mais importante dessa fase, permeada pelo ensaio “Além da estagnação”, é o de que Maria da Conceição Tavares passa a partir deste ensaio a questionar boa parte do ideário cepalino, e adotar outras formas de pensar a realidade brasileira de forma mais crítica e endógena o processo de industrialização do Brasil.

Os autores mostram que mesmo não considerando a estagnação econômica, isto não significava tampouco um modelo de crescimento sustentado, pois, como irão mostrar Tavares e Serra neste ensaio, gesta-se um novo modelo de desenvolvimento já ao final dos anos 1960, mas caracterizado por uma extrema concentração de renda, baseado em consumo de produtos de bens duráveis pela classe média. Mostrarão também o papel do Estado e das empresas multinacionais como sendo os principais agentes associados a novas formas de acumulação de capital, sobretudo como estas se articulam com o capital financeiro.

Maria da Conceição Tavares também analisa as questões de financiamento da economia brasileira, sobretudo a retomada do crescimento econômico ao final de 1960 e a natureza e contradição do que ela chama de desenvolvimento financeiro.

O segundo capítulo, se refere à análise das contribuições e questionamentos que a autora elaborou em sua tese de Livre-docência editada em 1974, sob o título de *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*, e na sua tese de professora titular intitulada *Ciclo e crise: o movimento recente da industrialização brasileira* (1978). Na tese *Acumulação de capital* (1974), Tavares vai fazer uma releitura de diversos autores entre eles, Marx, Keynes, Schumpeter, Kalecki, e Steindl, analisando o tema da dinâmica da industrialização brasileira e identificando os modelos de padrões de acumulação sob a dominância das estruturas de mercado em oligopólio. Neste momento, a autora prioriza uma visão mais endógena do processo de desenvolvimento econômico, diferente do pensamento na sua primeira fase, quando o setor externo é que ganhava importância no direcionamento da dinâmica do processo de industrialização da economia brasileira. Em *Ciclo e crise* (1978), Tavares prosseguirá a investigação e o processo dinâmico da acumulação de capital e da industrialização no Brasil, agora sob o enfoque de ciclos de expansão e crises do processo de acumulação de capital e dos ciclos de expansão financeira, que marcaram sobremaneira os rumos da economia brasileira a partir de meados dos anos de 1970.

No terceiro capítulo, podemos constatar uma terceira fase do pensamento intelectual da economia política brasileira de Maria da Conceição Tavares, onde ocorre uma mudança de perspectiva sobre a economia brasileira, passando a interpretar sua dinâmica e evolução enfatizando mais as questões endógenas ao crescimento econômico, partindo de uma visão geoeconômica e geopolítica do mundo. No ensaio editado em 1985, intitulado “A retomada da hegemonia norte-americana”, a autora analisa os EUA como potência hegemônica e o poder de sua moeda, o dólar. Mostra que o poder americano não está somente em ser uma potência econômica, mas também no seu poder militar e político-ideológico e na força deste país em enquadrar e submeter todos os países ao seu desiderato.

Por último, apresentaremos as Considerações Finais, explanando um breve resumo do trabalho como um todo e posteriormente buscando, como já foi salientado, evidenciar a atualidade do pensamento da autora, sobre algumas questões e problemas da economia brasileira que ainda estão em aberto e carecendo de soluções mais estruturais.

Vale ressaltar aqui que, em nosso entendimento, o pensamento de Tavares ao longo de todas as suas obras e ensaios, procura superar sua linha de pensamento inicial, incorporando as várias mudanças de contexto não somente nacional como internacional. Cabe destacar também que os diferentes planos de análise da autora estão coerentes com o uso do método histórico – estruturalista, de observadora atenta e crítica das várias conjunturas econômicas que foram se sucedendo.

Como destaca Bielschowsky (2010, p. 12):

[...] Para exercer a função de economista do desenvolvimento, sua principal ferramenta é o método histórico-estrutural da CEPAL, [...] o método mostrou-se muito útil à personalidade intelectual de Conceição, uma livre-pensadora, pois, apesar de conter a teoria estruturalista das condições de desenvolvimento da periferia, é um método essencialmente indutivo, que lhe permite acomodar e organizar, com grande flexibilidade, as instituições que sua mente rebelde, irrequieta e criativa exige.

Convém enfatizar que Maria da Conceição Tavares não somente foi uma observadora e crítica pertinaz da realidade econômica do Brasil como da economia internacional. Não se encastelou em seu centro acadêmico, pelo contrário, foi militante política, engajada firmemente nos interesses dos trabalhadores e na busca por um socialismo democrático, quando exerceu o cargo de deputada federal pelo PT-RJ, de 1995 até 1999. Foi uma polemista incontestada que muito contribuiu para o debate acadêmico e político deste país.

À economista será dedicada esta dissertação, que não tem a pretensão de analisar todo o conjunto de sua obra acadêmica, que é vasta, densa, cheia de grandes trabalhos e temas fundamentais ao entendimento da economia brasileira e da economia internacional, mas tem como hipótese de trabalho principal, a de explicar seus principais artigos, ensaios, e teses. Enfim, buscamos na produção acadêmica da autora, identificar quais seus principais questionamentos e críticas e

evidenciar que os mesmos estão atualmente em aberto, no aguardo de soluções e respostas.

Por si só, as indagações que Tavares colocou ao longo de sua vasta obra acadêmica já servem de motivo para outras pesquisas acadêmicas no intuito de contribuir para conhecer as limitações e propor solução para o desenvolvimento econômico deste país.

1 A QUESTÃO DA INDUSTRIALIZAÇÃO E O PROCESSO DE SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES NAS DÉCADAS DE 1950 E 1960 NA VISÃO DE MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES

Neste capítulo abordaremos os quatro primeiros ensaios de Maria da Conceição Tavares que foram escritos ao longo da década de 1960 e início dos anos 1970, reunidos no livro *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro-ensaios sobre economia brasileira* (TAVARES, 1983). Como assinala Lessa, no prefácio, a compreensão do progresso de desenvolvimento da economia brasileira recebeu desta autora um das mais importantes contribuições individuais.

Neste livro citado acima, Tavares vai reunir seus quatro ensaios: no primeiro, intitulado “Auge e declínio do processo de substituição de importações”, escrito em 1963, a autora vai procurar interpretar o processo de desenvolvimento e industrialização do Brasil, bem como analisar o processo de substituição de importações nas décadas de 1950 e 1960; o segundo, editado em 1967, com o título “Notas sobre o financiamento numa economia em desenvolvimento - o caso do Brasil”, no qual Tavares vai analisar a questão do financiamento do desenvolvimento do país, particularmente anotando problemas de mobilização de recursos para o financiamento interno do processo de industrialização do Brasil.

O terceiro ensaio do livro foi escrito em parceria com José Serra, elaborado em 1970, sob o título de “Além da estagnação”, que basicamente irá colocar um questionamento à tese sobre a tendência à estagnação das economias latino americanas, exposta por Celso Furtado, apresentada em seu artigo “Desenvolvimento e estagnação na América Latina: um enfoque estruturalista”³ (FURTADO, 1969), onde Furtado assinalava que o aumento da relação capital-trabalho levaria a um declínio da taxa de lucro e, conseqüentemente, da

³ Trabalho incluído em Bianchi (1969).

acumulação. Tavares e Serra não somente levantam questões sobre este argumento central de Furtado, como alegam que, pelo contrário, o aumento da produtividade do trabalho e o favorecimento dos lucros em detrimento dos salários poderiam evitar aquele declínio e, portanto, a estagnação econômica na América Latina, e particularmente, no Brasil. Os autores mostram também neste ensaio que as economias latino-americanas estão em trânsito para um “novo modelo de desenvolvimento⁴”, compatível com o novo processo endógeno de acumulação industrial.

No quarto e último ensaio, intitulado “Natureza e contradições do desenvolvimento financeiro recente” editado em 1971, a autora busca uma abordagem do significado mais geral do setor financeiro no processo de recuperação e crescimento acelerado do período chamado “Milagre Brasileiro”. Concentra-se a autora nos aspectos da evolução financeira do período pós-PAEG, ou seja, a partir de 1964, destacando as principais características do processo de acumulação, concentração e centralização do capital subjacente ao crescimento e desenvolvimento econômico do Brasil no período de 1964 a 1973. Por fim, Tavares apresenta uma análise desse processo, comparando-o com a experiência japonesa do pós-guerra.

1.1 O processo de substituição de Importações segundo Maria da Conceição Tavares e as interpretações da CEPAL

A primeira parte desta dissertação buscará a compreensão do ensaio “Auge de declínio do processo de substituição de importações no Brasil” (1983), que tem como objetivo inicial, de acordo com Tavares:

[...] A nossa tese central é de que a dinâmica do processo de desenvolvimento pela via de substituição de importações pode

⁴ Pode-se falar também de estilo e não modelo de desenvolvimento como resenhado em Aníbal Pinto. (2000).

atribuir-se, em síntese, a uma série de respostas aos sucessivos desafios colocados pelo estrangulamento do setor externo, através dos quais a economia vai-se tornando quantitativamente menos dependente do exterior e mudando qualitativamente a natureza dessa dependência (TAVARES, 1983, p. 41).

Esse processo consiste de algumas fases, sendo que na primeira, a substituição de importações promove a expansão do mercado interno, dado que esta industrialização ocorre inicialmente nos setores de bens de consumo corrente, avançando para a substituição nos bens intermediários e finalmente para a etapa dos bens de capital. A expansão industrial verificada amplia tanto o emprego, quanto a renda dos grupos de alto poder aquisitivo, resultando assim num considerável mercado industrial.

Acontece que, ao longo desse processo, a industrialização substitutiva não chega a eliminar todas as importações industriais do país, porque, à medida que se implanta, digamos, o setor de bens de consumo, se fazem necessárias novas importações de bens intermediários e de bens de capital. Por isso, mais do que propriamente uma diminuição absoluta das importações, passa a ocorrer um aumento da pauta de importações caracterizada pela necessidade de outros produtos conforme a industrialização avança em determinados setores.

Uma vez completada a substituição de importações de bens de consumo corrente, o processo de industrialização substitutiva passa para a fase de substituição de bens de consumo durável, bens intermediários e de bens de capital; e aí começa a esbarrar, segundo Tavares, na insuficiência do mercado consumidor, porque novos ramos industriais implantavam-se na base de tecnologia mais sofisticada, com maior dotação de capital por homem empregado, implicando uma menor absorção de mão de obra.

E assim, recaímos no velho problema de demanda, que se agravaria no Brasil, segundo a autora, porque as novas unidades industriais, além de pagarem uma massa menor de salários, operam com altas escalas de produção, de acordo com os padrões vigentes nas modernas sociedades de consumo, não tendo demanda suficiente para a grande quantidade de seus produtos.

Daí a conclusão de que existiria no Brasil de década de 1960 um problema potencial de demanda insuficiente, que iria se manifestar à medida que se esgotasse a substituição de importações da maioria dos produtos. Dessa forma, a continuidade do crescimento passa a depender de uma demanda autônoma, capaz de se adiantar à própria demanda do sistema e compensar a queda da demanda no setor de bens de consumo.

E aqui entra em cena o Estado, o único capaz, nas condições brasileiras, de dar um passo decisivo, por meio dos investimentos autônomos, para transitar do modelo de substituição de importações para um modelo autossustentado de crescimento. Para Tavares a insuficiência da demanda decorre da alta densidade de capital, da grande capacidade produtiva e da concentração de renda. Portanto, somente a intervenção do Estado, investindo para sustentar a criação de uma demanda autônoma poderia permitir o prosseguimento da acumulação brasileira.

Para entendermos melhor o arsenal de ideias e as principais indagações da autora no seu primeiro ensaio, vamos analisar como o pensamento da CEPAL contribuiu para o desenvolvimento do ensaio em análise.

Passamos a analisar nesta seção, qual a fonte principal das formas de pensamento contidas no ensaio comentado na seção. Onde Tavares buscou inspiração para tecer sua visão sobre o processo de substituição de importação para a industrialização brasileira?

A resposta está na utilização do ideário cepalino, ou seja, das ideias que então à época estavam vigentes na CEPAL. Portanto, é a partir dos conceitos de industrialização e desenvolvimento da CEPAL, que levam em conta a dicotomia centro-periferia, que a autora vai discorrer e analisar esse processo em relação à economia brasileira.

Em linhas gerais, avaliaremos aqui os principais conceitos contidos no ideário da CEPAL e que, em maiores ou menores proporções, caracterizou o pensamento de Tavares nessa sua obra inicial sobre a industrialização brasileira e o processo de

substituição de importações. Destacaremos os principais aspectos desse paradigma e como Tavares os utilizou em seus escritos iniciais.

Qualquer trabalho de investigação sobre a gênese da economia política latino-americana ou brasileira, deve, forçosamente, passar pelo pensamento da CEPAL. Afinal, este se constitui no marco teórico decisivo para a gestação das principais teses sobre o desenvolvimento ou subdesenvolvimento periférico que animaram a discussão teórica latino-americana do pós-guerra.

É desta corrente de pensamento que Maria da Conceição Tavares faz parte, além de outras figuras da mais alta expressão do pensamento econômico e social brasileiro como Celso Furtado, Fernando H. Cardoso, Carlos Lessa, A. Barros de Castro e José Serra, apenas para citarmos os mais conhecidos nomes da corrente brasileira que integraram a organização da CEPAL.

A CEPAL foi criada em 1948 e já no ano seguinte, o economista argentino Raul Prebisch escreveu um importante e clássico artigo intitulado “O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas”.⁵

A teoria do subdesenvolvimento elaborada pela CEPAL alcançou um grande sucesso na América Latina. No Brasil em particular, esse sucesso ocorreu não só entre formuladores de política econômica, mas também entre empresários industriais e, ao longo do tempo, no meio acadêmico. O núcleo básico da teoria cepalina do subdesenvolvimento latino-americano e periférico em geral foi formulado entre a chegada de Prebisch em 1949 ao escritório da Cepal em Santiago, no Chile, e o final dos anos 1950. Podemos identificar o núcleo básico da teoria cepalina do subdesenvolvimento a partir de duas proposições básicas e que permearam as ideias contidas no texto de Tavares (1963) “Auge e declínio do processo de substituição de importações”, e que mais à frente será enfocada em seus determinantes básicos.

⁵ Para maiores esclarecimentos de como se originou a CEPAL e as ideias de Raul Prebisch que permearam as discussões sobre a industrialização dos países da América Latina e demais conceitos teóricos cepalinos, consultar Furtado (1985).

Estas duas proposições básicas que comentamos são:

- ✓ As economias latino-americanas teriam desenvolvido estruturas pouco diversificadas e tecnologicamente heterogêneas, existindo um setor exportador dinâmico, mas incapaz de difundir os frutos do progresso técnico para o resto da economia, empregar produtivamente o conjunto da mão de obra e permitir o crescimento sustentado dos salários reais. Este tipo de economia ou estrutura se diferencia das estruturas dos países centrais. Nestes, o aparelho produtivo é diversificado, apresenta produtividade homogênea ao longo de toda a sua extensão territorial e tem mecanismos para criar e difundir os frutos do progresso tecnológico, diferente da dinâmica dos países periféricos.
- ✓ O ritmo de incorporação do progresso técnico e de aumento da produtividade seria significativamente maior nas economias industriais do centro, do que nas economias especializadas em produtos primários, como é o caso das economias periféricas. Além do mais o preço das exportações dos produtos primários tenderiam a apresentar uma evolução desfavorável face ao dos bens manufaturados produzidos pelos países do centro. Como resultado, haveria uma tendência à deterioração dos termos de troca que afetaria negativamente os países latino-americanos através da transferência dos ganhos de produtividade no setor primário-exportador para os países do centro.

A primeira das proposições acima afirma que os efeitos dinâmicos da especialização primário-exportadora sobre o conjunto da economia periférica seriam necessariamente limitados, de modo que somente a industrialização poderia dar origem a um ciclo virtuoso de crescimento da produtividade, emprego e renda.

Outra característica importante que consta dos estudos cepalinos era que as economias primário-exportadoras possuíam uma baixa produtividade em todos os setores, exceção ao do setor exportador. Essa “heterogeneidade estrutural” - que será bastante explorada no ensaio “Auge e declínio do processo de substituição de importações” de Tavares (1983), e que foi uma expressão utilizada pela primeira vez

por Aníbal Pinto na década de 1960, caracterizava-se por existir um amplo excedente de mão de obra, e uma baixa produtividade média *per capita* que reduzia a possibilidade de elevar as taxas de poupança nessas economias, limitando, portanto, a acumulação de capital e o crescimento.

Como resultado dos dois traços distintivos dessas economias – a especialização e a heterogeneidade tecnológica – o processo em curso estaria provocando três tendências perversas, a saber: o desequilíbrio estrutural do balanço de pagamentos, a inflação e o desemprego.

O desequilíbrio estrutural do balanço de pagamentos resultava das exigências de importações presentes em economias em vias de industrialização que se haviam previamente especializado em poucas atividades exportadoras e enfrentavam baixa elasticidade de demanda em suas exportações.⁶ Exatamente por serem pouco diversificadas, essas economias sofriam permanente pressão para ampliar as importações além do que a expansão das exportações permitia. Por outro lado, incidem o padrão industrial e as desvantagens que lhe são próprias, em matéria de geração e incorporação de tecnologia. Esse padrão gera aumentos consideráveis da demanda de importações, necessária para dispor de bens situados “mais atrás” na cadeia produtiva, que não podem ser produzidos internamente (em particular os bens de capital, portadores de tecnologia).

Assim, o déficit comercial na balança comercial dos países periféricos é inevitável. Além disso, esta tendência ao déficit comercial é cada vez mais

⁶ Cabe destacar aqui que este raciocínio de apoio na hipótese da disparidade das elasticidades-renda da demanda dos produtos comercializados entre os países centrais e os países periféricos. Para os países centrais a elasticidade-renda da demanda de importações de produtos primários é inelástica, já que o ritmo de aumento da demanda de importações é reduzido em comparação com o ritmo de crescimento de sua renda. Tal divergência é resultante dos efeitos do progresso técnico sobre a utilização de insumos (um aproveitamento melhor e mais completo das matérias-primas provoca uma redução da proporção em que elas participam do valor no produto final) e também sobre o consumo. O crescimento da renda nos países centrais, ultrapassando certos limites, produz um incremento de produtos básicos relativamente lentos, em comparação com o aumento da demanda de uma variada gama de bens, entre eles o de serviços, nos quais o conteúdo dos produtos primários é reduzido. Já para os países periféricos a elasticidade-renda da demanda é mais elástica. Isto se deve ao seu caráter especializado, tendo em vista que nos períodos iniciais da fase de industrialização, ela só exporta produtos primários; os graus de complementaridade intersetorial e vertical de suas estruturas produtivas são incipientes durante essa fase. Em contrapartida, a demanda de produtos industriais produzidos pelos países centrais apresentará um elevado dinamismo, tendendo a crescer mais que a renda nos países periféricos. Maiores detalhes ver Prebisch (2000).

acentuado pela deterioração em longo prazo dos termos de troca. Segundo Rodriguez (2009), o desequilíbrio da balança comercial constitui a chave dos problemas de desequilíbrio externo, que ficam evidentes pela alternância de períodos de bonança e de aguda escassez de divisas.

A tendência à inflação decorria tanto do desequilíbrio do balanço de pagamentos como das demais insuficiências que o processo de industrialização enfrenta em economias pouco diversificadas (rigidez agrícola, escassez de energia e transporte, entre outras).

Com relação ao desemprego, como destaca RODRIGUEZ (2009), observa-se nos países periféricos uma superabundância de mão de obra, que constitui um reflexo direto da heterogeneidade.

De fato, esta implica a existência de uma vasta oferta de força de trabalho redundante, ou seja, de um contingente de subempregados rurais e urbanos de dimensões tais que comprometem a possibilidade de uma rápida absorção de conjunto da mão de obra em níveis de produtividade elevados ou, se quisermos, normais, que podem ser alcançados com tecnologias conhecidas e disponíveis. Além do mais, este fenômeno do desemprego se agrava em virtude do crescimento demográfico. Este aumento populacional e da população economicamente ativa contribui para gerar uma oferta excessiva, em comparação com a dinâmica de sua absorção nas atividades modernas. Por outro lado, embora a um ritmo mais reduzido que nos países do centro, o progresso técnico introduzido é poupador de mão de obra e, portanto, vai tornando necessário um número menor de trabalhadores para obter a mesma quantidade de produtos, cuja própria índole desfavorece a sua absorção (RODRIGUEZ, 2009, p. 145).

A segunda proposição citada indica que ritmos desiguais de incremento de progresso tecnológico e produtividade entre centro e periferia implicam na tendência à deterioração dos termos de troca. A violenta contração da capacidade para importar na década de 1930 e suas repercussões sobre as economias latino-americanas constituíram a principal referência para que Prebisch (1949) elaborasse

a distinção entre o modo de funcionamento das economias dos países industrializados e aquele encontrado em economias especializadas em bens primários.

O argumento ganhou importância logo nos textos inaugurais da Cepal, pois foi acompanhado da tese da tendência à deterioração dos termos de troca, que desmentia a teoria das vantagens comparativas e o postulado liberal das virtudes do livre comércio internacional. Ao contrário do que postulava a teoria das vantagens comparativas, durante o século XX a maior lentidão no progresso técnico incorporado aos produtos primários, quando comparados aos industriais, não estava motivando aumentos de preços dos primeiros em relação aos últimos. No seu texto clássico intitulado “O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns dos seus problemas principais”, PREBISCH, que como destaca Bielschovsky,(1999, p. 123) o economista Albert Hirschman chamaria de *Manifesto latino-americano*, enfocava, de um lado, as peculiaridades da estrutura socioeconômica dos países da periferia, ressaltando os entraves ao desenvolvimento econômico, em contraste com o dinamismo das estruturas dos países centrais. De outro lado, centrava-se nas transações comerciais entre esses mesmos países de centro e periferia do sistema capitalista mundial que, ao invés de auxiliarem o desenvolvimento da periferia, agiam no sentido de acentuar as disparidades.

Com isso a CEPAL, sobretudo através deste texto de Prebisch (1949), questionava não apenas a divisão internacional do trabalho vigente no mundo capitalista dessa época, como também criticava o destino atribuído aos países subdesenvolvidos pela Teoria Clássica e Neoclássica do Comércio Internacional que sustentava teoricamente essa divisão.⁷

⁷ Em especial a crítica se dirigia à teoria das vantagens comparativas, segundo a qual, os países deveriam se especializar na produção do que estão mais aptos a fazer e em seguida trocar suas mercadorias para que todos aumentassem seus benefícios. Ricardo foi o primeiro economista a argumentar coerentemente, no capítulo VII, “Sobre Comércio Exterior”, do seu livro *Princípios de Economia Política e tributação* (1985) que o livre comércio internacional poderia beneficiar dois países, mesmo que um deles produzisse todas as mercadorias comercializadas mais eficientemente do que o outro. Também foi um dos primeiros economistas a argumentar que, como o capital era relativamente imóvel entre as nações, era preciso elaborar uma teoria separada do comércio internacional, diferenciado do comércio interno do país. Ricardo argumentava que um país não precisa ter uma vantagem absoluta na produção de qualquer mercadoria, para que o comércio internacional entre ele e outro país seja mutuamente benéfico. Vantagem absoluta significava maior eficiência de produção ou o uso de menos trabalho na produção. Dois países poderiam se beneficiar

Para a CEPAL, os países periféricos da América Latina estavam amarrados pela falta de dinamismo de suas estruturas produtivas, baseadas em produtos primários, com pouco desenvolvimento industrial e tecnológico e guiado pelos mercados consumidores dos países centrais. A falta de integração interna das economias periféricas, com intensa descontinuidade entre as regiões mais avançadas e regiões atrasadas, as inibia de desfrutar e capitalizar e difundir os efetivos propulsores das já modestas melhorias de produtividade, enquanto os centros desenvolvidos caracterizam-se por uma formação estrutural muito homogênea e mais industrializada.

Feitas estas breves considerações sobre o pensamento cepalino, que permearam todo o conteúdo do primeiro ensaio da autora, vamos agora analisar os debates teóricos enfatizando a questão da teoria da dependência, do período de 1950 até final dos anos 1960, e como as ideias de Maria da Conceição Tavares contribuíram para a crítica deste debate então vigente.

1.2 Teoria da dependência e da estagnação econômica da América Latina

Podemos destacar no modelo do Processo de Substituição de Importações (PSI) uma fase otimista, conforme podemos analisar no início das ideias desenvolvidas pela Cepal a partir do final dos anos 1940, e uma fase dita pessimista, que permeia todo o final dos anos 1960. Vimos anteriormente, conforme foram expostas as ideias básicas do pensamento cepalino, o porquê da CEPAL e seus autores serem otimistas com o processo de substituição de importações, gerando um maior grau de industrialização para os países periféricos.

com o comércio, se cada um tivesse uma vantagem relativa na produção. Vantagem relativa significava, simplesmente, que a razão entre o trabalho incorporado às duas mercadorias diferia entre os dois países, de modo que cada um deles poderia ter, pelo menos, uma mercadoria na qual a quantidade relativa de trabalho incorporado seria menor do que a do outro país, isto é, menor custo de oportunidade para produzir uma mercadoria. (RICARDO, 1985, p. 101-15).

Mas já em meados e final dos anos 1960, impregnava o pensamento da CEPAL certo pessimismo quanto às possibilidades do processo de industrialização das economias latino-americanas. No início dos anos 1960 o sistema econômico como um todo entra em crise, particularmente no caso do Brasil em 1962-1964, que é motivo inclusive de diferentes visões sobre a crise econômica e intenso debate sobre as suas causas, no qual, Tavares terá uma participação fundamental em um ensaio da autora denominada “Além da estagnação” (1970), que veremos com mais detalhes no prosseguimento deste capítulo.

Esse pessimismo gerou nessa época uma visão mais catastrófica do futuro das economias periféricas latino-americanas, ou seja, países como o Brasil, por exemplo, estavam fadados à “estagnação econômica.” Portanto, surge nessa época alguns debates de várias correntes ideológicas sobre quais seriam as causas desta estagnação, como, por exemplo, a chamada teoria da dependência que vai proporcionar uma nova interpretação da realidade das economias latino-americanas e mundial.

As teorias da dependência são formuladas entre 1964 e 1973 e mantêm ainda grande influência até fins dos anos 1970. O paradigma da teoria da dependência está assentado em duas visões de método distintas: a marxista, que propõe interpretar a formação social e econômica dos países da América Latina utilizando o arsenal marxista, e procurando se libertar dos dogmatismos da visão dos partidos comunistas. Essa visão tem nas obras de Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra, para citar estes mais destacados pensadores marxistas.

Alguns analistas atribuem aos marxistas americanos (BARAN, SWEZZY E GUNDER FRANK)⁸ uma influência decisiva neste debate. Destaque para Paul Baran

⁸ Para um melhor entendimento das relações do Capitalismo mundial e as economias subdesenvolvidas, e a teoria da dependência, na tradição da escola marxista, consultar as principais obras de BARAN (1979), FRANK (1980), SWEZZY (1986). Também podemos incluir os trabalhos de BENAKOUCHE (1980) como uma boa referência aos estudos de acumulação mundial e as diversas teorias da dependência, particularmente as teorias do Imperialismo de Lenin como destacado por este autor. Ainda sobre as ideias deste autor, não podemos deixar de referenciar a abordagem de GADELHA (1999), quando da seguinte passagem: “ [...] Nesse sentido, acompanhamos autores como Benakouche (1980), que questionam os critérios adotados pelas “teorias da dependência”,

como mentor intelectual para o tipo de análise que ficou conhecida como a problemática de dependência. A outra visão da dependência é formulada por Fernando Henrique Cardoso, que vai elaborar um ensaio escrito em Santiago entre 1966 e 1967, com colaboração de Enzo Faletto, intitulado *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, onde os autores partirão das teses cepalinas, ainda que busquem subvertê-las, e de forte influência weberiana, irão discordar das análises da corrente marxista americana e também latino-americana e com suas críticas ferrenhas ao pensamento marxista, inaugura digamos assim, uma nova forma de dependência, mais especificamente a chamada dependência associada, quebrando com isso a ideia de exploração das periferias pelo centro, na extração da mais-valia, ou na forma de extração do excedente gerado pelos países periféricos.

Feitas estas breves considerações, passamos a uma análise de como se colocavam as principais correntes ideológicas sobre este debate na década de 1960, iniciando pela visão da escola neomarxista.

Seguindo nos passos desta análise, nos valem aqui de Lília Goldestein, em seu livro *Repensando a dependência*. Segundo Goldestein (1994), os trabalhos teóricos iniciais foram de André Gunder Frank⁹, um dos grandes representantes da escola de pensamento neomarxista. Frank considera que a América Latina e outros países da periferia haviam sido incorporados à economia mundial desde os primórdios do seu período colonial, estabelecendo relações de produção mercantil. Organizados segundo os interesses dos países do capitalismo central, os países periféricos comporiam com eles um sistema capitalista mundial similar a uma

elevadas à categoria de “teoria”, quando nada mais são do que contribuições críticas e histórico-descritivas de realidades específicas e determinadas (GADELHA 1999, p.171).

⁹ Como nos fala González, em seu livro *O que é subdesenvolvimento* (1982), anota que: “[...] é o momento de convocar um autor que há pelo menos 10 anos é centro de acidentadas polêmicas, escaramuças e engasgamentos acadêmicos, decorrentes da atmosfera de “sociedade recreativa lítero-musical” com que lança suas afirmações”. Trata-se do professor teuto-norte americano André Gunder Frank, que lecionou no Chile de Salvador Allende em uma época em que seus escritos tinham ampla difusão em toda a América Latina. Dizem alguns - como o professor Cardoso de Mello, na sua tese *O Capitalismo Tardio* - que a obra de Frank “carece de interesse teórico”. Outros - como o professor Francisco Weffort, nas suas críticas à teoria da dependência - diz que as análises de Frank pecam por uma perspectiva cataclísmica. Fernando Henrique Cardoso, mais circunspecto e confraternizador, e também sutilmente ambíguo, admite que o estilo de Frank não é dos quais possa “derivar a vitalidade porventura existente no pensamento social latino-americano”, esclarecendo que esta “apreciação não invalida o papel de catalisador crítico de sua obra [...], pois por seu tom polêmico, em que pese os exageros e injustiças com respeito a alguns autores latino-americanos, ajudou a generalizar críticas”. (GONZÁLEZ, 1982, p. 48-9).

constelação na qual os países periféricos gravitariam em torno dos centros desenvolvidos que lhes absorveriam o excedente econômico gerado. Frank denomina essa configuração de relações metrópole-satélite, que, criando condição de desenvolvimento das primeiras condena os países periféricos a situação de subdesenvolvimento.

De acordo com Goldestein, (1994) na análise de Frank, as próprias elites chamadas por ele de pré-capitalistas dos países periféricos, tinham um aliança com os países centrais, e não teriam interesse no desenvolvimento dos países periféricos, já que garantiriam a extração do excedente por meio dos mecanismos tradicionais de exploração dos trabalhadores, remetendo esses ganhos ao exterior e em parte gastando em consumo de luxo, pouco restando para os investimentos. Nesse raciocínio, dentro do marco do sistema capitalista não haveria alternativa para os países subdesenvolvidos de alcançarem seu desenvolvimento econômico, restando, portanto, como solução, uma revolução de caráter socialista imediato.

Vemos aqui, uma concepção teórica, cara para o pensamento dessa corrente, entendendo que o setor externo é que determina o processo interno de mudanças, como tínhamos já observado quando da análise do modelo analítico da CEPAL, e que mais tarde, nas obras posteriores ao período de 1960 será criticada por Tavares.

Ainda dentro dos autores da corrente neomarxista, temos a elaboração teórica de Teotônio dos Santos, Vânia Bambirra, Alberto Quijano além do próprio André Gunder Frank já citado aqui entre outros, que adotam um tom catastrófico e estagnacionista, permeando todo o pensamento econômico sobre o desenvolvimento das economias periféricas na América Latina. Como podemos ver, por exemplo, em outro expoente dessa vertente de pensamento, Rui Mauro Marini em seu livro *Dialética da dependência*,(2000) tentando provar que nos marcos do capitalismo estaríamos fadados ao desenvolvimento do subdesenvolvimento. Conforme segue neste trecho:

[...] O fruto da dependência não pode ser por isso, mais dependência, e sua liquidação supõe necessariamente a supressão das relações de produção que ela involucra. Neste sentido, a conhecida fórmula de André Gunder Frank sobre o desenvolvimento do subdesenvolvimento é impecável, como impecáveis são as conclusões políticas a que ela conduz. (MARINI, apud GOLDESTEIN, 1994, p. 33).

Segundo Goldestein (1994, p. 33-34) como vimos esses autores neomarxistas:

[...] Consideram que o capitalismo dependente tende inexoravelmente à estagnação, com o aprofundamento do subdesenvolvimento. Sua análise baseia-se na ideia de que o imperialismo se apropria de parte da mais-valia produzida na América Latina levando, como compensação, tanto a burguesia agromercantil quanto a burguesia industrial latino-americana a explorar seus trabalhadores.

Ao final dos anos 1960, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto editam o livro intitulado *Dependência e desenvolvimento na América Latina-ensaio de interpretação sociológica*, em 1969, onde para esses autores a dependência é o paradigma de desenvolvimento de sociedades marcadas pela ambiguidade de possuírem autonomia política, mas terem seus laços econômicos definidos em função do mercado internacional. Cardoso e Faletto a partir dessa abordagem constroem um verdadeiro tipo ideal da dependência.

O conceito que situam como fundamental para a interpretação da dependência é o de estrutura de dominação, dentro dos quais deveriam ser inseridas as relações de classe. Dessa forma, não se pretendia descrever as contradições das sociedades dependentes, mas sim a sua dinâmica, limites e possibilidades.

Em seu livro *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio e interpretação sociológica*¹⁰, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (2004) propunham a visão da análise concreta de cada situação específica de cada país, recusando-se a tomar a América Latina como um todo único e indivisível, cujo desempenho seria sempre igual e resultado de um mesmo movimento cuja determinação partiria dos centros dinâmicos dos países centrais. Como nesta passagem em que os autores afirmam:

[...] Pois bem, propusemos neste livro um esquema de interpretação com ênfase na dinâmica política entre as classes e grupos sociais, no interior de cada país. Também demos um papel mais relevante às opções ideológicas e às alternativas que o movimento da história abria em cada situação específica. Ao mesmo tempo, insistimos nas variações no modo de relacionamento das economias dos países periféricos com as economias desenvolvidas. Mostramos que esses distintos modos criavam teias de relações políticas e de interesse que, unindo setores dos dois tipos de economia – as desenvolvidas e as subdesenvolvidas –, moldavam formas distintas de desenvolvimento político e social em cada país da região. (FALETTO & CARDOSO, 2004, p. 8-9, grifo nosso).

Os autores propuseram a análise de cada caso separadamente, por considerar que a configuração interna de cada país era fundamental para compreender a relação de dependência na medida em que esta deixa de ser vista como um processo exógeno de crescimento. Cardoso e Faletto propõem que a análise da dependência passe a ser feita a partir da configuração do sistema de

¹⁰ Cabe aqui reproduzir um trecho de uma entrevista concedida por Fernando Henrique Cardoso que comenta sobre o livro *Dependência e desenvolvimento na América Latina – ensaio de interpretação sociológica*. [...] o primeiro texto que resultou disso (análise sobre os temas sociológicos, sobre os agentes sociais das mudanças, quem seriam os novos atores sociais), foi um relatório, uma interpretação sociológica, uma crítica sociológica, feito por mim e pelo Enzo Faletto, que já era um esboço do que, no futuro seria um livro. Era uma crítica aberta. O que estávamos criticando? Nós estávamos criticando várias coisas simultaneamente, mas basicamente o enfoque puramente econômico das questões do desenvolvimento. O relatório deve ter sido escrito em 1966. No final de 1967, virou um livro, que não foi publicado. A direção do Instituto Latino-americano e do Caribe de Planificação Econômica e Social (ILPES) não quis publicar o relatório sob a forma de livro alegando que era, na verdade, um informe interno dirigido a Prebisch. O texto levou dois anos ou mais para ser publicado. Vale também acrescentar este comentário que Fernando Henrique Cardoso cita de Aníbal Pinto sobre o livro: [...] O Aníbal tinha horror ao André Gunder Frank. “você vão fazer outro Frankstein” e com esse “termo da dependência vocês vão ter dor de cabeça”. Dizia ele, com razão. “Mas nossa análise não tinha nada a ver com a visão do Frank, nem com a do Rui Mauro Marini” (CARDOSO, 2006, p. 81).

relações entre as diferentes classes sociais no âmbito mesmo das relações de dependência. Daí a necessidade de se pensar cada caso concreto, em função das manifestações específicas de luta política que se desenvolvem em cada país permitindo diferentes interações e relações de dependência. Apresentam também uma tipologia das economias primário-exportadoras na América Latina pré-1930, mostrando suas projeções sociais e políticas: as economias do tipo “enclave”, “*plantation*” e “*hacienda*”.

Cardoso e Faletto consideram que passa a existir uma dependência de outra natureza, que implica empecilhos ao desenvolvimento, mas, ao contrário, coloca-se a possibilidade de desenvolvimento, ainda que parcial – daí qualificarem de “países periféricos, industrializados, dependentes” aqueles que passam por esse processo.

O capitalismo dependente, ao alcançar a chamada internacionalização do mercado interno¹¹, rompia as bases do chamado nacionalismo-desenvolvimentista. Enquanto este sofria de escassez de divisas da substituição de importações, a nova dependência permitia uma elevação dos investimentos nos setores básicos da economia, sobretudo com maior investimento estrangeiro, ainda que ao custo do aumento da dependência tecnológica e financeira. Os autores propunham como modelo econômico para os países latino-americanos a dependência negociada. Nos termos dos autores:

[...] Utilizamos a noção de “desenvolvimento dependente-associado” para mostrar que os interesses internacionais dominantes locais eram conciliáveis com os interesses internacionais e com a economia mundial, com os quais passavam a interligar-se de outro modo. (CARDOSO & FALETTTO, 2004, p. 11).

¹¹ Sobre este conceito, temos em Marini, apud MARTINS, (2011) em uma nota de rodapé, onde este afirma que o conceito da “internacionalização do mercado interno”, está equivocado, pois o que se dá na conjuntura de 1955 a 1980 é a internacionalização das estruturas de produção, pois a estrutura protecionista da substituição de importações permanecia sólida. (MARTINS, 2011, p. 234). Fernando Henrique Cardoso vai reconhecer mais tarde este equívoco quando dirá: “A expressão que usei nesse livro é equivocada, eu falei de ‘internacionalização dos mercados externos’, mas não foi isso, foi a produção que se internacionalizou, não os mercados” (discurso de Fernando Henrique Cardoso em *la recepción del Doctorado “Honoris Causa”* outorgado pela Faculdade Latino-americana de ciências sociais (Flacso), em Quito, também citado em MARTINS (2011, p. 234).

Cardoso e Faletto (2004) reconhecem a possibilidade de industrialização¹², apesar da manutenção dos laços de dependência e exclusão de certos setores sociais, e que esta nova proposta de interpretação dos processos latino-americanos permite um avanço em relação às interpretações precedentes. A relação entre os países centrais e a periferia deixa de ser vista como sendo necessariamente entre países primário-exportadores e industrializados e passa a abarcar a possibilidade de uma relação de países com graus diferentes de industrialização. A industrialização, pelo menos no Brasil, já era uma realidade e não necessariamente nacional; pelo contrário, os investimentos estrangeiros representavam cada vez mais um elemento dinâmico para o país.

Em um artigo desses autores intitulado “As desventuras da dialética da dependência” (1978), realizam uma análise crítica das posições de Rui Mauro Marini assumidas em sua obra *A dialética da dependência* (2000), sobre o entendimento errôneo dos conceitos marxistas e críticas à sua visão economicista, bem como também da sua posição política pautada por este tipo de interpretação fantasiosa da realidade brasileira. Afirmam que Marini caracteriza o capitalismo periférico como uma barreira para o desenvolvimento da nação e que a única saída possível é uma revolução socialista.

Serra e Cardoso (1978, p. 37) resumem a proposta política de Marini:

[...] De fato, Marini propôs ambiciosa teoria para explicar a dialética da dependência pela necessária superexploração do trabalho na periferia – fonte, para ele, do intercâmbio desigual – ligou tal teoria às ideias relativas ao esgotamento do mercado interno e à estagnação, provocadas pelo estilo de desenvolvimento em curso; sugeriu qual era a alternativa burguesa para sair do impasse – o superimperialismo – e, por implicação, mostrou que o dilema fascismo ou socialismo (colocado por Theotônio dos Santos, entre outros) era teoricamente sustentável, na medida em que a superexploração requer a repressão e condiciona o desenvolvimento capitalista a moldes socialmente restritivos, os quais só poderiam ser rompidos através da Revolução socialista.

¹² Sobre este aspecto da industrialização, podemos indicar aqui as análises de Pereira (2003), que faz referência ao termo “subdesenvolvimento industrializado”, onde este autor discute a teoria da dependência e do subdesenvolvimento.

Os autores criticam em Marini na sua obra *Dialética da dependência*, questões como a do conceito de “intercâmbio desigual”, o conceito de “subimperialismo”, bem como a questão da estagnação no capitalismo periférico e os vários equívocos teóricos sobre o desenvolvimento capitalista da periferia e o simplismo político que é prescrito (SERRA & CARDOSO, 1978, p. 78).

Apontamos no parágrafo anterior apenas as críticas mais gerais que os autores endereçaram a Marini sem encaminharmos maiores especificidades destas críticas, pois não faz parte do escopo deste trabalho; maior aprofundamento destas considerações críticas consultar o artigo “As desventuras da dialética da dependência” (1978).

De acordo com Traspadini & Stedile (2005), Fernando Henrique Cardoso e José Serra, fazem um crítica injusta às ideias contidas no livro *Dialética da dependência*(2000) visto que Cardoso e Serra contavam com excelente prestígio acadêmico de pertencerem a grupos intelectuais privilegiados, com maior espaço de exposição das suas ideias e modo de pensar, conseguindo projetar suas ideias e restringir a circulação do pensamento de Rui Mauro Marini e outros¹³. A intenção dos autores era a de dominar o debate da época e de se firmarem como únicos porta-vozes intelectuais do que seria a chamada escola da dependência¹⁴. Como colocam os autores nesta passagem:

[...] Exemplo desse jogo acadêmico cujo protagonizado por Fernando Henrique Cardoso foi o relativo à obra A dialética da dependência de Ruy Mauro Marini. No momento em que a Dialética da dependência, uma das

¹³ O artigo de FHC e de Serra foi publicado na Revista Estudos, do CEBRAP, sem a correspondente resposta de Ruy Mauro, um autor praticamente inédito no Brasil naquele momento.

¹⁴ Ainda sobre o livro *Dependência e desenvolvimento na América Latina* que estamos analisando, consultar a crítica de Gadelha (1999), quando considera que esta obra muito embora chame a atenção para a necessidade da análise histórica e a importância do contexto estrutural interno de cada país latino-americano, reforça a tese da condição de dependência ser inevitável, e a impotência das forças que ela chama de “democráticas nacionais” de mudarem os rumos do desenvolvimento econômico desses países e da sua condição de dependência estrutural (GADELHA, 1999, p.177) quando afirma: “[...] O livro contribui, assim, para as críticas posteriores às teses desenvolvimentistas, progressivamente abandonadas e desviadas dos rumos iniciais, centralizadas em torno da noção da dependência esvaziada das análises de conteúdo político”. (Id. lb. grifo nosso).

principais obras de Marini ganha o mundo, não ganha projeções no interior do Brasil e, contraditoriamente, a crítica débil desenvolvida por Fernando Henrique Cardoso ganha espaço (não para o debate, mas para a formação alienada a partir de seu suposto pensamento único), antes mesmo de ser conhecida a mais importante obra da Escola da dependência) (TRANSPADINI & STÉDILE, 2005, p. 30).¹⁵

Assim, estas são as principais ideias que permearam o debate nos anos 1960 sobre a Teoria da Dependência e as condições de desenvolvimento econômico dos países, principalmente da América Latina. Vale um acréscimo. Outro registro que marcou o debate de meados de 1960 foi a tese do economista Celso Furtado sobre a análise teórica da estagnação econômica dos países latino-americanos. Abordaremos esta análise mais à frente neste mesmo capítulo, quando trataremos da abordagem de um ensaio que Tavares fez a quatro mãos com José Serra (1970) chamado “Além da Estagnação”.

1.3 O processo de substituição de importações e modelos de desenvolvimento na América Latina

Como já tivemos oportunidade de verificar quando da abordagem das principais considerações sobre o ideário cepalino, os argumentos em relação ao funcionamento da relação centro-periferia se baseiam na análise do progresso técnico bastante difundido nos países centrais e que, portanto, geram maior índice de produtividade principalmente no setor industrial. Por outro lado, no que tange aos países periféricos, este desenvolvimento tecnológico está mais ao alcance dos setores produtores e exportadores de produtos primários, onde a difusão dos frutos do progresso técnico, ou seja, da produtividade gerada não são amplamente difundido entre os demais setores a economia.

¹⁵ Não cabe aqui neste trabalho tecer uma análise mais específica sobre esse debate entre Cardoso, Serra e Marini. Para detalhes mais pormenorizados da resposta de Marini às críticas de Cardoso e Serra ver a seção “As razões do neodesenvolvimentismo (resposta a Fernando Henrique Cardoso e a José Serra)”, editado no livro *Dialética da Dependência* (MARINI, 2000, p. 167-241).

A autora inicia o seu ensaio, “Auge e declínio do processo de substituição de importações”, que foi escrito em 1963,¹⁶ onde irá abordar as principais transformações do modelo de desenvolvimento nos países da América Latina, e para tanto vai se apoiar nas teses da CEPAL para analisar as formas de desenvolvimento ou a razão das condições de subdesenvolvimento dos países latino-americanos.

Neste ensaio, Tavares vai apresentar quais são as características do modelo exportador que será chamado de “modelo de desenvolvimento para fora”.

Neste modelo, a estrutura produtiva da periferia adquire dois traços fundamentais. Por um lado, destaca-se o caráter especializado ou unilateralmente desenvolvido, já que parte substancial dos recursos produtivos é destinado a sucessivas ampliações do setor exportador de produtos primários, tido aqui como uma das variáveis chaves do setor externo pela autora. Em outra via a demanda de bens e serviços, que se eleva e se diversifica, se satisfaz em grande parte por meio do aumento das importações, a segunda variável chave deste modelo (RODRIGUEZ, 2009, p. 81).

A partir deste ponto, Tavares vai explicar as diferenciações da dinâmica entre os setores exportadores e as importações tanto nos países centrais como nos países periféricos, onde vai deixar claro que existe uma estrutura por demais heterogênea e atrasada no sentido de que coexistem setores onde a produtividade alcança níveis muito altos, como o setor exportador, e atividades que utilizam tecnologias com a produtividade do trabalho bastante inferior. Em contraste com essa estrutura produtiva da periferia, que como acentua a autora é especializada e heterogênea enquanto que vigora nos países de centro uma estrutura mais homogênea e diversificada. Como assim nos diz a autora nesta passagem:

[...] para a maioria dos países da América Latina, há uma divisão do trabalho social, entre o setor externo e o interno da economia. O setor exportador era (e continua sendo) um setor bem definido da economia, geralmente de alta produtividade econômica,

¹⁶ Nas citações e demais passagens referenciadas neste trabalho sobre o artigo “Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil”, nos apoiaremos no livro de Tavares *Da substituição de importações ao Capitalismo Financeiro-ensaios sobre economia brasileira*, editado em 1983, onde este artigo foi inserido.

especializado em um ou poucos produtos dos quais apenas uma parcela reduzida é consumida internamente. Já o setor interno, de baixa produtividade, era basicamente de subsistência, e somente satisfazia parte das necessidades de alimentação, vestuário, habitação da parcela da população monetariamente incorporada aos mercados consumidores (TAVARES, 1983, p. 32).

Feitas estas considerações sobre o caráter das economias voltadas para fora, cuja importância está no setor das exportações, Tavares vai analisar como se deu a passagem para um modelo de desenvolvimento “para dentro”.

Como vimos, quando das análises cepalinas na concepção do sistema centro-periferia, a industrialização é considerado um fato real e um fenômeno espontâneo. Indica a existência de uma mudança no padrão de crescimento de seu polo periférico, ou seja, do desenvolvimento voltado para fora baseado no setor exportador, ao desenvolvimento para dentro, baseado na ampliação da produção industrial e das decisões em investimento.

Neste ponto do ensaio, Tavares nos fala que a crise prolongada dos anos 1930 pode ser encarada como o ponto crítico da ruptura do funcionamento do modelo voltado para fora, dito também de primário-exportador. Neste ponto, podemos perceber que, para a autora, está também muito claro o processo de substituição de importações que então se inicia em função da crise mundial, quando os governos latino-americanos adotam uma série de medidas para defender o mercado interno dos efeitos da crise internacional, é espontâneo. Em outros termos, as iniciativas não tem o propósito de estimular deliberadamente a produção interna. Caracteriza-se assim um processo forte de industrialização espontânea, mais do que a aplicação deliberada de uma política econômica intencionada a implantar a industrialização nesses países. Ou seja, nos diz Tavares, que:

O processo de industrialização que se iniciou a partir disso encontrou sem dúvida alguma seu apoio na manutenção da renda interna, resultante daquelas políticas de restrições às importações, na elevação da taxa de câmbio, na compra de excedentes e no financiamento de estoques (TAVARES, 1983, p. 33).

“Com este processo, e dado o encarecimento dos produtos importados, isto resultou em um estímulo considerável para a produção interna substitutiva” (TAVARES, 1983, p. 33). As exportações sofreram uma queda vertiginosa, o que, pelo lado do nosso balanço de pagamentos, gerou uma aguda escassez de divisas. Portanto, uma série de medidas de política econômica foi adotada, compreendendo as tarifárias, cambiais e as proibições de determinados produtos importados, que não fossem essenciais ao desenvolvimento do país. No que se refere à distribuição intersetorial da população ativa, temos uma redução da proporção ocupada no setor primário, em proveito de um maior aproveitamento na indústria.

Tavares analisa os principais elementos constitutivos deste novo modelo de desenvolvimento, onde agora a principal variável chave passa não mais a ser as exportações, mas, no modelo de desenvolvimento para dentro, a variável principal é o investimento produtivo endógeno, tanto privado como público. Argumenta que:

Esta mudança do modelo tem um caráter apenas parcial de transformações ocorridas no sistema econômico e que resulta em dois fatores: um deles ainda é a preservação de uma base precária de exportação e sem dinamismo, o que por sua vez é uma das causas do estrangulamento externo, e um segundo fator é o da existência do que a autora chama de um novo tipo de economia dual (TAVARES, 1983, p. 34).

O que se pode entender sobre este caráter dual citado pela autora, é que, dada a característica principal dos países periféricos serem exportadores de produto primários, apoiados em um ou dois produtos, pouco irradiam do seu dinamismo interno para o conjunto da economia nacional. Nos países centrais não existe este dualismo, pois estas economias não são de especialização, mas um desdobramento natural do progresso tecnológico dos países líderes, cujos frutos são distribuídos homogeneamente para o conjunto da sua economia nacional.

Temos aqui, portanto, na formulação da autora, também a aceitação de um dualismo da divisão internacional do trabalho reproduzida internamente nas economias periféricas da América Latina, pois se configuram dois setores, um exportador e outro de subsistência, um voltado para o exterior e outro para o mercado interno, com pouca ou nenhuma interação entre ambos. Com isso posto, comenta Tavares (1983, p. 35):

[...] Em suma, o “processo de substituição de importações” pode ser entendido como um processo de desenvolvimento “parcial” e “fechado” que, respondendo às restrições do comércio exterior, procurou repetir aceleradamente, em condições históricas distintas, a experiência de industrialização dos países desenvolvidos.

A partir daqui, Tavares vai centrar sua atenção na natureza e evolução do estrangulamento externo, colocando dois tipos de caráter do estrangulamento externo: um de caráter absoluto e outro relativo.

É absoluto quando a capacidade para importar é estagnada ou declinante, como acontece, por exemplo, nas crises. É relativo quando a capacidade para importar cresce, mas em ritmo inferior ao produto, além de indicar uma tendência de longo prazo da queda das exportações de produtos primários em um cenário de crise e contração do comércio internacional. (TAVARES, 1983, p. 36).

Feita esta qualificação do duplo caráter do estrangulamento do setor externo, a autora a partir daqui irá desenvolver uma periodização no intervalo de 1949 até 1959, analisando como se deu desempenho do setor externo das economias latino-americanas no que diz respeito às exportações e importações bem como sobre o processo de substituição de importações. Após esta análise e periodização do processo de substituição de importações, aborda a dinâmica deste processo e os problemas de natureza interna e externa que irão surgindo na medida em que o processo se desenvolve.

Cabe aqui, em se tratando do termo substituição de importações, colocarmos uma observação. De acordo com Tavares, este termo pode gerar certos equívocos e até ser impróprio, pois pode dar a entender que se trata de um modelo ou estilo de desenvolvimento que visa levar os países à autarquia, quando na verdade, para se substituir algumas importações são necessárias outras, sem contar com os novos produtos que vão aparecendo internacionalmente e que tendem a ingressar na pauta de importações, conforme o processo de substituição vai se desenvolvendo nos países da América Latina ou nos periféricos em geral.¹⁷

Segundo Tavares (1983, p. 42):

[...] Tentaremos mostrar qual a mecânica da superação de alguns desses aspectos, chegando a conclusão de que os problemas de natureza externa e interna, tendem a se avolumar de forma a frear o dinamismo do processo

Conforme relata, o processo de substituição de importações começa geralmente pelos bens de consumo popular, que ela denomina bens de consumo terminados, de tecnologia mais simples e de mais fácil produção, exigindo investimentos mais acessíveis e com demanda cativa preexistente. Gradualmente avança o Processo de Substituição de Importações (PSI) para substituir produtos de bens intermediários até os bens de capital. Porém a autora destaca uma contradição nesse processo, pois à medida que este processo substitutivo continua se realizando, mais importações são necessárias e cada vez mais vai sendo difícil e custoso prosseguir, pois o estrangulamento externo, a necessidade de divisas, vão estabelecendo restrições e barreiras à sua continuidade. Estas não se dão somente por razões internas, como as dimensões de mercado, tecnologia adotada, perfil da mão de obra e constelação de recursos produtivos, bem como por razões externas,

¹⁷ Vale mencionar aqui um relato de Michael Kalecki sobre o termo substituição de importações. Como relata Tavares em uma entrevista no livro *Conversa com economistas brasileiros* (1997), Kalecki diz: “Eu já disse para a CEPAL chamar a substituição de importações de industrialização tardia e periférica”. Depois complementa a autora: “tardio e periférico é mais adequado para uma leitura estrutural porque se você diz substituição de importações, qualquer aluno de economia pode achar que quando cai o coeficiente houve substituição, quando sobre não houve, só que é exatamente ao contrário” (TAVARES, 1997, p. 144).

com relação às barreiras dadas pela recorrente falta de divisas e dificuldades de continuar o processo e substituir produtos cada vez mais sofisticados.

Tavares também faz suas considerações sobre as diversas acepções do termo “substituição de importações”, que para a autora, este termo foi adotado para designar o novo processo de desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, mas é pouco feliz porque dá a impressão de que consiste em numa operação simples e limitada de retirar ou diminuir componentes da pauta de importações para substituí-los por produtos nacionais. Mesmo com esta ressalva, a autora vai dizer que “continuaremos a designar de ‘substituição de importações’, uma vez que esse é o nome consagrado na literatura sobre o desenvolvimento econômico dos países da América Latina e, em particular, nos trabalhos da CEPAL.” (TAVARES, 1983, p. 38-41).

Feitas estas considerações sobre as condicionantes externas e internas do processo de substituição de importações, Tavares analisa uma série de críticas que foram feitas ao processo de industrialização da América Latina, identificando três tipos:

- a. O problema dos altos custos e da falta de competição
- b. O problema do emprego
- c. O problema da falta de planejamento

Com relação à crítica do problema de altos custos e da falta de competição, dada a natureza de competição característica dessas economias, surge um problema que a autora destaca como sendo de elevados custos relativos nas economias. Isto ocorre porque muitas indústrias tradicionais e também em algumas mais pesadas e complexas nas quais as economias de escala não são variáveis decisivas nos custos, nossos preços internos são altos impedindo que a possibilidade de se ganhar competitividade no mercado externo. No que tange ao problema do emprego, Tavares coloca que a nossa mão de obra é muito desqualificada, e que, no limite provoca um aumento cada vez maior do desemprego estrutural.

Por que isso ocorre? Conforme Tavares (1983, p. 56):

Pela natureza do processo de inserção externa das economias latino-americanas como dependentes das empresas dos países centrais que se instalam no país trazendo uma tecnologia na sua maioria das vezes poupadora de mão de obra e com alta densidade de capital.

Para tanto, sustenta a autora, teríamos que ter uma política econômica que privilegiasse investimentos sociais e econômicos no sentido de absorver, por exemplo, no setor público e de serviços esse contingente de força de trabalho desempregada, e também fazer uma reforma agrária que possibilitasse a conjugação do fator trabalho e terra que são abundantes nesses países, melhorando com isso a produtividade no campo e também absorvendo nos setores primários essa grande parcela de mão de obra.

Finalmente, encerrando a análise sobre esta primeira parte do seu ensaio em que analisa o processo de substituição de importações e da industrialização, Tavares vai analisar o problema da falta de planejamento nessas economias, que pecam por não adotarem políticas econômicas para privilegiar os investimentos públicos, e privados.

Finalizando esta parte do seu primeiro ensaio, a autora pondera que falta uma política econômica consistente com um maior investimento do Estado na economia, a necessidade de uma justa distribuição da renda e de uma reforma agrária, compatíveis com uma política de melhor absorção da mão de obra excedente. A ausência destas reformas ou políticas poderá acarretar um agravamento ainda maior da dualidade estrutural básica das economias latino-americanas, ou seja, a um distanciamento das desigualdades entre um setor atrasado e de subsistência em relação ao setor capitalista relativamente desenvolvido, e ao fim e ao cabo, colocando ainda maiores limites ao processo de desenvolvimento e industrialização das economias da América Latina.

Seguindo ainda neste ensaio, “Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil” (1983), Tavares vai incorporar os principais elementos teóricos que foram desenvolvidos na análise das economias da América Latina, e de como este arsenal teórico é implementado em sua análise para o caso específico da economia brasileira. Para tanto, a autora, após uma introdução do que será visto para o caso do Brasil, no que tange às políticas de substituição de importações e o caminho para a industrialização a partir da década de 1950, vai analisar como o Brasil respondeu à questão do estrangulamento externo. Tavares vai analisar as principais características desse estrangulamento, no que respeita ao entendimento do processo de importações e do poder de compra das exportações em uma análise empírica que vai dos anos 1950 até início dos anos 1960.

Com isso, Tavares constata a perda do dinamismo do setor exportador, em particular a partir da grande depressão, dando lugar a um esforço de reorientação da atividade econômica voltada agora para dentro, consubstanciado em grande parte na substituição de importações, assegurada por políticas cambiais e tarifárias. Para tanto, vai empreender uma rigorosa observação empírica desde o final de 1950 até o início dos anos 1960.

Após esta análise da periodização e de dados empíricos envolvidos no processo de substituição de importações, Tavares encerra este seu primeiro ensaio, colocando algumas conclusões dos argumentos econômicos que permitem explicar por que o processo de substituição de importações avançou tanto no Brasil, inclusive com taxas e crescimento superiores as da América Latina e, em seguida, comenta que “os principais problemas característicos do tipo de estrutura econômica a que foi conduzido o país pelo seu modelo histórico de desenvolvimento neste período” (TAVARES, 1983, p. 08).

A autora inicia comentando os principais fatores do dinamismo do processo de substituição de importações, destacando que para o Brasil este dinamismo foi facilitado por já existirem as condições essenciais para o estímulo ao setor industrial, a saber, um mercado com dimensões e composição relativa importante e um grau de diversificação da estrutura produtiva já alcançada dentro do modelo tradicional exportador. Merece destaque, como mostra a autora:

A coincidência espacial dos setores dinâmicos num e noutro modelo de desenvolvimento, seja no modelo primário-exportador, ou no modelo de substituição de importações, e a disponibilidade relativa de fatores, sobretudo a abundância de mão de obra e de terra, e a política econômica (TAVARES, 1983, p. 99).

Com isso, a autora mostra porque o processo de substituição de importações e da industrialização foi mais forte e de maior dinamismo no Brasil em relação aos países da América Latina, dadas as características e dimensões do mercado interno bem como da sua concentração regional e espacial. Neste último ponto, a peculiaridade do caso brasileiro que foi extremamente favorável à dinâmica interna do processo reside na coincidência espacial dos setores dinâmicos no setor exportador do modelo tradicional e no setor secundário do modelo de substituição de importações.

Destaca ainda Tavares que, do ponto de vista estritamente econômico, as altas taxas de lucro obtidas pelos empresários industriais estimularam fortemente a capitalização do setor, graças a uma ampla reserva de mercado concentrada geograficamente, favorecendo a substituição de importações. Graças também a uma oferta elástica de mão de obra, com baixo grau de organização e sindicalização, o que acarretava salários mais baixos e, portanto, baixos custos da mão de obra, cabendo destaque também a uma política econômica favorável ao setor empresarial. Este conjunto de fatores explica porque o desenvolvimento da economia brasileira com base neste novo modelo alcançou um melhor desempenho do que as demais economias latino-americanas e outras economias periféricas.

Conclui, então, Tavares que tanto as variáveis internas como externas atuaram favoravelmente ao processo de substituição de importações e que por esta via se conseguiu uma aceleração da atividade industrial capaz de aumentar a taxa de crescimento da economia como um todo. (TAVARES, 1983, p. 103).

Na etapa seguinte do ensaio, no que diz respeito aos traços da estrutura econômica e social a que deu lugar o modelo de substituição de importações, a autora vai constatar que, a despeito da relativa alta taxa de crescimento econômico da economia brasileira neste período e do grau de diversificação do setor industrial, este processo de industrialização e, portanto, de desenvolvimento econômico, foi essencialmente desequilibrado em termos setoriais, regionais e sociais. A partir dessa constatação, vai analisar cada um desses desequilíbrios, deixando apenas de mencionar propositadamente o desequilíbrio financeiro¹⁸, cujo tema analisa no ensaio “Natureza e contradições do desenvolvimento financeiro recente” (1971), que será objeto de síntese neste capítulo.

Podemos verificar aqui que, mesmo em se tratando de um processo de industrialização e resultando em crescimento econômico, isso não implica obrigatoriamente um maior equilíbrio entre a economia e o social. Ele pode acarretar sim, problemas sérios de concentração de renda, de concentração de terras, desequilíbrios sociais e regionais, acentuando mais ainda a dualidade econômica do país.

Após estas considerações, Tavares vai atentar para uma mudança importante já no final dos anos 1960 da economia brasileira. A autora vai indicar que o processo de substituição de importações, enquanto modelo de desenvolvimento, já atingira o seu ápice, ou seja, o seu estágio final, e de como se apresentava a necessidade de transitar para um novo modelo de desenvolvimento que, para a autora, tinha de ser verdadeiramente autônomo, ou seja, que o processo de desenvolvimento fosse oriundo de dentro do próprio sistema, ou seja, endogenamente, e que os problemas apontados por Tavares da estrutura econômica, como vimos no parágrafo anterior, teriam de ser levados em conta.

Conceição inicia essa reflexão, indagando quais seriam os resultados econômicos da substituição física em bens de capital, etapa do amadurecimento do processo de substituição de importações, dado o limite em capital humano e

¹⁸ Tavares (1983, p. 114-5) esclarece que “deixamos de mencionar propositadamente um quarto aspecto, o desequilíbrio financeiro, que tem sido igualmente característico desse período e talvez mais notório, pela íntima relação que tem com o fenômeno da aceleração inflacionária”.

financiamento. Outra indagação da autora, diz respeito a problemas do lado da demanda, ou seja, de onde surgiria o estímulo para realizar as substituições de importações principalmente de bens de capital, necessários para condicionar um forte desenvolvimento econômico.

É interessante notar aqui, a observação da Tavares, qualificando melhor a questão do papel do estrangulamento externo. Diz ela que:

[...] o estrangulamento externo só era indutor do processo de desenvolvimento, à medida que havia internamente uma demanda contida por importações de bens de consumo que ao serem substituídas expandiam o próprio mercado interno, e geravam uma demanda derivada de bens de capital e produtos intermediários, a qual por sua vez resultava em novo estrangulamento externo levando a outra onda de substituições, e assim por diante (TAVARES, 1983, p. 117).

Porém, prossegue a autora, quando o processo atinge uma fase avançada, e o que resta para substituir são essencialmente bens de capital ou matérias primas e materiais para investimento e, por outro lado, as indústrias de bens de consumo já atingiram a maturidade, o estrangulamento externo então deixa de ser indutor do processo de substituição e do investimento, passando a ser um obstáculo.

Portanto, dado que o processo de substituição de importações conseguiu implantar a suficiência em termos de produção dos bens de consumo durável, resta agora a implantação dos bens de capital. Mas, pondera a autora, que estes bens são bens de demanda derivada, cuja substituição não deriva de si mesma, havendo necessidade de uma demanda prévia. De onde virá essa demanda prévia, que permita realizar a substituição desses bens de capital?

Responde a autora:

[...] Assim, podemos concluir que a continuidade do processo de crescimento em condições de estrangulamento externo repousa basicamente numa demanda autônoma por bens de capital capaz de aproveitar melhor a capacidade instalada no setor nacional de equipamentos, ou forçar a sua complementação, liberando assim divisas que permitem a expansão das importações de certas matérias-primas e produtos intermediários para os quais não dispomos de condições de produção interna adequada. (TAVARES, 1983, p. 118).

Mas qual será o impulsionador desta demanda autônoma? Quem vai realizar esta tarefa que não está à altura da resposta do mercado? Tavares (1983, p. 118) nos responde:

[...] Para realizar essa tarefa [...] a variável decisiva estará no montante e composição dos investimentos governamentais; só o setor público com o seu peso relativo dentro da economia, tem capacidade de exercer uma demanda autônoma, capaz de se opor às tendências negativas que emergem do esgotamento do impulso externo.

Mais ainda, este processo de desenvolvimento, que esta caracterizando a passagem do modelo de substituição de importações para um modelo autossustentado de crescimento, não seria induzido pelo estrangulamento externo, que caracterizou o modelo anterior, mas seria impulsionado pelo programa de inversões do governo.

Para finalizar esta parte do ensaio, em que a autora analisa o processo de substituição de importações e suas especificidades para o Brasil, Tavares vai traçar um esboço daquilo que ela chama de alternativas estratégicas que porventura se apresentam para o caso brasileiro. Para tanto, Tavares vai analisar quatro alternativas com o objetivo de ilustrar as linhas gerais dos principais problemas de estrutura até aqui abordados.

Na primeira alternativa, Tavares vai supor a continuação do estrangulamento externo e a manutenção da mesma estrutura de mercado tanto em termos setoriais como regionais. Caberá então ao Estado realizar um montante de investimentos na área de infraestrutura; energia e serviços básicos e a continuidade do processo de substituição de importações. Com relação à distribuição da renda, esta ainda continuaria concentrada, sobretudo no chamado “polo capitalista”, dado que ainda continuaria a baixa absorção de mão de obra nos setores de mais alta produtividade e da diminuição do ritmo de crescimento das indústrias mais dinâmicas, que seria compensada pelas mesmas buscando melhor rentabilidade no consumo das classes de mais alta renda. Na segunda alternativa, mantém-se o estrangulamento externo, mas admite-se a possibilidade de uma mudança na composição de mercado, tanto em termos setoriais como regionais, visando atenuar a dualidade básica do sistema. Neste caso, o investimento público torna-se também relevante, mas sua composição passa a se direcionar para melhorias no setor mais atrasado, com o intuito de aumentar a produtividade e o nível de emprego nesses setores subdesenvolvidos, bem como um maior estímulo ao investimento do setor de bens de produção, sobretudo o setor produtor de equipamentos leves para atender à agricultura e à pequena e média indústria nesse setor menos desenvolvido. Como destaca Tavares (1983, p. 122):

À medida que os investimentos públicos e privados ocorrem no setor subdesenvolvido, gera-se um processo de aumento da renda e do emprego, criando as condições para a transferência efetiva da população do setor primário para o secundário, dado o avanço da expansão do mercado e do estímulo ao setor industrial, alavancando particularmente o setor de bens de consumo durável, e, portanto, gerando um modelo autônomo de desenvolvimento com os setores primário e secundário crescendo de forma mais expansiva e integrada.

E complementa sua ideia afirmando que:

Partindo agora, da premissa de que são as condições externas que se modificam mantendo-se idêntica a mesma estrutura interna, surge

uma terceira alternativa, qual seja uma melhoria das condições do setor externo decorrente do aumento de poder de compra das exportações tradicionais. O aumento das exportações provocaria um aumento da renda do sistema econômico e também das possibilidades de uma maior fonte de financiamento dos investimentos públicos para o setor de infraestrutura básica. Já na quarta alternativa, a abertura do setor externo se realizaria através da diversificação de exportações, sobretudo originárias do setor industrial, o que acarretaria um maior aumento do dinamismo do setor capitalista mais avançado, e como anota a autora, este dinamismo econômico agregaria às faixas de mercado interno, que representam a cúpula da pirâmide de renda, segmentos de uma demanda externa dinâmica. (TAVARES, 1983, p.122-3).

Após esta análise das quatro alternativas possíveis para o Brasil implementar para o seu desenvolvimento econômico e prosseguir sua industrialização, Tavares (1983, p. 123) diz que:

A hipótese mais dinâmica seria evidentemente uma combinação de transformações internas como as mencionadas na segunda alternativa, mas com a melhoria das exportações tradicionais e a conquista dos mercados para os setores industriais mais dinâmicos. Assim, caberia aos investimentos governamentais dar estímulos para um melhor desenvolvimento industrial, melhorando a infraestrutura de serviços básicos, e aumentando os investimentos públicos para a expansão do setor primário e nas regiões subdesenvolvidas. Essas ações somadas ao plano social, com uma melhor distribuição da renda, com ênfase no setor primário, como anota a autora, acarretaria um desenvolvimento homogêneo da economia nacional e a diminuição das disparidades entre os setores modernos da economia e o setor atrasado.

Cabe finalmente o destaque da autora que, as possibilidades da política econômica são consideravelmente mais limitadas para atuar sobre as variáveis externas do que sobre as internas, se bem que o próprio raio de manobra das políticas internas está também limitado por razões institucionais e político-sociais vigentes.

Em resumo, sobre o ensaio “Auge e declínio do processo de substituição de importações” (1983) procuramos apresentar uma sistematização das principais elaborações teóricas de Tavares sobre a industrialização substitutiva de importações

enquanto modelo histórico de desenvolvimento. Esta identificação da dinâmica do processo de substituição de importações, na interação dialética que faz a autora entre o recorrente estrangulamento externo e os impulsos a mudanças estruturais internas do aparelho produtivo, permite identificar na opinião de Maria da Conceição Tavares, quando analisa o caso brasileiro, o esgotamento deste modelo dinâmico de substituição de importações e suas consequências industrializantes.

A autora propõe estratégias para uma implantação de políticas econômicas necessárias ao desenvolvimento industrial do país em face do novo modelo econômico que está sendo implementado e a necessária intervenção do Estado em políticas públicas de investimento, que serão fundamentais para desenvolver o país de forma homogênea e nacional, melhorando a distribuição de renda do país, além da necessidade da implantação da reforma agrária, para diminuir as disparidades regionais e sociais, conforme foram analisadas na última parte do ensaio.

1.4 Estagnação ou crise? Considerações sobre o ensaio “Além da estagnação”

A primeira crítica às teses cepalinas a partir dos determinantes endógenos e não exógenos ao sistema, apareceu em 1970, com o trabalho da autora chamado “Além da estagnação”, publicação conjunta com José Serra. Particularmente este ensaio vai analisar as inconsistências teóricas sobre a questão da estagnação econômica, contida no trabalho de Furtado¹⁹. Os autores irão negar que haveria uma tendência á estagnação da economia, já que a relação entre capital e trabalho não necessariamente cresceria sempre, pois as novas tecnologias poderiam ser poupadoras de mão de obra, uma vez que os preços relativos de novas máquinas e equipamentos podem cair, com relação aos antigos, além de terem, geralmente, mais produtividade. Esse aumento de produtividade elevaria as taxas de lucro esperadas, mantendo o nível de investimento e de produção.

¹⁹ “Desenvolvimento e Estagnação na América Latina: Um enfoque estruturalista”. In: A. Bianchi (org.), *América Latina: ensayos de interpretación económica*. Santiago: Universitária, 1969.

Mais ainda, as próprias políticas econômicas adotadas a partir das reformas monetárias e financeiras de 1967, impostas pelo PAEG, implementadas pela dupla Campos-Bulhões, foram funcionais para o dinamismo posterior da economia brasileira. Tavares e Serra chegam à conclusão, que mesmo com prejuízo das condições sociais das classes trabalhadoras, bem como um maior aumento da concentração da renda e aumento das desigualdades econômicas, o capitalismo possuía uma dinâmica de crescimento e acumulação de capital.

Portanto, estavam postas para o crescimento econômico condições que não levariam ou estavam levando à estagnação econômica, mesmo que em situação de concentração cada vez maior da renda, e sem efetivamente distribuir renda e sem fazer a reforma agrária²⁰, como postulavam as teses da CEPAL e especialmente, Celso Furtado. Cabe antes de desenvolvermos as contribuições que permearam o ensaio “Além da estagnação”, fazermos um breve resumo do que foi a chamada tese da estagnação elaborada por Celso Furtado. Furtado (1968), na obra *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*, vai nos dizer sobre a formação e o contraste histórico entre as economias centrais e das economias periféricas ou subdesenvolvidas.

O autor faz uma análise para os países centrais, observando que a urbanização permitiu a criação de uma sociedade estruturada em classes com antagonismos e complementaridades ao mesmo tempo. Para o autor:

O antagonismo acontece porque as classes trabalhadoras exigem melhores salários e uma distribuição de renda adequada a seus interesses, o que rivaliza com os interesses da classe capitalista. Ocorre que a pressão que nesse sentido exerce a classe trabalhadora, leva indiretamente ao avanço tecnológico e da produtividade do conjunto dos fatores de produção, o que permite

²⁰ Cabe aqui uma menção também a Tavares (1983), que em seu primeiro ensaio, ainda permeado do paradigma cepalino, por nós aqui já analisado “Auge e declínio do processo de substituição de importações” que propunha em uma seção específica do ensaio a solução da reforma agrária como resposta ao problema de emprego da mão-de-obra no campo, como segue nesta passagem:” A menos que o investimento governamental se oriente decididamente no sentido de emprego de mão-de-obra e que no setor primário, onde se encontra grande parcela da população, se realize uma reforma agrária que conjugue abundantemente o fator terra e trabalho. (1983, p. 56-7).

aos capitalistas compensar com a alta da margem dos seus produtos o aumento dos salários reais. (FURTADO, 1968, p. 11).

Dessa forma, como ainda nos diz Furtado no mesmo texto, o próprio antagonismo gerado, coloca em movimento forças que engendram a sua superação, ao mesmo tempo em que a própria classe capitalista procura institucionalizar esse processo de antagonismo, regulando, por exemplo, o direito de greve, fazendo modificações nas instituições políticas, visando uma adaptação às demandas de uma sociedade dinâmica, decorrente do próprio antagonismo das classes sociais que constituem o sistema econômico nos países centrais.

No que diz respeito aos países subdesenvolvidos latino-americanos, o autor mostra que suas características de desenvolvimento econômico são diferentes em relação aos países centrais. Nos países latino-americanos não houve uma industrialização consciente. O que de fato ocorreu foi que, a partir de um choque externo, uma diversificação das estruturas econômicas produtivas foi imposta como uma alternativa à retomada do crescimento. A saída para o estrangulamento externo, decorrente da falta de divisas e colapso da capacidade para importar, era suprir as importações caras, por um processo de industrialização.

Assim, Furtado²¹ vai analisar o processo de substituição de importações pelo qual passaram as economias latino-americanas, especialmente o Brasil, atribuindo-lhes características que não só impediriam esses países de alcançarem o desenvolvimento autônomo, tornando-os dependentes, como os levaria à estagnação.

²¹ Para uma análise mais específica do processo de industrialização no Brasil, consultar Furtado (1968) seu livro *Um projeto para o Brasil*, onde investiga as questões não somente do processo de industrialização, mas também uma análise global do sistema econômico no Brasil, caracterizado por uma deformação estrutural do perfil da demanda global, o progresso técnico e da difusão diferenciada e concentrada dos frutos deste progresso técnico, uma análise sobre a estrutura agrária no Brasil, e do processo de concentração de renda nos estratos das classes mais ricas, dado o seu perfil de consumo, no sentido de adequar uma demanda ao tipo de tecnologia que produzem, controlam e utilizam as empresas multinacionais. Ver também sua obra *Análise do modelo brasileiro* (1978), onde o autor desenvolve algumas dessas ideias, particularmente a questão da concentração de renda e o financiamento e consumo dos bens duráveis pelas classes mais ricas.

Para Furtado (1968), a primeira manifestação do fenômeno da dependência seria exatamente a imposição externa de padrões de consumo. A Indústria dos países subdesenvolvidos nasceria de tal forma condicionada pela demanda preexistente de consumo de luxo, que a tecnologia incorporada por meio de importação, não se adequaria com o nível de acumulação de capital do país, mas com o perfil da demanda dada pelo consumo supérfluo de bens de luxo das classes mais abastadas.

Cria-se assim, um processo que levaria ao aprofundamento da situação de dependência, dado pela existência de um excedente de mão de obra e a adoção de técnicas poupadoras deste fator, sendo os salários fixados em níveis muito baixos e os incrementos decorrentes do aumento da produtividade e das economias de escala concorreriam para concentrar ainda mais a renda e reforçar a tendência à sofisticação do consumo de luxo. Isto para Furtado repercutiria negativamente nas taxas de crescimento da economia. Mais ainda, esta tendência intrínseca à industrialização dos países subdesenvolvidos, seria agravada com a oligopolização dos mercados, que impediria que os aumentos da produtividade fossem transferidos aos consumidores, via queda de preços.

Existia assim, para Furtado, uma incompatibilidade entre os projetos desenvolvidos pelos dirigentes visando a reproduzir o padrão de consumo dos países centrais e o grau de acumulação de capital atingido pelo país, o que acarretaria uma redução das taxas de crescimento do produto e eventual estagnação.

Portanto, na análise do autor, a partir de uma concentração dos investimentos intensivos em capital, uma queda na demanda de mão de obra por unidade de investimento, dada a estabilidade da produtividade do trabalho, tem-se um aumento da relação capital-trabalho, acarretando uma queda na relação produto-capital. O resultado é uma queda do ritmo de crescimento para o conjunto da economia, o mesmo que dizer, de uma eventual estagnação.

Como diz o autor nesta passagem:

[...] Sempre que se admita que a taxa de lucro tende a igualar-se nas distintas indústrias, do contrário não seria possível explicar que indústrias com uma notória inferioridade no que diz respeito à rentabilidade do capital viessem a atrair investimentos, e que se tenha em conta que a taxa de salário é a mesma, cabe inferir que a relação produto-capital tenda a ser tanto mais baixa, quanto mais elevado for o coeficiente de capital por trabalhador. (FURTADO, 1968, p. 79, grifo nosso).

Em resumo, Celso Furtado atribui à estagnação econômica das economias latino-americanas a perda de dinamismo da industrialização substitutiva de importações conforme vinha se esgotando as etapas de substituição de produtos leves, que eram os mais fáceis de substituir. A crescente concentração de renda e a utilização de tecnologias poupadoras de mão de obra de elevada relação capital-trabalho, combinados com a estabilidade dos salários e da produtividade do trabalho, acarretaria uma queda na taxa de lucro. Isto caracteriza a visão estagnacionista de Furtado.

Estas foram, portanto, em linhas básicas, como se deu o desenvolvimento do pensamento de Furtado sobre a tese da estagnação econômica da América latina.

No ensaio que agora vamos analisar, chamado “Além da Estagnação”, Tavares e Serra (1970), irão elaborar algumas considerações teóricas sobre a questão da crise da economia brasileira ao final dos anos 1950 e início dos anos 1960, iniciando com a primeira parte deste ensaio, onde questionarão se esta crise era de estagnação, em virtude do esgotamento do processo de substituição de importações ou esta crise era oriunda de uma situação em direção a um novo modelo de desenvolvimento capitalista.

Eles consideram que o funcionamento do sistema capitalista, especificamente no Brasil, não é sinônimo de estagnação e que este sistema econômico dominado pelo capital não produz necessariamente, como havia sido o

pensamento de Furtado (1968) em *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*, a uma espécie de atraso econômico do país. Produz sim, aquilo que vai ser chamado mais à frente por Tavares de “modernização conservadora” e que será tema do Capítulo 3 desta dissertação.

Em “Além da estagnação” (1970), ensaio que agora passamos a analisar, os autores começam a indagar se grande parte das economias latino-americanas se encontram em uma fase de total estagnação econômica ou se não passa de uma crise de caráter mais conjuntural. Os próprios autores respondem que:

[...] A crise que acompanha o esgotamento do processo substitutivo representa no essencial, pelo menos no caso de alguns países, uma situação de transição a um novo esquema de desenvolvimento capitalista (TAVARES, 1983, p. 157).

Mesmo ainda com sérios problemas econômicos e sociais, como a concentração da renda e da terra, bem como a exclusão social e o atraso de certos setores econômicos e baixos níveis de produtividade, que para os autores das teses estagnacionistas, como vimos, apontavam os limites do desenvolvimento econômico dentro do capitalismo, que para Tavares e Serra, estes fatores não foram obstáculos para a dinâmica da economia capitalista na região. Mais ainda, o capitalismo na América Latina, embora se desenvolva de modo crescentemente desigual, e associado com o capital estrangeiro, provoca um processo de exclusão social, com diferentes níveis de consumo e produtividade, “conseguiu estabelecer um modelo que lhe permite gerar fontes internas de estímulo e expansão que lhe conferem dinamismo” (TAVARES & SERRA, 1983, p.158).

Portanto, embora o sistema capitalista nos países periféricos, particularmente nos latino-americanos, sofra de problemas em sua economia, a partir da contradição básica entre produção e realização, torna-se difícil sustentar, na opinião de Tavares, que tal contradição, reconhecida nas análises dos estagnacionistas, particularmente em Furtado, fosse também responsável por algum tipo de estagnação secular em economias que possuíam um significativo setor de bens de produção. Está claro

aqui que, para Tavares e Serra, economias com forte dinamismo, apresentado justamente por já existir um setor de bens de produção instalado, está sujeito a crises periódicas de realização da produção, dado até pela limitação ou insuficiência de demanda efetiva, mas não está sujeita a uma estagnação econômica definitiva. Para os autores, o processo é endógeno e cíclico, e a estagnação é cíclica.

Antes de prosseguir na análise das principais elaborações teóricas deste ensaio, vamos indicar aqui as críticas que os autores elaboraram sobre o modelo de estagnação de Furtado²². Primeiro consideram que suas categorias e conceitos são insuficientes para abordar a realidade das economias latino-americanas e também as causas da sua estagnação. Alegam os autores:

[...] que se as categorias com que trabalha, fossem as mais pertinentes, dificilmente se poderia concluir que a estagnação fosse inevitável no tipo de economia por ele estudada. No máximo haveria uma ligeira desaceleração durante certo período até que os efeitos dos fatores que freiam à tendência a redução da relação capital-produto se verificassem mais fortemente, mas a estagnação não seria de modo algum do tipo secular (TAVARES & SERRA, 1983, p. 167).

Os autores com isso afirmam que errou Furtado ao trabalhar com categorias de resultado e que, portanto confundiu a igualação das taxas de lucro nos diferentes setores industriais e não percebeu que são as expectativas dos empresários da futura taxa de lucro que vão permear as decisões de investimento, e não a queda da relação capital/produto, que aqui também é uma categoria de resultado, não explicando, os determinantes da crise.

A partir deste ponto, outra crítica que os autores impõem ao pensamento de Furtado sobre a estagnação²³, é que ele não considera os efeitos do progresso

²² Conforme nos indicam os autores, a presente análise crítica será sobre o artigo de Celso Furtado “Desenvolvimento e Estagnação na América Latina: Um enfoque estruturalista” (1969), pois este artigo é o que expressa a tese da estagnação de maneira mais explícita e rigorosa. (TAVARES & SERRA, 1983, p.156).

²³ Para uma passagem que melhor evidência a tese da estagnação em Celso Furtado, e uma possível solução no pensamento do autor, recorreremos à seguinte citação:

técnico sobre a produtividade dos investimentos nem os efeitos de economias externas. Segundo Tavares e Serra, Furtado subestimara a natureza do progresso técnico, que não é apenas poupador de trabalho, mas pode também ser poupador de capital. De acordo com os autores, em uma crise, a redução da demanda corrente gera aumento da capacidade ociosa e, com isso, a redução da relação produto-capital, o que é resultado e não a causa da crise. Segundo os autores, se Furtado utilizasse as categorias mais adequadas em seu modelo, não vislumbraria uma estagnação, mas, no máximo, uma desaceleração.

Os autores fazem outra observação à análise de Furtado no que diz respeito ao progresso técnico e a relação capital-trabalho, onde este autor assinala que, dado uma maior incorporação de progresso técnico, ocorrerá um maior aumento do coeficiente capital-trabalho acarretando numa maior queda da relação produto-capital. Os autores contestam esta observação de Furtado, alegando que somente ocorrerá uma redução na produtividade do capital se a produtividade do trabalho não aumentar na mesma proporção do aumento da intensidade do capital. Isto acontece porque se considera aqui a tese da neutralidade do progresso técnico de Harrod: uma crescente mecanização da produção expressa pela crescente relação capital/trabalho pode corresponder a aumentos proporcionais na produtividade do trabalho, de modo que a relação produto/capital se mantém inalterada.

Após identificar algumas observações de Tavares e Serra (1970) sobre o processo estagnacionista na obra de Furtado²⁴, os autores passam a analisar a crise da década de 1960, mostrando que ela é fruto do processo de transição entre o fim do processo de substituição de importações (PSI) e o início de um novo

[...] O cerne do processo não está no comportamento dos agentes que tomam decisões econômicas, os quais podem muito bem pautar-se por estritos critérios de racionalidade, tanto em função dos meios que utilizam como dos seus legítimos objetivos; está nas relações estruturais que delimitam o como dentro do qual as decisões relevantes são tomadas. É neste sentido que se pode atribuir aos problemas da estagnação latino-americana um caráter estrutural. Sendo assim, cabe indagar se uma política capaz de deter a tendência em longo prazo a estagnação não terá que assumir a forma de ação consciente e deliberada visando criar relações estruturais e a condicionar formas de comportamento capazes de engendrar um processo social do qual o desenvolvimento econômico seja componente necessário.(FURTADO, 1968, p. 89).

²⁴ Interessante destacar que Tavares & Serra (1983) numa crítica mais explícita a Furtado como um autor que se utilizou de categorias neoclássicas, quando afirmam: “Furtado parece ter vestido a ‘camisa de força’ de um modelo neoclássico de equilíbrio geral, elegante, mas ineficaz para explicar a dinâmica de uma economia capitalista” (TAVARES & SERRA, 1983, p. 167).

modelo de desenvolvimento. Analisará o período em duas fases: a primeira se dará de 1960-1963 e a segunda fase da crise de 1964 a 1966²⁵.

Na primeira fase, a tendência à estagnação soma-se a uma crise conjuntural oriunda de medidas do governo adotadas para combater a desaceleração econômica, tais como, tentativas de redistribuir renda para assalariados, via uma política de preços e salários e ações no combate à inflação, via contenção de gasto público e crédito privado e redução da liquidez. Também componentes autônomos, como os investimentos do capital estrangeiro que poderiam contrabalançar os efeitos da crise, não se efetivaram devido às políticas do governo de João Goulart, hostis ao capital estrangeiro, expresso na lei das remessas de lucro e de controles de capital estrangeiro (TAVARES & SERRA, 1983, p. 170).

A segunda fase foi então precedida pela mudança do regime político e caracteriza-se pelo agravamento da recessão em função da utilização de uma política monetária restritiva, baseada nos cortes de dispêndio público e do arrocho salarial. Este conjunto de medidas restritivas fez cair o custo das empresas, mas em compensação produziu uma brutal queda da demanda efetiva. (TAVARES & SERRA, 1983, p. 170-171).

Os autores colocam também a concentração da renda que privilegiou as empresas com condições melhores de resistir à crise, e que somada às medidas de socorro financeiro, possibilitou a expansão e a recuperação econômica. As reformas econômicas, principalmente as do mercado de capitais e tributárias, lançaram as bases para um novo tipo de financiamento do setor público e privado. Assim, segundo os autores, as medidas econômicas adotadas foram funcionais para enfrentar a crise e passar para uma nova etapa do desenvolvimento capitalista.

Feito isso, Tavares e Serra (1970) passam a analisar alguns traços do desenvolvimento do capitalismo no Brasil a partir de meados de 1960. Afirmam que no período decorrido entre 1966 e o final dos anos 1970, foram tomando forma algumas das características pertencentes ao novo estilo de desenvolvimento

²⁵ Uma análise mais pormenorizada para explicar os períodos de expansão e de crise, percorridas pela acumulação de capital no Brasil a partir dos anos 1960 numa visão no campo teórico marxista de luta de classes e das relações de produção, consultar Mantega & Moraes (1980), no livro *Acumulação monopolista e crises no Brasil*.

capitalista no Brasil. Os autores irão limitar-se então a analisar somente os traços mais marcantes que caracterizaram os processos de expansão, incorporação e difusão do progresso técnico e da reconcentração de renda e regional da economia.

Segundo os autores:

[...] Cremos que os transtornos verificados nessa economia não correspondem ao fenômeno da estagnação em sua acepção comum, apesar da redução da taxa de crescimento verificado entre 1962-1967 (TAVARES & SERRA, 1983, p. 176).

Em seguida, irão analisar quais foram os determinantes da expansão bem como o processo de acumulação neste processo de expansão.

Basicamente este processo de expansão vale, particularmente para o caso não só do Brasil, mas como no México, por exemplo, pela complementaridade entre a participação dos setores dinâmicos da economia controlados pelo Estado e o capital internacional, que irão conformar novas formas de dependência tecnológica e financeira. Ou seja, ocorrerá agora uma maior solidariedade orgânica entre o Estado e o capitalismo internacional, visto que ambos participam de modo predominante no investimento e produção dos principais setores dinâmicos sem que haja entre eles contradições no plano da tomada de decisões, e se constituindo num núcleo mais integrado na expansão de acumulação de capital, particularmente no caso brasileiro. (TAVARES & SERRA, 1983, p. 177).

Prosseguem os autores que neste processo de expansão, além das características determinantes do processo de acumulação que passa a tomar novas formas, como se destacou sobre a relação entre o Estado e as corporações multinacionais e os diversos setores de produção envolvidos, os autores irão alertar sobre como a acumulação interna de lucros dentro das empresas foi alimentada pela grande disparidade entre o ritmo de crescimento dos salários e o da produtividade,

bem como pelos enormes subsídios, explícitos ou implícitos, concedidos ao capital pelo Estado.

Alertam ainda os autores, que:

Este momento já se prenunciava as novas formas de acumulação de capital, sobre o processo de acumulação financeira que já estava sendo gerado nesse período. Começa a se articular uma forma de funcionamento do conjunto e agências financeiras nacionais e principalmente estrangeiras que se dedicaram a organizar um embrionário mercado de capitais, tendo como objetivo fundamental permitir a acumulação de lucros sem relação direta com o processo de geração do excedente real que tem como função básica, facilitar a realização dinâmica do excedente econômico (TAVARES & SERRA, 1983, p. 180-1)

Feito isto, os autores irão destacar como, nesta etapa de acumulação, se dá a incorporação e difusão do progresso técnico. Mais uma vez aqui, Tavares e Serra seguem o pensamento cepalino quando analisam esta questão. Baseados em Aníbal Pinto (2000) e seus escritos sobre o tema, os autores consideram que:

A penetração da tecnologia moderna se concentrava fundamentalmente nas atividades de ponta e sua irradiação limitava-se a alguns setores complementares, cuja eficiência produtiva fora um condicionante importante para as possibilidades de expansão das novas atividades (TAVARES & SERRA, 1983, p. 183).

Os autores colocam a seguinte questão:

[...] Ao chegarem as atividades modernas a certa dimensão absoluta no quadro global, não haveria, eventualmente, um forte impulso à generalização do progresso técnico que conteria, quase por definição, uma tendência a uma homogeneização produtiva do sistema? (TAVARES & SERRA, 1983, p. 185).

Tavares e Serra (1983) quando abordam a questão da homogeneização ou heterogeneização do sistema econômico, alegam que embora possa existir no Brasil um potencial produtivo suficiente para que o progresso técnico gere uma homogeneização para todo o sistema econômico, a presença de outras características do tipo de capitalismo dependente subdesenvolvido tende a frear a generalização do processo de incorporação e difusão do progresso tecnológico. Neste ponto, os autores colocam divergência com Barros de Castro²⁶, quando este sustenta a hipótese da modernização generalizada da agricultura, conforme anotam os autores nesta passagem:

[...] Embora não estejamos de acordo com a análise de Antônio Castro no que diz respeito à ideia de que existem tendências à modernização generalizada do sistema, reconhecemos, como ele, que o processo de incorporação e difusão do progresso técnico vigente no Brasil verifica-se em todos os planos e que a integração global do sistema se manifesta, claramente, pela penetração dos meios de transporte e comunicação de massas que permitem entre outras coisas, a formação de um mercado nacional unificado para a maioria dos produtos comerciais e uma maior mobilidade espacial da mão-de-obra. (TAVARES & SERRA, 1983, p. 189)

Depois de haver esboçado algumas características importantes da dinâmica do capitalismo brasileiro, Tavares e Serra aprofundam o exame das contradições fundamentais e do caráter das crises potenciais do sistema.

Estes autores irão fazer uma análise mais pormenorizada onde tecerão críticas ao chamado “milagre”, cujos frutos do crescimento não contemplaram a maioria da população brasileira, pois o modelo estava assentado em bases de realização da produção voltado aos setores de classe média alta, ou em outras palavras, baseado num modelo perverso de concentração de renda, favorecendo um consumo massivo de bens duráveis.

²⁶ Maiores detalhes ver ensaio de Antônio Barros de Castro (1972).

O ensaio “Além da Estagnação” (1970) está inserido no duplo entendimento da superação não somente da crise do período anterior, mas também, na superação da tese estagnacionista, como vimos com as críticas à Furtado, que era muito difundida entre os economistas e intelectuais desta linha crítica na região.

No texto, Tavares e Serra questionam a existência de um dualismo que caracterizava o subdesenvolvimento, ou seja, a coexistência de um setor atrasado ou primitivo com um setor mais moderno, ponderando que não existem maiores fundamentações para validar tal modelo dualista²⁷. Como afirmam os autores ao questionarem a tese do dualismo:

[...] Há atividades primitivas que passam a modernas e outras modernas que passam a intermediárias, do mesmo modo que há intermediárias que se modernizam, mantêm-se ou até retrocedem (TAVARES & SERRA, 1983, p. 190).

Isto confirma, na verdade, que o desenvolvimento do setor moderno não caminha em separado com o primitivo, mas ocorre uma espécie de convivência contraditória, formando um todo heterogêneo que se aprofunda cada vez mais, mas sem que haja uma ruptura entre as diversas partes. (TAVARES & SERRA, 1983, p. 190)

²⁷ Uma das análises muito importante sobre a tese do dualismo foi a observação de Oliveira (1980) onde afirma que não há um dualismo entre a agricultura e o ramo industrial, pois a primeira, fornecendo mão-de-obra ou alimentos, está intimamente integrada ao segundo. Esse suposto dualismo não é mais do que uma distribuição de papéis no marco de um processo de acumulação capitalista, criando condições para manter a baixo custo a força de trabalho dos assalariados da cidade, portanto, também corroborando com a visão de Tavares e Serra. Cabe também lembrar aqui sobre os trabalhos de Bresser Pereira, em *Estado e subdesenvolvimento industrializado* (1981) e *Desenvolvimento e crise no Brasil* (2003), como referências fundamentais na questão da discussão do dualismo e modelos de transição da economia brasileira nesse período, onde este autor faz críticas a Francisco de Oliveira, no que se refere a transposição mecânica da análise deste autor sobre a ênfase exclusiva que OLIVEIRA (1980) dá à redução dos salários como forma de financiar a acumulação capitalista. Pereira (1981) defende o pacto populista como um resultado de um pacto social, (os estratos médios urbanos, os operários industriais, a burguesia industrial e os setores agrário-mercantis) indo mais além, afirmando que “estamos diante de um Estado do tipo bonapartista periférico, caracterizado pela incapacidade da classe dominante de assumir o seu papel político plenamente na medida em que está dividida e cheia de contradições. (BRESSER PEREIRA, 1981, p. 82). Bresser Pereira ainda fala-nos também sobre a questão da implantação no Brasil ao final dos anos 1960 do chamado modelo “subdesenvolvimento industrializado”, e que em linhas gerais na sua análise, corrobora com as observações de Tavares e Serra, sobre uma crise de transição e na gestação de um novo padrão de acumulação.

Neste processo, portanto, afirmam os autores que mesmo com a intensificação da marginalização social da sociedade brasileira, da enorme exclusão social gerada e da intensa concentração da renda, consegue-se atingir altas taxas de crescimento econômico, não caindo no processo de estagnação econômica.

Os autores agora passam a analisar os mecanismos da concentração da produção e da propriedade no Brasil, mostrando como esse tipo de concentração é fruto do desenvolvimento capitalista que se processava naquele momento no Brasil. Faz também uma interessante análise empírica e teórica sobre como se deu a concentração da renda e, portanto, da desigualdade econômica no Brasil em alguns estratos de renda que os autores dividem como sendo do Grupo A, BA e B2, C e D.

Ao final, os autores vão comprovar que mesmo com a forte concentração de renda²⁸ no país, onde a maioria da classe trabalhadora estava excluída do consumo, a tese da estagnação perde sua validade, pois foi justamente com este modelo concentrador da renda que o capitalismo no Brasil conseguiu ampliar a sua produção e a consequente realização de boa parte do produto gerado.

Os autores também indicam o modo como o desenvolvimento capitalista conduz, mesmo no Brasil, a problemas dinâmicos de realização da produção, mormente pela existência do setor de bens de capital que tende a ampliar as crises de desproporção entre os setores de bens duráveis e de bens de consumo não-duráveis.

Como afirmam os autores:

[...] juntamente com as tendências as crises periódicas de realização, manifestem-se cada vez mais com frequência, crises sociais e políticas, sobretudo quando não se tratam de simples flutuações de atividade econômica, mas de alterações importante no padrão de desenvolvimento capitalista (TAVARES & SERRA, 1983, p. 206).

²⁸ Sobre esta temática, consultar o livro *A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento*, (1978) que reúne uma coletânea de artigos de diversos autores, sendo um de Tavares intitulado *Distribuição de renda, acumulação e padrões de industrialização: um ensaio preliminar* (1978), que não será objeto de aprofundamento nesta dissertação.

Portanto, embora não concordem com as teses da estagnação, que afinal, no período do milagre acabou não ocorrendo, reconhecem que desde 1968, o desenvolvimento do capitalismo brasileiro vai adquirindo novas formas de inserção dentro do mercado regional e internacional, formas de inserção cada vez mais dependente tecnológica e financeiramente e portanto, recorrentes tendências à crises cíclicas de realização²⁹, inerentes a qualquer sistema capitalista, adquirindo formas específicas e mais dramáticas nas economias dependentes e subdesenvolvidas, como é o caso da economia brasileira.

1.5 A questão do financiamento da economia brasileira na década de 1960: sua natureza e contradições

Nesta seção faremos uma breve análise sobre a questão do desenvolvimento financeiro do Brasil, contemplando os ensaios “Notas sobre o problema de financiamento numa economia em desenvolvimento” – o caso do Brasil (1967) e “Natureza e contradições do desenvolvimento financeiro recente” (1971), nos quais a autora abordará questões sobre o processo de acumulação, concentração e centralização do capital, que caracterizam o novo estágio de desenvolvimento do Brasil, já em fins dos anos 1960.

No ensaio “Notas sobre o problema de financiamento numa economia em desenvolvimento” (1967)³⁰, Tavares observa que o problema da economia brasileira

²⁹ Como veremos mais adiante no capítulo segundo, quando analisaremos com maiores detalhes a questão dos ciclos e as recorrentes crises provocadas pelos problemas relacionados com a realização do excedente, temas de duas teses de Tavares, a de livre-docência apresentada na UFRJ em 1974, intitulada *Acumulação de capital e industrialização no Brasil* e a tese para professora titular, também apresentada na UFRJ em 1978, intitulada *Ciclo e crise: o movimento recente da industrialização brasileira*, que serão objeto de maior aprofundamento no capítulo dois deste trabalho.

³⁰ Este trabalho foi apresentado ao Seminário de Programação Monetário-Financeira, realizado em Santiago do Chile, na sede do Instituto Latino-Americano de Planificação Econômica e Social, em novembro de 1967. A autora participou do mencionado Seminário representando o Centro de Desenvolvimento Econômico CEPAL/BNDE, do Rio de Janeiro.

não consistia em criar potencial de investimento, mas em mobilizar o excedente líquido dos setores superavitários para os deficitários gerando maior dinamismo ao processo de acumulação de capital e industrialização. Nas palavras da autora:

[...] O problema principal se desloca, portanto, para a forma de mobilização desse crescente potencial [...] importa menos o volume de poupança *ex-ante* que as possibilidades de torná-lo efetivo, mediante a criação de instrumentos e mecanismos institucionais capazes de captar e realizar os recursos reais e financeiros, transferindo-os dos “setores” onde há um superávit potencial aos setores efetivamente deficitários ou aos que são capazes de gerar maior dinamismo, o que nem sempre coincide com os anteriores (TAVARES, 1983, p. 127-128).

A autora entendia que existia uma distância muito grande entre a esfera produtiva e a esfera financeira, melhor dizendo, entre os determinantes da produção e a forma de financiamento dessa produção. Falta de um mercado pujante de capitais e da ausência ainda de um mercado de crédito que pudesse garantir as condições de *funding* para as empresas contarem com maior capacidade de financiamento. Na falta desses recursos, a economia brasileira e seu processo de acumulação de capital contavam com o processo inflacionário, ou seja, se apoiavam no mecanismo de poupança forçada para expandir o setor industrial. Mas ao mesmo tempo em que a inflação solucionava emergencialmente as condições de produção e realização, esta mesma inflação semeava o terreno para uma nova modalidade de acumulação: a acumulação financeira³¹.

³¹ Não poderíamos deixar de mencionar aqui a homenagem que Maria da Conceição Tavares faz ao economista Ignácio Rangel, de acordo com a seguinte passagem no ensaio “Auge e declínio do processo de substituição de importações” (1963): [...] Um dos poucos economistas brasileiros do meu conhecimento que não participava dessa visão era Ignácio Rangel, ao qual devo as mais importantes intuições sobre a natureza do problema central da acumulação naquele período de transição – a necessidade de transferir excedentes dos setores atrasados ou pouco dinâmicos para os de maior potencial de expansão. Suas ideias originais sobre inflação, superinvestimento e capacidade ociosa foram levantadas antes que o sistema entrasse em crise total e não deixa de ser uma ironia para um intelectual crítico da força criadora de Ignácio Rangel que o governo posterior aplicasse “ortodoxamente” não poucas das receitas “heterodoxas”, recomendadas por ele em seu livro *Inflação brasileira* (1978) no que diz respeito ao financiamento público e mercado de capitais, com um sentido histórico inteiramente distinto do que aconselhava o autor. E continua Tavares afirmando sua maior homenagem ao autor: [...] Assim mesmo, relendo-o hoje, verifico que o meu modesto ensaio não faz jus à imaginação e vigor criativo de Rangel (TAVARES, 1983, p.18). Para maiores detalhes sobre os temas aqui colocados pela autora consultar Rangel (1978).

Conforme destaca Tavares:

[...] A inflação parece ter funcionado, no contexto do desenvolvimento brasileiro, até alguns anos atrás, não só como um mecanismo de poupança forçada [...] a inflação como mecanismo de financiamento tende, porém, a esgotar rapidamente as suas possibilidades (TAVARES, 1983, p. 131).

Tavares vai enfatizar a influência das mudanças da estrutura produtiva e o que isso vai acarretar para amplificar os problemas de financiamento dessas mudanças, que se darão nos setores: primário, industrial, serviços e no próprio setor financeiro. A autora irá abordar os efeitos decorrentes do problema de financiamento e as mudanças na estrutura produtiva, particularmente entre os setores primário, industrial e serviços.

Tavares abordará a perda de posição do setor primário, constituído pela agricultura de exportação, que perde a sua força em termos de financiamento interno e externo quando da entrada da economia brasileira no modelo de substituição de importações. O setor exportador era até o ano de 1959, como nos mostra a autora, supridor líquido de recursos via mecanismos de proteção cambial, tanto para o setor público como para a indústria. Esta queda da relativa importância do setor agrícola-exportador foi compensada com o crescimento da agricultura comercial e de matérias-primas para o mercado interno, sustentados pela maior demanda desses produtos pela expansão industrial-urbana.

Analisa a autora que:

As necessidades de financiamento destes setores são consideráveis, demandando maior financiamento corrente que era em grande parte atendido pelas instituições bancárias comerciais, particularmente, pelo Banco do Brasil através do direcionamento do crédito agrícola. A demanda por estes recursos de curto prazo seguiu um curso muito paralelo ao da expansão da produção comercial e a demanda por financiamento de longo prazo cresceu em ritmo inferior ao da expansão da capacidade produtiva. (TAVARES, 1983, p. 134).

Observa a autora que:

Do ponto de vista do mecanismo geral de financiamento do processo de acumulação de capital, a agricultura comercial brasileira serviu de forma adequada na transferência do seu excedente para as atividades produtivas urbanas (e não aos consumidores), favorecendo, deste modo, direta ou indiretamente, a expansão da acumulação do complexo industrial da região Centro-Sul do Brasil. (TAVARES, 1983, p. 135).

Sobre o setor industrial, a autora vai afirmar que o financiamento da estrutura produtiva industrial, em particular da indústria manufatureira, envolve problemas de financiamento muita mais grave e implica uma demanda por recursos financeiros que torna o setor em seu conjunto mais dependente de financiamento externo.

Em geral, a produção substitutiva de uma série de insumos básicos e de bens de capital acarreta problemas de financiamento e do ponto de vista da demanda por recursos financeiros, uma maior exigência desses recursos, dado a própria extensão e interiorização do processo produtivo, de uma maior intensificação do capital dos setores de maior volume de capital fixo, da maior escala de produção e do longo prazo de maturação dos investimentos e por final, de um maior aumento do coeficiente de “internacionalização” da indústria, haja vista a maior contribuição do capital estrangeiro nos investimentos em certos setores dinâmicos da economia brasileira, isto não significa um aumento do financiamento externo por parte dessas empresas, mas sim, uma maior demanda por financiamento interno.

No que tange ao setor de serviços, a autora deixa de lado a vasta gama dos serviços pessoais, que, por sua natureza, são praticamente sem importância para a análise da problemática do financiamento, dando prioridade aos setores de serviços de comércio, utilidade pública, incluindo transportes e energia e financeiros e os serviços financeiros.

A partir daqui, a autora vai analisar as implicações entre uma estrutura básica de financiamento entre o subsetor comércio, os serviços de utilidade pública e os serviços financeiros e a maneira como cada setor resolve os seus limites e necessidades na busca dos recursos financeiros para viabilizar a produção e venda em cada um deles.

Finalizando esta parte, a autora vai concluir a questão das estruturas produtivas e os recursos de financiamento:

[...] De modo geral, a atividade urbana e, em particular, o setor industrial que liderou o processo de desenvolvimento resolveram seus problemas de financiamento utilizando fontes internas – lucros retidos- para a acumulação de capital fixo e recorrendo, para o capital de giro, crescentemente, a fontes externas: começando pelo crédito bancário, passando pelo endividamento interempresas e terminado, em anos mais recentes, no mercado financeiro não-oficial. (TAVARES, 1983, p. 148).

Em uma seção intitulada “considerações sobre a inflação como mecanismo de apoio à expansão industrial”, Tavares vai chegar a conclusão que esta incapacidade, como vimos, de estruturar esquemas de financiamento para o apoio dos setores produtivos, levou o sistema econômico a introduzir a inflação como mecanismo de poupança forçada, apoiando nesse sentido a expansão industrial. Entretanto, ao mesmo tempo em que solucionava emergencialmente as condições de produção e realização, a inflação semeava o terreno para uma nova prática: a acumulação financeira, como podemos evidenciar nesta passagem:

[...] Tudo indica que o reinado do capitalismo financeiro está a caminho para permitir ao sistema um maior grau de flexibilidade na utilização inter e intrasetorial de seus recursos; até lá, a inflação, agora devidamente sob controle, é ainda o grande mecanismo de defesa contra a estagnação.³² (TAVARES, 1983, p. 152).

³² Em uma nota de rodapé, Tavares vai comentar os motivos da estagnação “prendem-se, a nosso ver, não só a uma tendência de longo prazo decorrente do esgotamento das possibilidades dinâmicas do processo de substituição de importações, como à sobreposição a essa tendência estrutural de uma série de crises conjunturais, em boa parte, derivadas de um esquema de estabilização que, preocupado em comprimir a demanda global, acabou por deprimir direta e indiretamente a renda

Cabe salientar neste ensaio que ora analisamos a forte influência do economista brasileiro Ignácio Rangel sobre a visão de Conceição Tavares, no que diz respeito a uma maior atenção que esta autora dedicou às análises críticas sobre o “lado financeiro” do capitalismo, principalmente nos estudos sobre a economia brasileira no início dos anos 1970.

O convencimento da importância do sistema financeiro e do papel do mercado de capitais para o desenvolvimento da economia brasileira vai refletir no ensaio intitulado “Natureza e contradições do desenvolvimento financeiro recente”, publicado em 1971³³.

Tavares terá como objetivos principais neste ensaio, analisar a problemática geral sobre a questão do papel do capital financeiro no processo de acumulação de capital, e como esse processo vai desembocar na concentração e centralização dos capitais, a chamada “conglomerção financeira de capital” e por último, discutirá algumas das características da estrutura e estilo de crescimento da economia brasileira, comparando-os com a experiência japonesa do pós-guerra.

A autora, após analisar os principais avanços do desenvolvimento do setor financeiro, a partir de 1964 até meados de 1970, mostra como a implementação e mudanças sofridas por este setor acarretou na formação de um esquema de financiamento global, substituindo o esquema inflacionário aberto e um endividamento externo ligado a graves problemas de balanço de pagamentos por uma inflação controlada e uma nova etapa de endividamento externo ligado,

urbana disponível” (TAVARES, 1983:150). Aqui, agradeço à menção feita pela Professora Regina Gadelha por ocasião do exame de qualificação, que questiona se essa estagnação não estaria corroborando a análise de Furtado, e, portanto, conciliando Tavares e Furtado numa mesma análise do estagnacionismo econômico, pois como vimos no ensaio “Além da estagnação” (1970) trabalhado aqui nesta dissertação, teceu críticas à esta concepção de Furtado, apesar de que esta crítica surge em 1970, ou seja, um pouco mais de três anos quando publicou o ensaio que estamos analisando, “Notas sobre o problema de financiamento numa economia em desenvolvimento”. (1967).

³³ Este ensaio foi preparado como colaboração ao Seminário sobre “Mercado de capitais e desenvolvimento econômico” a ser realizado no Rio de Janeiro, em setembro de 1971, sob o patrocínio do IBMEC (Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais).

sobretudo, a movimentos autônomos de capitais. A partir disto vai formular três questões fundamentais para se entender o destino dos possíveis avanços do “capitalismo financeiro” no Brasil.

Na primeira questão Tavares vai indagar qual será o sentido da articulação orgânica das formas de acumulação financeira e como esta tendência vai atuar no aumento da taxa de investimento real. A segunda questão diz respeito se essa rearticulação se dará mediante o estabelecimento de duas órbitas empresariais separadas, a produtiva e a financeira, ou se tenderá à formação de verdadeiros conglomerados e quem será a fração hegemônica desse grupo. Por último, a autora coloca a questão de que se o “Estado, além de mediador entre os interesses dos grupos nacionais e internacionais, será o verdadeiro articulador que promoverá um maior entrosamento entre as órbitas real e financeira”. (TAVARES, 1983, p.217). A autora vai procurar investigar as várias pistas exploratórias para discutir essas hipóteses, sem pretender alcançar explicações definitivas.

Em meio ao chamado “milagre econômico” brasileiro, as tendências indicavam uma alteração no padrão de acumulação de capital no Brasil a partir dos movimentos de centralização do capital financeiro. Tavares (1983) em uma seção intitulada “Características gerais da evolução financeira recente”, irá fazer um apanhado estatístico para demonstrar a evolução e também as mudanças por que passaram o sistema financeiro a partir de 1964.

Feitas estas considerações por Tavares na análise da evolução financeira, a autora vai argumentar sobre os problemas de acumulação financeira, concentração e centralização do capital. Conceição Tavares vai, de início, alertar a respeito da complexa relação entre capital financeiro e capital produtivo. Neste ponto a autora vai destacar a possibilidade de não se alterar o volume do excedente produzido, mas apenas a forma como esse excedente era apropriado, ou seja, a maneira como se distribuíam as rendas de propriedade entre os donos dos ativos.

Tavares já na altura desse ensaio vislumbrava a ideia de “capital fictício”, ou seja, a concepção de acumulação financeira, em que as condições de demanda efetiva em determinado contexto, pode tornar mais interessante, tanto para os

empresários como para os capitalistas, aplicar os recursos em ativos financeiros não lastreados por ativos reais.

Como observa a autora nesta passagem:

[...] uma divergência acentuada entre as tendências de crescimento das variáveis nos planos real e financeiro sempre foi considerada como uma fonte de perturbações e, eventualmente, de crises (TAVARES, 1983, p. 237) ³⁴

Neste sentido, para Tavares, o problema central na recorrente tendência à redistribuição do excedente gerado na economia em prol do setor financeiro é que processo conduz a problemas de longo prazo, provocando uma ruptura do circuito de acumulação de capital na esfera produtiva. Naquela oportunidade, Tavares entendia que, por meio de uma política adequada de intervenção do Estado, a centralização de capitais poderia ser positiva para o desenvolvimento econômico e industrial do país, na medida em que possibilitava uma articulação entre os agentes econômicos numa estrutura oligopólica de acumulação.

Mas em uma passagem do ensaio, Tavares demonstra pessimismo quanto ao papel que verdadeiramente estava exercendo o sistema financeiro para conformar um padrão de financiamento adequado ao desenvolvimento da economia brasileira. No capítulo II desta dissertação, veremos como Tavares trata melhor a questão do desenvolvimento industrial e acumulação de capital e da estrutura de mercado oligopólica então existente, além das formas de financiamento que irão surgir.

Ainda, neste ensaio, “Natureza e contradições do desenvolvimento financeiro recente” (1971), a autora vai comparar o modelo de desenvolvimento brasileiro com o modelo japonês, e afirmando que não existe nenhuma similitude conforme alguns autores analisavam, e vai discorrer de forma crítica, afirmando que existem diferenças muito agravantes com relação ao modelo japonês.

³⁴ Esta passagem evidencia um diagnóstico que se mantém nos dias atuais, haja vista a última grande crise sistêmica mundial que se iniciou a partir do final de 2008.

A autora vai ressaltar as diferenças existentes, centrando a argumentação sobre as principais características da estrutura e dinâmica do crescimento em ambos os países, bem como o grau de organização e natureza do poder econômico.

Elementos como taxas de crescimento, ocupação de maiores fatias do mercado externo, maior desenvolvimento das forças produtivas direcionadas ao mercado interno, maior desenvolvimento do setor de bens de produção, qualidade da mão de obra, crescimento da produtividade urbana e maiores níveis de distribuição de renda, bem como um maior desenvolvimento entre o setor industrial e o setor bancário e financeiro, foram, em geral, muito mais diferenciados em relação ao modelo de desenvolvimento no Brasil. (TAVARES, 1983, p. 255).

Já no final do ensaio, a autora vai demonstrar certo pessimismo quanto ao papel que verdadeiramente estava exercendo o sistema financeiro para conformar um padrão de financiamento adequado ao desenvolvimento da economia brasileira. No Capítulo II desta dissertação, veremos como Tavares trata melhor a questão do desenvolvimento industrial e acumulação de capital e da estrutura de mercado oligopólica então existente, além das formas de financiamento que irão surgir.

Conforme fica claro nesta passagem da autora:

[...] A questão fundamental está em saber que tipo de rearticulação, em bases permanentes, se pode fazer entre a grande e a pequena empresa produtiva nacional e estrangeira e os grandes grupos financeiros nacionais e estrangeiros. Além do mais, que grau de controle e organização necessitaria o aparelho de Estado brasileiro para poder manter e orientar o atual modelo concentrador. (TAVARES, 1983, p. 262).

2 O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL, ACUMULAÇÃO DE CAPITAL E O CICLO DE CRESCIMENTO E SUAS CRISES NO PENSAMENTO DE MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES

Vimos que em seu primeiro ensaio, “Auge e declínio do processo e substituição de importações no Brasil”, escrito em 1963, (TAVARES, 1983) ³⁵, Tavares vai analisar o processo de industrialização e substitutivo de importações sob o paradigma do pensamento cepalino vigente na época. Esse ensaio tem em seu bojo, a negação da tese muito difundida nos anos 1960, segundo a qual se estaria apresentando, nas economias latino-americanas, uma tendência à estagnação.

Em particular, como vimos no primeiro capítulo desta dissertação, Tavares analisa a argumentação de Furtado, que explicava a relativa paralisia da industrialização e o escasso crescimento pela chamada exiguidade da demanda de bens de consumo, por sua vez, atribuível aos baixos salários e à concentração de renda, assim como à superabundância de mão de obra. De acordo com Rodriguez (2009), ao colocar em questionamento a validade desta argumentação, sustentou-se que a pretendida tendência à estagnação não é mais que um sintoma transitivo de uma mudança no “estilo de desenvolvimento”.

Como vai destacar Tavares, não se trata de certo esgotamento do PSI, mas sim da instauração de um novo modelo de acumulação produtiva, e mais ainda, a autora vai investigar teoricamente as questões de distribuição de renda, as estruturas técnicas de produção, as estruturas básicas de mercado e o tipo de empresas, que em que se move e se desenvolve o sistema capitalista. Estas são algumas questões que Tavares vai analisar nesta tese de doutoramento intitulada *Acumulação de Capital e industrialização no Brasil*, defendida em 1974 pela UFRJ³⁶.

³⁵ Parte integrante da coletânea de artigos *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira*. (TAVARES, 1983).

³⁶ Para as análises que faremos a seguir, nos basearemos no livro *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*, editado pelo Instituto de Economia da UNICAMP em 1998.

Nesta tese, a autora procurará entender historicamente as mudanças de certos aspectos fundamentais da concepção teórica cepalina, mas mantendo alguns enfoques que caracterizaram a fase anterior, como por exemplo, a visão de Centro e Periferia. Ao mesmo tempo procura se afastar radicalmente desta posição, já que a autora agora faz uma análise do processo interno ou endógeno de acumulação de capital, e da emergência de uma nova fase de industrialização que caracterizará as economias latino- americanas, principalmente a brasileira.

A principal indagação que vai motivar Tavares (1998, p. 12) em sua tese é:

[...] Como se forma e se acumula capital, como se distribui a renda, como se move e desenvolve um sistema econômico capitalista com a sua estrutura técnica de produção e suas instituições básicas: empresas e mercado?

Dadas as indagações acima, Tavares vai adotar uma visão que procurará integrar a microeconomia e a macroeconomia com os problemas específicos da industrialização, afirmando o seguinte:

[...] Tentar articular problemas teóricos clássicos de acumulação de capital juntamente com alguns traços centrais das contribuições mais relevantes sobre problemas de acumulação oligopólica, através de uma visão não convencional no interior da chamada “Teoria do subdesenvolvimento”, é uma tarefa que, embora inglória, não resulta (para mim) inútil (TAVARES, 1998, p. 15).

Tavares (1998) elaborou sua tese em três partes, afirmando que as mesmas representam uma espécie de contraponto entre a Teoria do Desenvolvimento Capitalista e os problemas de industrialização em países subdesenvolvidos, terminando com uma tentativa de avaliar uma nova fase do processo de acumulação de capital no Brasil, sobretudo os problemas de acumulação de capital em sua fase oligopólica.

Na primeira parte, a autora vai expor a reinterpretação de alguns pontos centrais da Teoria Clássica do desenvolvimento e da distribuição da renda, e rediscuti-las à luz da evolução histórica recente do capitalismo. Para tanto, neste ponto específico, Tavares vai fazer uma revisão das interpretações sobre os chamados “modelos históricos” de crescimento que a CEPAL assim popularizou. Com relação ao processo de acumulação de capital, Tavares (1998) vai lançar mão das ideias dos chamados economistas da escola inglesa, particularmente de Harrod e Joan Robinson, mas na maior parte de seu trabalho, Kalecki vai ocupar a principal linha de análise de Tavares (1998) quando da discussão sobre o processo de acumulação de capital para os países em desenvolvimento. Destaca-se a vantagem analítica da simplicidade na elaboração rigorosa da dinâmica econômica dada por este autor. Esta constituirá então a visão macroeconômica que Tavares (1998) vai se apoiar ao discutir o processo de acumulação de capital e a industrialização ocorrida em meados de 1970.

A visão microeconômica vai se apoiar na análise das estruturas de oligopólio, não somente para as economias maduras como também para economias semi-industrializadas, como assim denomina a autora. e que foram originadas na elaboração teórica da Teoria Estática da concorrência imperfeita, tal como foi formulada por Chamberlin e Joan Robinson, e os seus desdobramentos teóricos mais modernos, com destaque a Penrose, J.S. Bain e Steindl, bem como das análises mais críticas elaboradas pelo economista Sylos-Labini, principalmente a sua análise sobre o oligopólio diferenciado.

Na segunda parte da tese, a autora vai analisar as diferenças mais específicas da estrutura de produção e distribuição dos países subdesenvolvidos em sua fase mais avançada de industrialização. Vai também empreender uma análise mais detida sobre os ciclos de expansão que caracterizam estas estruturas oligopólicas, com poder desigual de acumulação entre empresas estrangeiras e nacionais, públicas e privadas, bem como a abertura ao exterior e o papel do setor público nos ciclos de expansão que moldaram o início dos anos 1970 até final dos anos 1980.

Nas duas primeiras partes de sua tese *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*, Tavares (1998) vai procurar elaborar um marco teórico que explicará a acumulação de capital e o processo de industrialização, face suas estruturas específicas baseadas no oligopólio tanto dos países desenvolvidos como nos subdesenvolvidos. Na terceira e ultima parte desta tese, Tavares (1998) vai aplicar estes desdobramentos teóricos para o caso particular da industrialização brasileira.

Como afirma a autora, esta terceira parte da tese *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*, não vai ser uma reabilitação teórica do pensamento da Cepal, nem um aprofundamento histórico e empírico das pesquisas já realizadas. O objetivo é dar uma contribuição ao debate teórico e histórico sobre os problemas da industrialização brasileira, procurando com isso renovar a sua própria reflexão à luz da nova realidade à época da industrialização no país, colocando em prática seus conhecimentos adquiridos no entendimento das teorias pós-keynesianas do processo de acumulação de capital e distribuição de renda e crescimento econômico, bem como das análises da Teoria da Concorrência Imperfeita.

2.1 Problemas de acumulação de capital, distribuição de renda e progresso técnico em estruturas produtivas oligopolizadas

Inicia a autora indicando que o seu principal objetivo será o de esclarecer certas relações entre o processo de acumulação de capital, a distribuição de renda e o progresso técnico, elaboradas à luz das contribuições teóricas que se iniciam desde Ricardo e Marx. A autora vai discorrer sobre os principais elementos teóricos que caracterizam o progresso técnico e seus efeitos sobre o crescimento econômico, e a tendência do sistema capitalista para a estagnação, desde os estudos dos clássicos, como Ricardo, Malthus, J.Mill, Marx até as escolas de pensamento mais modernas, como os pós-keynesianos.

Para Ricardo, vigora a lei dos rendimentos decrescentes da terra ou dos recursos naturais que prevaleceria numa visão de mais longo prazo. Já para Malthus, o que valia era a chamada lei da população que dava os limites da expansão do sistema, enquanto que para Stuart Mill, no longo prazo prevaleceria o estado estacionário. Já Marx, como afirma a autora, rejeitou todas essas concepções clássicas e introduziu as leis de movimento contraditório do sistema capitalista, que ao se desenvolver com base na introdução sempre crescente de progresso técnico, e portanto, na menor participação da força de trabalho na produção, empurraria o sistema para uma queda da taxa de lucro no longo prazo, e portanto, no comprometimento da acumulação de capital.

No longo prazo, consideram-se os determinantes do investimento que se movem independentemente de quais sejam o grau de monopólio e a taxa de salários iniciais. Comenta Tavares que a acumulação de capital vai à frente gerando lucros maiores e arrastando a massa de salários. Não se eleva necessariamente a taxa de salário. Esta pode aumentar ou não, variando, sempre, entre um nível mínimo e máximo, pois vai depender do grau de organização sindical da força de trabalho para acompanhar os aumentos do produto gerado pelo trabalhador.³⁷

Já na avaliação dos economistas pós-keynesianos (KALDOR, 1969; MIRRLESS, 1961) que relacionam crescimento econômico com distribuição de renda, admitem que para um crescimento equilibrado e com estabilidade, a taxa de poupança deve ser constante e que se mantenham as condições de repartição funcional da renda entre salários e lucros, e que o progresso técnico então gerado seja neutro. Desajustes em qualquer desses parâmetros provoca igualmente um afastamento de uma trajetória de crescimento equilibrado, criando problemas de instabilidade para o sistema. Feitas estas primeiras considerações em relação às teorias do crescimento, Tavares vai procurar estabelecer de forma mais clara a conexão entre a acumulação, distribuição de renda e progresso técnico em

³⁷ Neste ponto, a autora remete a Kalecki (1983), onde este autor tece interessantes observações críticas contra a Lei de Say, quando das análises sobre o aumento de salários e o impacto nos lucros, pois não necessariamente aumentos de salários constituem em queda nos lucros e vice-versa. Enfatiza que o processo cotidiano de reivindicação por parte dos trabalhadores, é um importante determinante da distribuição da renda nacional (KALECKI, 1983, p.100).

estruturas econômicas maduras e depois estender este aparato teórico para a análise de economias semi-industrializadas.

Como nos fala Tavares (1998, p. 29):

[...] Nossa abordagem neste capítulo representa uma tentativa de utilizar a estrutura básica dos esquemas de reprodução, levantando, porém, as hipóteses restritivas de estabilidade na distribuição da renda e no tipo de progresso técnico. Com isto, pretendemos obter uma visão heurística de como as características fundamentais de articulação endógena entre distribuição de renda e progresso técnico em distintos padrões históricos de acumulação.

Para tal objetivo, Tavares vai utilizar os chamados esquemas de reprodução, particularmente, o adotado por Kalecki, mas com objetivos distintos, pois o que a autora vai tentar explorar nesse ensaio não é apenas a hipótese de Kalecki sobre a importância dos gastos de consumo capitalistas na realização dos lucros, mas, como nos diz a autora:

[...] Estamos interessados particularmente na introdução do consumo capitalista e na sua diferenciação do consumo dos trabalhadores para mostrar como em certas etapas da industrialização avançada essa diferenciação ajuda a resolver problemas de reprodução do capital. Por contraste, para as economias subdesenvolvidas ela cria uma dificuldade adicional sem resolver necessariamente as contradições inerentes à reprodução ampliada (TAVARES, 1998, p. 34).

Ou seja, dado que em países em desenvolvimento, a oposição salários e lucros é mais intensa, diz a autora que uma diferenciação do consumo no interior do sistema de produção significa “criar uma contradição adicional entre a expansão do consumo básico dos trabalhadores e a diferenciação crescente do consumo capitalista” (TAVARES, 1974, p.34). Mantidas, tais condições de funcionamento desta contradição no sistema produtivo e na relação salários e lucros, se favorece a

taxa de acumulação do sistema, mas se agravarão os desequilíbrios dinâmicos na estrutura setorial de crescimento de longo prazo.

Feitas essas considerações iniciais que irão sustentar as análises da autora sobre o processo de acumulação de capital e industrialização no Brasil, cabe acrescentar que as investigações da autora partem de uma visão endógena do processo de acumulação e distribuição, e uma elaboração do processo dos possíveis padrões de acumulação que corresponderiam teoricamente a duas “etapas” do progresso técnico, dentro de um padrão mais geral que tem sido chamado de “Capitalismo Competitivo”. Através dos esquemas de reprodução baseados essencialmente em Kalecki (1983), Tavares (1998) irá tratar da dinâmica intersetorial entre os dois departamentos básicos dos esquemas de reprodução até atingir uma nova diferenciação produtiva com o surgimento de um departamento de bens de consumo capitalista.

Em uma seção do livro *Acumulação de capital e industrialização no Brasil* (1998), intitulada “problemas de acumulação oligopólica em economias semi-industrializadas” que agora examinaremos, Tavares tem como objetivo precípuo abordar o padrão de desenvolvimento industrial que se manifesta nesta nova fase de industrialização das economias subdesenvolvidas, fase esta chamada de internacionalização do capital, que está associado à instalação, em períodos breves e sucessivos, de conjuntos de empresas e de grupos de atividades e ramos, pertencentes a certos setores-chave, bem como das estruturas de mercado oligopolizadas em que estes setores se instalam.

Posteriormente serão feitas referências mais amplas a este novo padrão de crescimento baseado no processo de industrialização e acumulação de capital em estruturas de mercado oligopolizadas. Basta no momento assinalar que, na nova fase, a indústria cresce e se torna mais complexa por meio da expansão e das mudanças acontecidas em três grandes setores claramente diferenciados. O primeiro inclui a produção de bens de consumo durável, originados na indústria de automóvel e de material elétrico, e em algumas atividades dos setores metal-mecânico que estão diretamente vinculados por meio de fornecimento de insumos específicos. O segundo abrange a indústria de bens de produção, na qual se

originam os bens de capital e insumos específicos a este setor. O terceiro inclui a produção de bens de consumo não-duráveis, que sofre nesta nova fase significativa transformação. Cabe acrescentar que no desenvolvimento desses três setores, as empresas multinacionais têm uma participação significativa, e que é relevante no setor de bens de consumo durável, no qual exercem um papel claro de liderança.

Cabe salientar, conforme anota Tavares, que sua presença e ação transformadora, expressas nas inovações tecnológicas e nas formas organizacionais da produção, irá acarretar resultados relevantes para o setor de bens de consumo não duráveis e de bens de capital. Em geral a presença do capital estrangeiro tende a aumentar na indústria em seu conjunto e de forma diferenciada, segundo setores e ramos. Por outro lado, essa presença não exclui a participação do capital nacional, seja este em suas dimensões grandes, médias e pequenas, e principalmente, temos como característica desta nova fase de industrialização e internacionalização do capital a forte presença das empresas estatais.

Assim, podemos ver que junto com alterações significativas da estrutura da produção industrial, verificam-se mudanças nas “frações do capital” que participam da sua expansão. Por outro lado, o Estado ajusta seu papel na articulação dos interesses dessas frações de capital, enquanto redefine os seus interesses próprios. Estes se vêm condicionados pelas necessidades emergentes no âmbito da infraestrutura física, e também pela importância do Estado na atividade industrial (RODRIGUEZ, 2009).

Prossegue Tavares, considerando que o limite que pode barrar a sequência da acumulação de capital passa a se dar pelas condições não, como diz a autora, da produção de mais-valia, mas sim pelas condições de sua realização dinâmica em escala ampliada. Ou seja, os limites da acumulação de capital serão dados pela “insuficiência da demanda efetiva”, mas não de uma maneira estática, como diz a autora, observado no esquema analítico keynesiano, mas sim de forma dinâmica, como veremos a partir daqui, quando vamos analisar a importância da lógica interna de acumulação, e o surgimento de um departamento especializado na produção de bens industriais de consumo capitalista. Tavares vai a partir daí, analisar as implicações do processo de produção de bens de consumo capitalista, que serão decisivos para que a reprodução ampliada do capital seja realizada com sucesso.

Em face disto, a dinâmica do processo de acumulação de capital passa pelas decisões de consumo e investimentos dos capitalistas, e particularmente aqui nesta etapa de sua análise, incorpora a visão de Kalecki (1983) sobre como se repartem os lucros entre consumo e investimento dos capitalistas e, claro, de como a taxa de acumulação “que se deriva do ritmo de crescimento de ambos determina o ritmo de crescimento do consumo dos trabalhadores” (TAVARES, 1998, p. 50). Sob o ponto de vista da estrutura da demanda, esta seria a lógica que predomina no processo de acumulação de capital.

Em seguida, Tavares passa a se debruçar sobre quais os problemas de acumulação em estruturas oligopólicas e os problemas de padrões de acumulação em economias maduras. Abordando o primeiro problema, ou seja, a questão da acumulação de capital numa estrutura oligopólica de produção, a autora diz que “a competição intercapitalista passa a realizar-se cada vez mais pela introdução acelerada de progresso técnico, pela diferenciação da estrutura de consumo e a conquista de novos mercados” (TAVARES, 1998, p. 52).

Cabe realçar aqui, o caráter contraditório do desenvolvimento da economia capitalista, cuja competição intercapitalista em qualquer que seja a sua forma, tem como inerente um impulso cada vez maior de acumular cada vez mais capital. Portanto, coloca-se diretamente a questão de subutilização permanente da capacidade produtiva existente, quer se trate, como diz a autora, de uma “interpretação do tipo estagnacionista à la Steindl, ou de uma visão otimista de destruição criadora à la Schumpeter, ou de uma visão pessimista de sociedade opulenta com má distribuição de renda e recursos, à la Galbraith”. (TAVARES, 1998, p. 53).

Como vimos, na introdução deste trabalho, a preocupação principal da autora era o de investigar quais as relações entre o processo de acumulação de capital, a distribuição de renda e a introdução do progresso técnico em economias ditas maduras numa estrutura de mercado oligopólica. Tavares vai, apesar de elogiar a visão de Schumpeter, principalmente sobre o papel do empresário inovador, que introduz progresso técnico e inova a cada ciclo o sistema capitalista em sua

produção ampliada, considera que o autor mais relevante para a tentativa de analisar a questão colocada acima é Steindl.³⁸

Segundo Steindl, é a estratégia de crescimento das empresas oligopólicas, que planeja à frente da demanda, determinando com isso o grau de utilização e, por derivação, o grau de monopólio numa indústria em crescimento equilibrado. Com isso são geradas barreiras à entrada, que vão impedir que novas empresas de atuar em um determinado ramo, dadas as escalas de produção, volume de capital e risco. Em outros termos, para Steindl as diferenças entre as estruturas industriais competitivas e monopólicas no processo de acumulação capitalista, estão na forma de como se gera e se elimina excesso de capacidade (TAVARES, 1998, p. 56).

Temos aqui uma diferenciação nas indústrias competitivas e monopólicas sobre a questão do excesso de capacidade que acompanha o processo de acumulação. Para as primeiras, o excesso de capacidade que acompanha as margens de lucro excessivas é eliminado no longo prazo, através do processo de competição em preços, e o grau de utilização que a autora chama de “grau de equilíbrio” tende a ser restabelecido em certo nível, qualquer que seja a demanda. Já nas indústrias monopólicas, o processo de liquidação de capacidade por guerra de preços não acontece, como nas indústrias competitivas. Nestas indústrias atuando em condições de monopólio, são grandes empresas que possuem altas margens diferenciais de lucro, volume de capital imobilizado e economias de escala, além das condições de financiamento.

³⁸ Cujas obra principal foi intitulada de *Maturidade e estagnação no Capitalismo Americano*, publicado em 1952, e como observa Coutinho (1983) na introdução à este livro, é uma obra admirável pelo seu pioneirismo e criatividade, sendo a primeira ruptura consistente e bem sucedida do impasse em que estava encerrada a ortodoxia “microeconômica” sedimentada a partir das vertentes marshalliana e walrasiana. Steindl compreenderá desde logo a necessidade de uma nova alternativa teórica que “trouxesse de volta à cena as conexões entre a concorrência e a acumulação de capital, as quais eram familiares aos economistas clássicos e a Karl Marx, mas que se haviam perdido de vista nos últimos tempos”. Com esse objetivo em mente, Steindl foi buscar em Kalecki o seu ponto de partida, dispondo, portanto, desde o início de um sistema macroeconômico completo e dinâmico’. (COUTINHO, 1983, p. 8).

Portanto, as grandes empresas, atuando em uma estrutura oligopólica garantem altas margens brutas de lucro rígidas a baixa e elásticas para cima, quando da introdução de progresso técnico redutor de custos. Dado este processo de eliminação do excesso de capacidade, Tavares (1998, p. 57) explica:

[...] se o diferencial de custos entre as empresas for maior do que a margem de lucro das firmas mais fracas (marginais) as empresas maiores atuam para expulsá-las, via esforço de vendas que lhes permitem ampliar a participação no mercado, e com isso o oligopólio torna-se competitivo por um tempo, e terminada a eliminação das empresas mais débeis, passa-se a uma etapa de concentração relativa à concentração absoluta do capital e da produção.

Tavares (1998) vai dizer que essa versão da maturidade econômica oligopólica corresponde a uma nova forma das teorias da estagnação, mas diferente das versões subconsumistas, pois a explicação básica da estagnação não decorre da má distribuição de renda, devido à queda da relação salários/lucros, nem tampouco do aumento da intensidade do capital. Esta tendência à estagnação é decorrente do aumento da capacidade ociosa, decorrente do aumento dos investimentos e da capacidade de planejamento das empresas em estruturas de oligopólio.

Na seção intitulada, “Padrões de crescimento em uma economia oligopólica madura”, a autora vai procurar uma resposta para a seguinte indagação: por que um possível aumento da relação capital/produto médio não foi explorado sistematicamente por autores, que, como Steindl ou Labini, admitem a hipótese da sobre acumulação? Responde a autora:

[...] A razão principal deve ser buscada no fato de que um aumento da intensidade de capital parece contraditório com a estabilidade da relação salários/lucros, empiricamente verificada e que corresponderia tanto ao poder de administrar preços, pelo lado das empresas, como ao de fixar a taxa de salários, pelo lado dos sindicatos (TAVARES, 1998, p. 63).

Tentaremos explorar melhor esse ponto. Tavares inicialmente vai rejeitar a hipótese do progresso técnico neutro e manter a hipótese da rigidez de preços, e com isso introduzir outra hipótese sobre a condição de existir crescimento desequilibrado nos setores, como já foi analisado anteriormente.

Neste caso, teremos que admitir que existem dois tipos de estrutura oligopólicas diferentes: uma de oligopólio competitivo, no qual se dá a produção de bens de consumo, e outra, de oligopólio concentrado, que corresponde ao setor de bens de produção. No setor de bens de consumo, sabemos que a introdução de progresso técnico promove a redução de custos, com margens de lucro flexíveis para baixo, e que no longo prazo, vai levar à queda dos preços relativos nesse tipo de mercado. Por outro lado, nas estruturas oligopólicas concentradas, as margens brutas de lucro são crescentes e progresso técnico intensivo em capital.

Desta forma, Tavares admite que os salários reais podem subir, de forma a compensar a elevação das margens de lucro e a intensificação de capital do oligopólio concentrado, sem que se verifique a tendência já observada ao crescimento da capacidade ociosa e a estagnação, como apontada por Steindl.

Tavares (1998) vai então analisar que, alternativamente à modificação dos preços relativos dos dois departamentos, para que se estabilizem as relações macroeconômicas estruturais da indústria madura considerando a hipótese da rigidez das margens de lucro para baixo:

[...] existe a possibilidade que outro setor, que não a indústria, absorva a capacidade produtiva ociosa gerada no setor de bens de produção, de forma que esta possa manter as suas margens brutas de lucro e da capacidade ociosa planejada sem prejudicar a taxa de acumulação do setor industrial (TAVARES, 1998, p. 66).

Como destaca a autora, esta parece ter sido historicamente a solução encontrada pela economia americana até a segunda Guerra Mundial, através da

maquinização crescente da agricultura e do setor de serviços e, em particular, com o aumento dos gastos de investimentos do governo.

No caso em que este aumento dos rendimentos por unidade de recursos e por hora/homem dado pela maquinização pesada da agricultura e no uso intensivo de bens de capital no setor agrícola, não são transmitidos aos preços, como no modelo competitivo, a superprodução de ambos os setores pode ser absorvida pelas compras governamentais (estoques de matérias-primas estratégicas, alimentos e armas).

Este tipo de investimento público tem uma dupla função, como nos fala Tavares. De um lado vai arcar com os gastos de capital social básico, que não se vende a preços de mercado e de outro irá prover de economias externas o setor privado. Acontece que tais gastos devem ser financiados com uma elevação do déficit público, e, portanto, forma-se uma estrutura financeira de gastos com tendência permanente ao endividamento, e também de pressões inflacionárias permanentes, conduzindo a uma política monetária e financeira tipo *stop and go*, conforme se pode constatar em Kalecki.³⁹

Sob o ponto de vista de análise microeconômica, o aumento das margens brutas de lucro das empresas pode ser absorvido financeiramente, tanto pela maior carga de custos fixos de administração, como pela depreciação acelerada do capital constante. Com isto, temos um aumento da taxa de rotação do capital próprio e o grau de autofinanciamento, diminuindo assim a taxa de risco. Tavares (1998, p. 68) afirma que:

Em economias maduras, o financiamento interno das grandes empresas alcança quase 100%, o que lhes permite um raio de manobra para aplicações reais e financeiras mais diversificadas, e, portanto, para uma maior distribuição dos riscos.

³⁹ Aspectos políticos do Pleno Emprego. In: *Crescimento e ciclo das economias capitalistas* (KALECKI, 1983)

Termina a autora neste ponto:

Onde o padrão de crescimento em economias oligopólicas maduras, ou mais especificamente, em economias com estruturas oligopólicas concentradas, o problema da estagnação existe, mas ele vai se deslocando ao longo do tempo. Quando esta acaba, por fim, se manifestando, aparece agora sob a forma de estagflação, vale dizer, inflação acelerada com desemprego estrutural, e não mais como tendência à queda dos níveis de renda, com deflação de preços e desemprego aberto. (TAVARES, 1998, p. 69).

A partir deste ponto, Tavares (1998) vai investigar as relações entre o chamado oligopólio diferenciado e suas relações com a conglomeração financeira⁴⁰.

Dado que, como salienta a autora:

A maioria desses oligopólios diferenciados atua sob o domínio de empresas produtoras de bens de consumo, é possível adiantar os “limites” de sua expansão, desde que não ocorra mudança acentuada da tecnologia e diferenciação de processo dos produtos. Alcançados estes limites em cada fase da expansão do mercado nacional nos grandes países produtores, este tipo de estrutura de mercado, passa a expandir-se e a competir à escala internacional,

⁴⁰ Ao que consta, e a autora referencia, baseou suas observações analíticas em trabalhos de autores como Penrose (1955) e Labini (1956), Bain (1956) que elaboraram vastos estudos sobre as formas oligopólicas de expansão à escala mundial, este último em sua obra citada nas referências, destrói o mecanismo de fixação de preços em nível da firma, derivado da análise do custo marginal igual à receita marginal. Baseado no trabalho empírico de Hall e Hitch e no instrumento teórico da curva quebrada desenvolvido por Swezzy (1942), onde Labini (1956) sugere um novo modelo de formação de preços, o chamado modelo de custo pleno, além de tipificar as estruturas oligopólicas em diferenciado, misto e concentrado. Hymer (1960), Vernon (1966), preocupados com a expansão das empresas chamadas de Multinacionais. Merhav (1969) e Furtado (1974) que avaliam os efeitos sobre as economias subdesenvolvidas desse tipo de estrutura baseado no domínio da transnacionalização das empresas multinacionais e sua atuação predatória no excedente econômico gerado por esses países dependentes. Belluzzo (2009) e Tavares (2009) em interessante artigo fazem uma análise sobre o papel da transnacionalização das grandes empresas americanas e como estas empresas constituem seu poder oligopólico sobre o caráter intrinsecamente financeiro da associação capitalista das quais se originaram.

Interessante observar que na maioria desses autores citados existe a problemática crucial de que podem os mercados dominados por formações oligopolistas crescer espontaneamente por força interna? Questionamento este que não será objeto de análise, pois foge do escopo principal deste trabalho. Mas fica aqui as referências para possíveis investigações e pesquisa.

invadindo finalmente a periferia do sistema capitalista (TAVARES, 1998, p. 71).

Para explicar a importância da conglomeração financeira, a autora formula a indagação: se estas estruturas endógenas de acumulação oligopólica podem trazer em seu bojo a tendência à estagnação, por que afinal esta tendência não acontece? Responde a autora, que “surge a solução da conglomeração financeira⁴¹ e da aplicação multissetorial e multinacional de lucros” (TAVARES, 1983, p. 73). Tavares vai dar alguns exemplos históricos desse tipo de funcionamento, do êxito na verdade, da fusão entre o capital produtivo oligopólico e uma estrutura bancário-financeira, citando o caso do Japão do pós-guerra, o cartel assim formado na Alemanha e do tipo de aglomeração financeira dos EUA⁴².

Mas este tipo de combinação da estrutura oligopólica produtiva com a conglomeração, apesar de gerar uma eficiência produtiva interna para a acumulação das empresas multinacionais, tem, porém, seus efeitos profundamente desestabilizadores com relação às economias nacionais e o mercado financeiro internacional. Como nos explica Tavares, os riscos de desestabilizar a estrutura de crescimento e do comércio deixam de se colocar num modelo endógeno, à escala nacional, para passarem a um modelo também endógeno do sistema internacional. É interessante esta análise, pois a própria autora, a partir de seus trabalhos mais relevantes pós 1980, vai se identificar com este tipo de investigação teórica, onde não mais existirá a preocupação especificamente endógena de acumulação a nível interno de uma economia nacional, mas a preocupação de como a hegemonia internacional dos EUA, sua política monetária e o controle das suas taxas de juros

⁴¹ Explicando melhor este conceito de conglomeração financeira Tavares vai dizer: “Em sua forma histórica, e em particular no capitalismo japonês do pós-guerra, o conglomerado foi uma máquina de crescimento extremamente eficaz ao permitir, sem risco crescente, uma taxa de endividamento e de expansão das empresas, internalizando no conglomerado as economias externas geradas no conjunto dos setores” (TAVARES, 1983, p. 73)

⁴² Conforme nos explica Andrade & Silva (2010), Hilferding elabora o conceito de capital financeiro, onde este é basicamente definido como sendo a fusão específica de interação entre os bancos e as grandes empresas, origem dos grandes cartéis alemães. Citam também Hobson, aonde este vai se debruçar sobre a economia americana, que seria o paradigma do “capitalismo moderno”, e que assume a forma de um “capitalismo trustificado”, a partir das transformações ocorridas nesta economia na virada do século XIX para o XX, com o capital financeiro tendo papel decisivo nesse processo. (p. 549).

irá impor uma dinâmica própria na relação entre os países de centro e periferia. Este tipo de análise será tema do próximo capítulo.

Tavares (1998) vai explicar que fatores como a pressão sobre os recursos naturais escassos, acumulação polarizada dos lucros, os desequilíbrios do balanço de pagamentos e, finalmente, a expansão financeira descontrolada propagam a estagnação e a inflação em escala mundial. Em razão desses problemas, propõe a autora que o interesse de longo prazo das chamadas empresas multinacionais, requer a expansão mundial do capitalismo, requer uma nova divisão internacional do trabalho que contemple a estrutura dessas novas mudanças em escala mundial. Prossegue propondo a autora, que nesta nova divisão de trabalho caberia, pois às empresas internacionais o que ela denomina de “máquina de crescimento” ⁴³ à escala mundial, sem passar por uma divisão tão nítida do sistema centro e periferia em termos de aplicação de capitais para a produção especializada em matérias-primas ou manufaturas.

Finalizando nas palavras da autora:

[...] Aos Estados Nacionais tornados “provincianos” salvo possivelmente o Estado hegemônico, caberia manter a estabilidade social interna e dar suporte à expansão dessas empresas em suas nações convertidas em “mercados”. Finalmente, à superestrutura das organizações internacionais, montada em Breton Woods e superada pelos acontecimentos, caberia reformar-se e adaptar-se à nova ordem mundial (TAVARES, 1998:75) ⁴⁴.

⁴³ Como constatamos em Arend (2009) observando o sentido de “máquina de crescimento”, esta é definida como no sentido schumpeteriano e que Tavares (1998) afirma que esta “máquina de crescimento” estaria internalizada definitivamente no Brasil, incorporando os setores automotriz e eletromecânico, emblemáticos do paradigma metal-mecânico-químico (quarta revolução tecnológica). E como Tavares admite categoricamente que “as filiais estrangeiras que se instalaram no período 1956/61 vieram para ficar” e, sendo elas “máquina de crescimento no sentido schumpeteriano” garantem o progresso técnico e a diversificação produtiva para a periferia. Para críticas a este pensamento da autora ver, no que diz respeito ao progresso técnico e os paradigmas tecnológicos, Arend (2009).

⁴⁴ Para estes aspectos analisados pela autora ela referencia Celso Furtado sobre o livro deste autor intitulado *O mito do desenvolvimento econômico*, (1974) quando Furtado faz uma apreciação sobre as tendências estruturais do sistema capitalista na fase das grandes empresas e o impacto das estruturas oligopólicas sobre os países da periferia apontando algumas visões possíveis, conforme a autora, de sua evolução em longo prazo (TAVARES, 1998, p.76). Ver neste livro citado de Furtado especificamente as elaborações do capítulo 1, a seção 3 “As grandes empresas nas relações centro e periferia”, a seção 4 “Opções dos países periféricos” e por final a seção 5 intitulada “O mito do desenvolvimento econômico”.

Feitas estas considerações sobre o padrão de acumulação capitalista e suas estruturas produtivas, a autora vai prosseguir sua análise investigando como o poder de acumulação das empresas oligopólicas afetam diretamente os ciclos de expansão industrial das economias semi-industrializadas.

A autora entende que nestas economias ditas semi-industrializadas, o papel do Estado para intervir e modificar o comportamento das multinacionais, isto é, das grandes empresas estrangeiras é tanto mais limitado quanto sua própria estrutura de investimento, dado que se encontra acoplada à dinâmica da expansão dessas empresas de ponta⁴⁵. Antes de abordar as considerações gerais desta questão, Tavares vai diferenciar três estruturas oligopólicas que se articulam de forma diferente em cada etapa de industrialização⁴⁶

Para tanto, a autora vai diferenciar três estruturas oligopólicas que se articulam de forma diferente em cada etapa de industrialização.

1. **Oligopólio competitivo:** concorrência via preços ou produtos diferenciados. Não existem barreiras à entrada salvo nos setores onde o monopólio de marca ou tecnologia é decisivo, e estão dominados por empresas estrangeiras.

⁴⁵ Na maioria das investigações e análises da autora, principalmente nas elaborações sobre as empresas multinacionais e suas filiais estrangeiras, Tavares se baseará nas observações críticas de Fernando Fajnzylber (1976), onde este autor considerava que as filiais estrangeiras são mais eficientes que as nacionais, considerando sob o ponto de vista dos coeficientes técnicos de produção, rentabilidade privada e inclusive da absorção de emprego para uma mesma taxa de acumulação, como podemos evidenciar em nota de rodapé da autora. Ver, em particular, o ensaio “A empresa internacional na industrialização da América Latina”, apresentado em 1971, em um Seminário “Políticas sobre investimento estrangeiro e transferência de na América Latina”, e publicado no livro *América Latina, ensaios de interpretação econômica* (1976).

⁴⁶ Consultar também para um melhor aprofundamento sobre estruturas oligopólicas de mercado o trabalho de Possas (1985) sobre suas contribuições no sentido de elaborar elementos conceituais que permitiram constituir um corpo teórico alternativo para a teoria do oligopólio, bem como o esforço desenvolvido no sentido de precisar melhor os contornos do objeto, conceitos e métodos de análise para tratar no âmbito microeconômico capitalista, centrado na noção de estruturas de mercado em contexto oligopolista.

2. **Oligopólio diferenciado-concentrado:** Compreende os ramos metal-mecânico, material elétrico, automotriz, entregue às filiais estrangeiras e configuram o padrão de industrialização dos países latino americanos com maior dimensão absoluta de mercado.
3. **Oligopólio puro ou concentrado:** compreende os insumos básicos homogêneos e de equipamentos pesados, intensivos em capital e baixo uso de mão de obra. Tem barreiras absolutas à entrada, enormes economias internas de escala, volume de capital e descontinuidade tecnológica.

A partir desta diferenciação Tavares vai analisar a dinâmica da expansão e acumulação industrial em cada um dos tipos⁴⁷.

Na estrutura de oligopólio competitivo, a autora destaca que vigoram os produtos de bens não duráveis, pertencentes à indústria tradicional, de pequenas empresas nacionais e estrangeiras. A concorrência se dará via preços e demais medidas tarifárias e cambiais, como espécie de “barreiras externas à entrada”, para protegerem sua margem bruta de lucro Tavares observa que este tipo de indústria requer ou é muito dependente da taxa de acumulação global do sistema, mais ainda da taxa de emprego e salários urbanos.

O tipo de competição nesta estrutura de oligopólio competitivo se dá via preços e diferenciação de produtos, mas muito mais pela incorporação de progresso técnico, com maior utilização de capital e com baixa taxa de emprego no setor, o que posteriormente, leva a queda das margens brutas de lucro, mesmo que as taxas de emprego e salário médio estejam constantes.

No longo prazo temos queda das margens de lucro e diferenciais de eficiência de lucro e de intensidade de capital entre pequenas e grandes empresas.

⁴⁷ Para um melhor entendimento destas estruturas oligopólicas industriais e também sobre os demais temas que abordaremos nas quatro principais obras de Conceição Tavares, a saber, os artigos “Auge e declínio do processo de substituição de importações” e “Além da estagnação”, bem como as teses *Acumulação de capital e industrialização no Brasil* e *Ciclo e Crise: O movimento recente da industrialização brasileira*, que são objetos de estudo neste trabalho, consultar D’ÁVILLA, (2006).

Com relação ao oligopólio diferenciado concentrado, dominam nesta estrutura de mercado as filiais estrangeiras, nos setores de material elétrico e de transportes. Nela encontramos as indústrias mais dinâmicas da industrialização latino-americana, sendo que as filiais estrangeiras detêm o controle horizontal e vertical do mercado. Para Tavares, esta estrutura é decisiva para a taxa de crescimento industrial e para a diferenciação da estrutura de produção, afetando sobremaneira os padrões de consumo e o perfil da distribuição de renda.

Como nos diz a autora:

O potencial de acumulação desta estrutura diferenciada não está determinado apenas pela demanda global do sistema, e nem pela taxa interna de lucro. Outros fatores são determinantes para o processo de acumulação de capital, tais como a capacidade ociosa planejada, isto é, o movimento de expansão das empresas que cresce na frente da demanda, diferente, por exemplo, do oligopólio puro, que o faz basicamente para dar conta das discontinuidades técnicas e das barreiras à entrada (TAVARES, 1998, p. 91).

As empresas que constituem um oligopólio diferenciado recorrem à diferenciação de produtos para garantir sua participação relativa no mercado e criam demanda de forma diversa dos efeitos de encadeamento interindustrial, acarretando também barreiras à entrada, dada a capacidade de subutilização permanente.

Tavares (1998, p. 93) vai afirmar que:

Em período de expansão acelerada, os preços relativos dos bens duráveis de consumo podem cair se houver redução nas margens de lucro por unidade de produto; no entanto, isto acarretará um aumento do montante de lucro absoluto e a rentabilidade global do capital. Por conseguinte, aumenta a taxa interna de reinvestimentos de lucros, diminui o risco de entrada de novas empresas e o endividamento externo passa a ser favorável como mecanismo de expansão adicional.

Tavares, ao final da análise sobre a estrutura de mercado diferenciado, vai nos dizer que o processo de expansão nesta estrutura de mercado tem seus limites, pois irão existir tendências de longo prazo e mesmo certas barreiras estruturais que devem ser superadas nos distintos ciclos curtos de expansão, como a autora irá tratar o caso brasileiro.

Com relação ao oligopólio puro ou concentrado, os produtos são homogêneos, imperando o setor de bens de produção, onde prevalecem as economias de escala, as discontinuidades tecnológicas e existem barreiras à entrada. Predominam as grandes empresas nacionais, estrangeiras e estatais, particularmente nos países subdesenvolvidos de maior dimensão relativa de mercado e mais avançados no processo de industrialização.

A concorrência nesses setores não se faz em preços, que são administrados tanto pela própria empresa e pelas políticas governamentais de preços. A autora observa que a concorrência entre as empresas multinacionais e estrangeiras é em geral forte numa primeira etapa de instalação e em etapas de ampliação da capacidade produtiva. Adverte que se a concorrência fosse dada pelo poder tecnológico e financeiro das multinacionais, terminaria por provocar o desaparecimento das empresas nacionais. Mas, em geral, estas são influentes politicamente e suficientemente poderosas para serem competitivas tecnologicamente ainda que recorrendo ao financiamento e aos subsídios públicos.

Nas fases de expansão, a taxa de autofinanciamento deve aumentar, em função da atualização das economias de escala. Para as empresas públicas, o autofinanciamento não é regra, pois tende, como nos diz a autora, ao desfinanciamento periódico (TAVARES, 1998, p. 96).

Esta estrutura, chamada por Tavares de Oligopólio puro e concentrado, está sempre amarrada com negociações entre empresas nacionais e estrangeiras e com

a mediação pelo Estado, características específicas para a indústria pesada que compõem boa parte da estrutura de mercado puro ou concentrado.

As condições econômicas, explicitadas pela autora, explicam o porquê do Estado intervir mais na estrutura deste mercado e em particular na indústria pesada através das *joint ventures* entre capital nacional e estrangeiro, privado e público. Temos aqui não uma desnacionalização da economia, quando o capital privado participa como sócio menor, mas é a única maneira eficiente de penetrar ou manter-se em setores onde as economias de escala, estrutura de capital, tecnologia e risco são superiores às forças internas de acumulação. Isto constitui, na opinião de Tavares, uma internacionalização do capital e não na sua desnacionalização.

Após as considerações sobre as três específicas estruturas de mercado e seu funcionamento nas economias semi-industrializadas, a autora vai agora discorrer sobre o papel do investimento público na etapa de expansão industrial em estruturas de mercado de oligopólio diferenciado.

A autora terá como hipótese central dos seus comentários, a importância que assume os investimentos públicos na manutenção e na aceleração da taxa de crescimento global nas economias latino-americanas semi-industrializadas. Tavares afirma existir carências iniciais de ordem técnica, isto é, do escasso desenvolvimento prévio das estruturas produtivas da economia de tipo periférico. Dadas essas carências, deriva para a autora a importância que assume a expansão dos investimentos públicos. Tanto no que diz respeito pelo lado da oferta, onde esses investimentos devem-se concentrar em setores estratégicos, como energia, comunicação, transporte, urbanização, e outros não menos importantes como os gastos em capital social básico, que são os responsáveis pelas economias externas do setor industrial.

Assim, prossegue Tavares (1998, p. 104):

Na etapa de expansão, a demanda de bens de capital do governo representa o que ela chama de “superacelerador”, que se traduz em

uma violenta pressão tanto sobre a demanda interna de bens de capital, como também na pressão exercida no Balanço de Pagamentos. Isto sinaliza para o setor privado uma elevação da expectativa das margens de lucro que aumenta ainda mais o grau de capacidade ociosa planejada das grandes empresas tanto privadas como públicas.

Quando, na fase de desaceleração ocorre uma queda do nível de investimentos públicos, isto vai gerar também efeitos desaceleradores sobre a estrutura de crescimento dessas empresas públicas e privadas, acarretando no final uma queda das taxas de acumulação e de crescimento do emprego e da produção da economia.

Além da questão da importância do investimento público e do seu papel tanto na fase de expansão como na fase de desaceleração, a autora vai tentar identificar como os gastos públicos em investimento estão submetidos à dinâmica induzida pelo crescimento das grandes empresas estrangeiras de ponta, ou seja, o comprometimento crescente do gasto público com investimentos complementares e subordinados à lógica das grandes multinacionais, vinculadas ao oligopólio diferenciado de bens de consumo duráveis.⁴⁸

Após estas considerações sobre o investimento público, Tavares vai analisar os problemas que são recorrentes nas economias subdesenvolvidas, principalmente no que diz respeito às remessas de lucros e demais serviços de filiais das empresas multinacionais, que filtram parte do excedente econômico gerado, remetendo ao exterior. Com isto, a autora coloca que no longo prazo, apresenta-se uma tendência sempre recorrente de desequilíbrio nos balanços de pagamentos dos países subdesenvolvidos, dado pelo pagamento de serviços da dívida externa e em

⁴⁸ Ainda argumentando sobre a importância da estrutura de mercado baseada no oligopólio diferenciado e na questão do papel do investimento público, seus impactos na relação capital/produto, nos relata Arend (2009), este investimento público poderia “ocultar” o aprofundamento do capital (*capital deepening*) se o governo se encarregasse dos gastos de mais alta relação capital/produto, como em infraestrutura de transportes, comunicações e urbanização. Assim, na fase de auge do ciclo, os investimentos do oligopólio diferenciado, sobretudo das empresas multinacionais de produtos de consumo duráveis, seriam incentivados pela redução dos preços relativos na indústria pesada de insumos básicos, ofertados por empresas públicas, o que permitiria aumentar a capacidade de produção com baixa relação capital/produto.

momentos de desaceleração econômica, pelo maior envio de remessa de lucros e dividendos.

Ao entender que as tendências do mercado financeiro internacional facilitaram muito as possibilidades de endividamento externo para vários países latino-americanos, com aumento simultâneo e desproporcional da dívida, da remessa de lucros e das reservas (TAVARES, 1998, p. 110).⁴⁹

Tavares ao longo destas considerações sobre os efeitos no balanço de pagamentos das economias subdesenvolvidas, vai analisar um problema central que será a questão da “administração da dívida”, e abordando as características dos prazos de amortização, as taxas de juros, as formas de pagamento e as condições de renegociação destas dívidas. Apresentará algumas sugestões para resolver os desequilíbrios do balanço de pagamentos dos países latino-americanos no longo prazo. Por exemplo, irá propor a diversificação das exportações de produtos primários, colocando ênfase na importância dos países focarem mais os produtos de recursos minerais, por sua condição de serem reservas estratégicas e de escassez de longo prazo. Outra proposta de solução que Tavares expõe é que os países subdesenvolvidos devem implantar uma estratégia de maior aumento das exportações em manufaturados, e que, portanto, esses países devem implementar políticas de estímulo e de pressão para que as próprias filiais estrangeiras exportem.⁵⁰

Outro ponto importante que a autora vai analisar é sobre a tendência à sobrevalorização da moeda local desses países. Este aspecto relacionado à análise da abertura externa se reflete na economia de duas maneiras. Como relata Tavares (1998, p. 115):

⁴⁹ Mas vemos nessa passagem o quão Tavares já “colocava” o dedo na ferida sobre a movimentação de capitais aos países periféricos e do aumento da vulnerabilidade externa daí decorrente, e nos desequilíbrios do Balanço de Pagamentos em termos de remessas de lucros e dividendos e seu impacto negativo na Balança de Serviços desses países.

⁵⁰ Seria o caso, por exemplo, das empresas multinacionais que enviam remessas ao exterior na forma de lucros e dividendos, mas que essas remessas estariam condicionadas à um maior aumento das exportações por parte dessas empresas estrangeiras instaladas no interior desses países.

[...] Por um lado aumenta a propensão para importar e favorece a entrada bruta de capital estrangeiro e a sua acumulação interna; por outro lado prejudica o setor exportador e barateia o custo da remessa de lucros.

Tavares no intuito de resumir as suas explicações sobre as consequências e soluções para os países subdesenvolvidos em relação à abertura externa e os problemas recorrentes no balanço de pagamentos e sobre a questão da submissão dos países subdesenvolvidos na remessa crescente de excedentes aos países centrais, termina colocando uma indagação: O que se passa com a reprodução ampliada do capital? O que significa internacionalização crescente do capital “nacional”? Vai nos responder Tavares que no longo prazo o destino dos países periféricos ou das economias subdesenvolvidas é o de proporcionar maior extração do excedente pelas empresas estrangeiras e, cada vez mais, serem incorporadas ao circuito multinacional do capital.

Configura-se nesse momento, a formação de uma nova divisão internacional do trabalho, moldado por um esquema de acumulação à escala internacional, cujo poder das empresas multinacionais são preponderantes para a apropriação de recursos dos países ditos periféricos e na estratégia de expansão produtiva industrial dessas empresas.

2.2 A industrialização brasileira: uma tentativa de reinterpretação

Conceição vai a partir daqui retomar algumas passagens da tese de João Manoel Cardoso de Mello (1986), apresentada em *O Capitalismo tardio*⁵¹, em que o processo de acumulação de capital no complexo cafeeiro explicaria não somente o surgimento da indústria, como também sua articulação com o movimento cíclico da

⁵¹ As elaborações teóricas que foram produzidas por Tavares e Cardoso de Mello conformaram o pensamento do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas em cujas temáticas do qual os condicionamentos internos e externos de acumulação de capital desempenham um papel protagonista, primordialmente as condicionantes endógenas do processo de acumulação de capital e industrialização, onde este pensamento foi caracterizado como a chamada “Escola de Campinas”.

própria economia cafeeira.⁵² Tavares vai explicar que o processo de acumulação industrial depende duplamente do capital mercantil cafeeiro. Em primeiro lugar, para a ampliação da produção industrial que vai depender da capacidade de importação de máquinas e insumos, que, por sua vez, dependerá do desempenho dos saldos comerciais gerados pelo setor exportador e basicamente pelo café.

Em segundo lugar o setor industrial é incapaz de gerar o seu próprio mercado de forma endógena, dependendo para sua expansão inicial de mercados prévios e externos, que são gerados direta e indiretamente pelo complexo cafeeiro exportador.⁵³

Na observação da autora o setor industrial depende do capital cafeeiro por duas razões a considerar. A primeira é o da dependência de saldos externos em moeda estrangeira para fazer frente às importações de bens de capital e insumos básicos para a indústria, e a segunda, em função da indústria não gerar internamente seus mercados, ela precisa dos chamados mercados “externos”, aqui entendido no sentido interno de demanda para a realização da sua produção, via mercados que o próprio complexo exportador de café vai criar, bem como via gastos do governo e da expansão da urbanização.

Tavares (1998, p. 127) afirma que:

⁵² Cabem aqui algumas considerações sobre o entendimento de como o capital cafeeiro contribuiu para o processo de criação da grande indústria no Brasil, ou seja, de como as raízes da industrialização estavam fincadas no complexo cafeeiro. Temos que a relação entre o capital cafeeiro e o capital industrial não era meramente de complementaridade como atestava Furtado, nem oriundo de um antagonismo, como na abordagem da CEPAL, mas sim, tratava-se de uma relação contraditória, porque se de um lado o capital industrial se originava do capital cafeeiro, de outro ele tinha que superar os limites da acumulação mercantil a que este estava submetido e procurar se desvencilhar desta dependência para continuar a crescer com suas próprias pernas. Portanto, em um dado momento, a acumulação industrial tinha que romper esses limites, ou ainda, modificar os laços de subordinação aos quais estavam submetidas a produção colonial no âmbito da economia mundial. Para um maior aprofundamento do estudo das relações economia cafeeira-indústria nascente consultar SILVA (1981).

⁵³ Importante destacar sobre esse ponto, conforme observações de Arend (2009), que somente a partir da economia exportadora capitalista cafeeira que o modo de produção capitalista se torna dominante no Brasil. Com a ressalva que no período de 1888-1933 existe um processo de autobloqueio, restrito do capitalismo brasileiro, que segundo Mello (1986) e Tavares (1998), pelo fato histórico e relativamente endógeno de que a acumulação industrial submete-se, desde o início do processo, ao desenvolvimento da produção e do capital mercantil exportador.

[...] Essa dependência ante o setor exportador, pelo lado da acumulação da indústria, é decisiva, pois [...] não se geram, em simultâneo, forças produtivas capitalistas capazes de reproduzir, endogenamente, o conjunto do sistema [...] não se passa, ao mesmo tempo, ao modo especificamente capitalista de produção, ao chamado “capitalismo industrial”.

Após essas considerações sobre a importância do capital mercantil cafeeiro para o impulso na constituição do setor industrial, Tavares vai passar a refletir sobre o conceito de industrialização por substituição de importações.

[...] Se por industrialização entendemos a implantação de um setor de produção industrial, este surge muito antes de 1930, e não como resposta a uma crise do setor externo, mas sim num auge do café, com o prolongamento e a diversificação do capital cafeeiro. Se, ao contrário, tomarmos este conceito como o de “constituição de forças produtivas especificamente capitalistas”, isto é, capaz de afiançar a dominância do capital industrial no processo global de acumulação, temos que esperar até a década de 50 para que isso se verifique, mediante a entrada decisiva do Estado e das empresas multinacionais. (TAVARES, 1998, p. 128).

Tavares enfatiza que é a partir da crise dos anos 1930 até a década de 1950, que devemos entender o processo de substituição de importações, e faz ainda uma investigação à abordagem teórica cepalina, que via o processo de industrialização através de uma dinâmica externa e interna, e não como uma dinâmica de caráter endógeno, interno ao processo de industrialização, afirmando:

[...] toda a teoria dinâmica requer algum esquema endógeno de movimento, como suporte analítico, a partir do qual o seu modo de funcionamento possa ser aberto ou expandido à totalidade do sistema, dependendo de a abordagem dos problemas ser feita do ponto de vista da periferia ou do centro (TAVARES, 1998, p. 130).

Tavares (1998) analisa o papel do Estado no período de transição ao capitalismo industrial, que caracteriza a especificidade do padrão brasileiro de desenvolvimento. Assinala a autora que no período de 1933 a 1955, vigora o processo de industrialização restringida⁵⁴. Para um melhor entendimento da chamada industrialização restringida, nos apoiamos em Mello:

Há industrialização, porque a dinâmica da acumulação passa a se acentuar na expansão industrial, ou melhor, porque existe um movimento endógeno de acumulação de capital em que se produzem, conjuntamente, a força de trabalho e parte crescente do capital constante industriais; mas a industrialização se encontra restringida, porque as bases técnicas e financeiras da acumulação não são suficientes para que se implante num golpe, o núcleo fundamental da indústria de bens de produção, que permitira à capacidade produtiva crescer adiante da demanda, autodeterminando o processo de desenvolvimento industrial (MELLO, 1986, p. 110, grifo nosso).

Dado este entendimento da industrialização restringida, a autora vai afirmar que o desenvolvimento das forças produtivas específicas deste modo de acumulação será insuficiente para a implantação da grande indústria de base necessária para o crescimento da capacidade produtiva adiante da própria demanda. Termina dizendo que a estrutura técnica e financeira do capital continua dando os limites endógenos da reprodução ampliada do capital, limitando, portanto, a acumulação industrial de capital.

Neste ponto, Tavares (1998, p. 132) vai dizer que:

Uma hipótese central da análise assim expressa, é que os fluxos de comércio e de capital estrangeiro não determinam exogenamente a

⁵⁴ Tavares juntamente com Cardoso de Mello e outros pensadores da chamada Escola de Campinas vai empreender um esforço de melhor entendimento do processo de industrialização, principalmente no que diz respeito às críticas ao conceito de industrialização via substituição de importações, onde se demonstra que do ponto de vista endógeno, esta industrialização se encontrava restringida. Deste modo, a designação que melhor descrevia o período de 1933 a 1955, era o conceito de “industrialização restringida”.

dinâmica de acumulação, apenas se articulam com ela e modificam-na a partir de dentro, acentuando as mudanças internas em curso na estrutura produtiva e no padrão histórico de acumulação.

Outro ponto importante que a autora destaca, está no fato de que “o incremento de produção permite, pela primeira vez na história da indústria, reproduzir conjuntamente a força de trabalho e parte do capital constante industrial, num movimento endógeno de acumulação” (TAVARES, 1998, p. 133).

Ao longo do processo de análise das causas que explicam a chamada industrialização restringida do período de 1930 a 1955, Tavares (1998) procura mostrar que nem as interpretações com foco na substituição de importações, tampouco a das teorias da dependência são suficientes para esclarecer satisfatoriamente a especificidade histórica e teórica do subdesenvolvimento.

A passagem desta condição de subdesenvolvimento para a condição de uma industrialização propriamente dita, ou seja, na constituição de forças produtivas internas especificamente capitalistas de produção, através da internalização do setor produtor de bens de produção, requer que a chamada acumulação ampliada de capital industrial se torne não somente endógena, mas também dominante, mormente que esta condição pode ser a custo dos países periféricos serem mais dependentes em termos financeiros, tecnológicos e políticos, em relação ao capital internacional (TAVARES, 1998, p. 141).

Portanto, com o setor de bens de produção se instalando na economia brasileira, a partir de 1955, irão ocorrer ciclos endógenos internos, pois o processo de industrialização não sofreria mais com o autobloqueio da carência de força de trabalho, nem com a insuficiência de meios de produção. Mais ainda, “a internalização do setor produtor de meios de produção constituía-se em condição necessária e suficiente para a autodeterminação do processo de acumulação de capital, ou seja, estaria assegurado o desenvolvimento capitalista brasileiro” (AREND, 2009, p. 85).

Seguindo, a autora vai passar a discutir sobre o conceito de “industrialização dependente”, destacando as principais relações entre o chamado “caráter associado” das burguesias locais e a internacionalização do mercado interno, ou seja, as relações de contradição entre os “associados” o capital nacional e o estrangeiro.

Veremos que a partir do período de 1956/61, teremos por parte das empresas estrangeiras a instalação de uma capacidade produtiva bem à frente da demanda preexistente. Particular atenção será feita por Tavares, ao considerar o papel do Estado como elemento primordial no caráter de acumulação de capital nesse período. Esse vai buscar substituir a “máquina de crescimento” privado nacional, passando a operar principalmente nos setores pesados da indústria de bens de produção e nas operações de financiamento interno e externo da indústria (TAVARES, 1998, p. 148).

Ainda nesse trabalho, Tavares vai procurar apresentar as linhas gerais do desenvolvimento do ciclo expansivo que se inicia em meados da década de 1950 e dar explicações básicas para a crise e a recuperação de década de 1960. Serão analisados três pontos importantes que marcaram o início auspicioso do ciclo de expansão, no período que vai de 1956 até 1962, que ela vai denominar de “industrialização intensiva”.⁵⁵

O primeiro destaca a constituição de um bloco de investimentos implementados pelo Estado, constituindo o que conhecemos por Plano de Metas do governo JK. O segundo refere-se ao fato de que o *boom* de investimentos gerados no período de 1956/1961, não se distribuiu por vários setores industriais já existentes. O terceiro ponto identifica que o referido ciclo expansivo não se

⁵⁵ Não poderíamos deixar de citar neste trabalho, referindo-se ao Projeto do Plano de Metas, o que podemos chamar de um clássico sobre este período, o livro *15 anos de política econômica* de Lessa (1983), onde a concepção de bloco integrado de investimentos, a atuação do Estado nos investimentos de mais longo prazo de maturação, a consolidação do processo de industrialização nos setores de bens de capital e bens duráveis de consumo, e principalmente, sobre a análise e descrição sumária das políticas econômicas implementadas nesse período, são articulados de forma pioneira por este autor, mas que por questão de escopo e objetivos desta dissertação, não será aqui abordado.

caracteriza por um processo de concentração absoluta em favor das grandes empresas.

Feita esta menção sobre os três aspectos do início do ciclo de expansão da acumulação de capital a partir de meados de 1950, Tavares (1998, p. 153) vai afirmar que:

O bloco de investimentos, encetado a partir de 1956, vai alterar a estrutura de capacidade produtiva industrial mais do que a estrutura de demanda, pelo fato desta estrutura estar concentrada historicamente no poder de consumo das classes mais abastadas acompanhada por uma distribuição de renda altamente concentrada. Por outro lado, o padrão de investimento, como foi o realizado nesse período e a sua introdução de forma brusca e concentrada no tempo teve a força para gerar um poderoso efeito acelerador sobre a renda urbana e a capacidade produtiva do setor de bens de capital, como destaca a autora. Esse efeito se acentua pelo alto grau de complementaridade tecnológica dos projetos de investimentos, com efeitos dinâmicos em cadeia, sobre as demandas intersetoriais dentro do próprio complexo industrial em expansão.

Sobre a desaceleração após 1961, Tavares destaca duas razões principais: a primeira decorre do ajuste dinâmico da estrutura da demanda à capacidade produtiva recém-instalada; a segunda situa-se no âmbito da realização e do financiamento de um potencial de acumulação que se tinha incrementado fortemente nos fins da década.

No subtítulo “Problemas de desajuste entre a estrutura de oferta e demanda industrial”, a autora vai iniciar a sua exposição do que ela entende por desajustes dinâmicos entre a produção industrial nas estruturas de mercado em oligopólio e a realização dessa produção. Para a autora, os novos setores industriais implantados estavam, a partir de 1957, em geral superdimensionados para atender a demanda corrente, dada as escalas mínimas necessárias para operar novas plantas, que superavam as dimensões de mercado, bem como, e principalmente, porque foram atraídas para esse setor varias empresas de distintas procedências (Japão, Europa e EUA), que vinham disputar um mercado em expansão, extremamente protegido,

cujos gastos em equipamentos estavam fortemente subsidiados. Continua a autora, que este não seria um problema grave do ponto de vista das empresas, se a taxa de crescimento da demanda se mantivesse. Neste ponto a autora vai caracterizar o clássico problema dos desequilíbrios desproporcionais entre setores de produção e as condições de demanda para a realização dessa produção.

A autora, a partir daqui, vai passar a investigar as razões do desajuste dinâmico entre a estrutura de oferta e demanda que caracterizam os setores industriais, ou seja, “a ocorrência da chamada desproporções entre a estrutura produtiva e a dinâmica de crescimento da demanda dos novos setores da economia” (TAVARES, 1998, p. 160).

Tavares (1998) vai descrever os problemas que a caracterizam, analisando os três setores básicos desta estrutura, ou seja, os setores de bens de consumo não duráveis, bens de produção e bens de consumo duráveis, analogamente ao esquema de Kalecki, só que empreendendo esta análise sob a ótica das categorias de demanda que conformam estes setores, não pelas estruturas de mercado em oligopólio, conforme já analisamos nos capítulos anteriores quando nos referimos a análise das estruturas de mercado.

Tavares (1998) nos diz que o equilíbrio dinâmico de uma economia periférica em que se implanta a nova industrialização deverá observar certas condições de proporcionalidade entre os setores de bens de produção e o de bens de consumo duráveis e suas respectivas taxas de crescimento. Segundo a autora, esta taxa de crescimento das economias periféricas esta baseada no complexo metal-mecânico que constitui o núcleo básico do setor de bens de produção, mas observa que este crescimento estará submetido a flutuações, atribuíveis a desvios do padrão de equilíbrio dinâmico, ou seja, que estes desvios derivam de desproporções entre as taxas de expansão dos setores de bens de produção, e bens de consumo duráveis. Tais desproporções são caracterizadas pela inexistência de indivisibilidades de escala no setor de bens de consumo duráveis e a presença ou a ocorrência de fortes indivisibilidades no setor de meios de produção.

Vale ressaltar que em períodos do auge de expansão econômica, o setor de bens de produção deverá se expandir com excesso de capacidade, dada as

indivisibilidades de escala, e esta capacidade excessiva vai gerando aumentos de demanda enfrentados pelo setor de bens de consumo duráveis que tende assim a crescer com intensidade. Mas ao longo prazo esta dimensão da capacidade ociosa do setor de meios de produção comprometerá sua expansão posterior, gerando um efeito de desproporções danosas para a expansão do setor industrial, tanto para os bens de consumo duráveis quanto para a economia em seu conjunto.

Tavares passa a refletir sobre os problemas de realização da acumulação de capital e sua relação com o aumento da produtividade. A autora vai analisar o porquê do aumento do potencial de acumulação na economia a partir desse período em análise, chegando à conclusão que “o aumento da produtividade do capital e do trabalho não se transfere de forma proporcional nem aos preços, nem aos salários” (TAVARES, 1998, p.178). Ou seja, do ponto de vista das estruturas oligopólicas em economias subdesenvolvidas, os problema se agravam dada a assimetria que existem nas estruturas de crescimento, isto é, dado o desigual poder monopólico entre os distintos setores produtivos e, particularmente, entre as empresas e os sindicatos. Daí o fato da autora observar que as margens brutas de lucro que refletem o grau de monopólio, no sentido Kaleckiano do termo, aumentaram fortemente na indústria durante o período 1956/1961.

Neste ponto, Tavares (1998) destaca a contradição entre o aumento da relação lucros/salários e aumentos da taxa de acumulação. Ora, o aumento da relação lucros/salários deveria elevar a taxa de acumulação do sistema, mas, como ressalta a autora, apenas isso acontece no nível microeconômico das empresas, dado que esta tem um aumento do lucro retido e optam por aplicações patrimoniais fora da indústria ou dentro dela, quando as condições de produção são favoráveis. A autora conclui nominando de esterilização o potencial de acumulação gerado pelo aumento dos lucros, mas que não é investido novamente na indústria e respectivos setores.

O excesso de capacidade das empresas bem como seus lucros retidos, ou poupança interna das empresas, sem aplicação nos respectivos setores, têm um efeito, como nos diz a autora, fortemente depressivo sobre a taxa de investimento privado. Quando esta começa a cair arrasta consigo a taxa de emprego e os níveis

de demanda efetiva, o que por sua vez leva à quebra das empresas marginais, provocando com isso um grau maior de concentração e controle de mercado, e para a indústria em seu conjunto, leva a uma baixa na taxa do lucro médio e, portanto, da acumulação.

Agrava-se ainda mais o aumento das margens brutas de lucro das empresas monopólicas que atuam nos setores de bens mais duráveis, o que não resolve o problema da taxa global de acumulação e de lucro, enquanto agrava-se mais ainda a insuficiência de demanda efetiva e o excesso de capacidade nos setores, particularmente nos setores de bens saláris (TAVARES, 1998, p.181) ⁵⁶.

Na seção “Problemas de inflação e de Balanço de Pagamentos no ciclo de expansão”, Tavares (1998), aborda os problemas de inflação e do balanço de pagamentos no ciclo expansivo, colocando foco central nos problemas do seu movimento, e sobre o impacto que pode se dar no processo de acumulação de capital. Conclui que:

[...] a inflação surge como um mecanismo contraditório de expansão que, ao mesmo tempo, amplia a etapa expansiva do ciclo e precipita, por sua própria dinâmica, uma etapa depressiva “saneadora” (TAVARES, 1998, p. 184).

Assim, Tavares (1998) parte de uma etapa expansiva e relaciona o impacto da inflação no aumento das margens brutas de lucro das empresas e nas taxas de juros, mostrando que a formação de taxas de lucros ilusórias dará lugar ao aumento do superinvestimento nos setores de mais alta taxa de rentabilidade, o que vai gerar margens crescentes de ociosidade, terminando por deprimir a taxa de lucro

⁵⁶ Aqui Tavares recupera uma frase muito comentada dos estudos de Kalecki como, por exemplo, nesta passagem: “Como o salário de base da mão-de-obra direta é um componente do custo de todas as empresas e demanda só para algumas, para que os assalariados de base possam consumir mais, requer-se que os capitalistas gastem primeiro proporcionalmente muito mais”. Como observar Kalecki, “os capitalistas ganham o que gastam e os trabalhadores gastam o que ganham” (Tavares, 1998, p. 182).

esperada diante de uma dada taxa de inflação. Considerando o fato de que essas empresas atuam em oligopólio, elas têm possibilidades reais de elevar o *mark-up* sobre os custos diretos de produção e tendem com isso elevar mais ainda a inflação.

A dinâmica desse processo de acumulação inflacionária torna-se perversa para a economia, pois ao longo desse processo inflacionário, os assalariados e o gasto público tendem a perder a sua posição relativa e a reagir tentando recuperá-la. Desse modo, nos diz a autora “ampliam-se os mecanismo clássicos de propagação da inflação, da espiral preços-salários e do déficit público crescente” (TAVARES, 1998, p. 185).

Nem o poder de compra dos salários, nem o déficit público em termos reais se mantêm, porém, como componentes da demanda real de bens e serviços. Isto acarreta então a insuficiência de demanda efetiva em termos dinâmicos, com suas manifestações simultâneas de aumento da capacidade ociosa indesejada e no endividamento crescente dos setores mais débeis, bem como uma elevação dos custos e uma queda na taxa de lucro aparente. Isso acaba por atingir os próprios setores oligopólios, não necessariamente nas suas margens de lucro corrente, mas sim em suas expectativas e decisões de investimento (TAVARES, 1998, p. 185-186).

Estas foram as principais análises da autora no que diz respeito aos problemas de inflação na economia brasileira no período de expansão a partir dos final dos anos 1960 até meados de 1970. Sobre a questão do balanço de pagamentos e o seu comportamento no ciclo expansivo desse período, Tavares (1998, p. 186) vai nos dizer:

[...] agravam-se os problemas durante a etapa de aceleração inflacionária, já que as desvalorizações cambiais apesar de funcionarem como mecanismo de propagação interna de alta dos preços importados, tendem em geral a manter ou agravar a subvalorização da taxa de câmbio em termos de moeda nacional ou a sobrevalorização em relação à moedas internacionais.[...] Aos problemas de financiamento interno e externo das empresas juntam-se agora os problemas globais de financiamento internacional.

Quando da análise da fase de desaceleração, a autora enfatiza que nessa etapa depressiva de um ciclo de expansão comandada pelos setores oligopólios, a inflação não tende a desaparecer como nos ciclos clássicos de economias abertas competitivas e que por outro lado o déficit na balança comercial e de pagamentos tende a diminuir, dado o aumento das exportações líquidas, a um dado nível de renda, e pela diminuição do montante das importações, principalmente equipamentos e matérias-primas.

Em compensação, ocorre um maior aumento das remessas de lucros e de pagamentos acumulados das dívidas anteriores, provocando um déficit na conta de capitais do balanço de pagamentos do país.

Ao longo da seção que de forma breve e genérica analisamos aqui, a autora vai comentar sobre as políticas de estabilização da inflação, implementadas no período de 1964 até meados de 1970, seguidas de certo gradualismo e discute as causas do processo inflacionário colocando em destaque o debate entre as escolas estruturalistas e monetaristas, que em maior ou menor grau em cada uma delas, enfatizam as causas como sendo o déficit público, as desvalorizações cambiais e as pressões salariais, mas como afirma Tavares (1998) não são suficientemente convincentes para entender as verdadeiras causas do descontrole inflacionário.

Finaliza a autora dizendo que as etapas de expansão industrial já trazem em seu bojo contradições inerentes ao modo de acumulação de capital tipificado pelo padrão de produção baseados na estrutura oligopólica diferenciada, como analisado neste trabalho, e com isso, o próprio padrão de produção que caracteriza cada ciclo de expansão é desequilibrado, tendendo a altos e baixos no ciclo econômico, e que somente a adoção de políticas econômicas com forte intervenção do Estado, procurando com isso evitar uma desaceleração brusca da economia, modificando ao mesmo tempo, em forma compensatória, a estrutura da receita e do gasto público e dos mecanismos de financiamento e alocação de recursos do setor privado. Finalizando, nos diz Tavares (1998, p. 195):

[...] Na impossibilidade de evitar crises periódicas “de estabilização”, estas deveriam ser aproveitadas não para manter o *status quo*, em nome de restabelecer um possível dinamismo de curto prazo, mas sim para aumentar a estabilidade global, mediante um padrão de crescimento mais equilibrado e de longo prazo.

2.3 A questão da industrialização do Brasil, ciclos endógenos de expansão e crise na visão de Maria da Conceição Tavares.

Abordaremos nesta seção a tese de professora Titular da UFRJ de Maria da Conceição Tavares intitulada: *Ciclo e crise: o movimento recente da industrialização brasileira*, apresentada em 1978 na UFRJ⁵⁷, tratando de alguns problemas de Economia Política contemporânea, em especial no caso da economia brasileira⁵⁸. Essa tese se compõe de duas partes e cada uma com dois capítulos.

Na primeira parte, Tavares vai analisar os problemas de dinamismo econômico, tendo como centro as ideias de Keynes, Kalecki e Schumpeter no que diz respeito ao entendimento dos ciclos de expansão da economia brasileira, observando que a época, ou seja, em meados dos anos 1970, que Tavares escreve, corresponde à crise do milagre brasileiro. Já na segunda parte, a autora vai fazer um apanhado crítico das teses neomarxistas, com relação à interpretação de algumas questões apresentadas na obra *O capital* de Marx, referindo-se a conceitos com alguns problemas de interpretação que a autora vai tentar esclarecer com melhor rigor, e assim, procurar na lógica do desenvolvimento histórico do capitalismo as condições que se apresentam para entender as crises na sua dinâmica.

Tavares (1998), com o objetivo de melhor compreender quais são os problemas teóricos fundamentais que podem ser formulados e debatidos para a

⁵⁷ Na análise aqui desenvolvida nos basearemos no livro *Ciclo e Crise: O movimento recente da industrialização brasileira*, editado pelo Instituto de Economia da UNICAMP, em 1998.

⁵⁸ Com relação a esta questão dos chamados ciclos econômicos, vale aqui anotar uma espécie de referência crítica de Celso Furtado às concepções de Maria da Conceição Tavares e também de outros economistas sobre o entendimento dos ciclos na teoria econômica, ver Furtado (1982, p. 32-33).

compreensão do capitalismo contemporâneo, vai analisar algumas categorias-chaves da obra de Marx em *O Capital*, identificando a constituição do lucro e do capital como unidades contraditórias, mostrando como o capitalismo é uma verdadeira contradição em processo, a partir do movimento lógico constituinte de si mesmo, levando a um afastamento maior da sua própria origem, ou seja, a do valor-trabalho⁵⁹.

Na sequência, Tavares (1998) vai tratar da dinâmica cíclica da industrialização brasileira a partir de 1967, seus momentos de auge e crise, bem como da análise da dinâmica inter e intrassetorial da indústria abrangendo o período de 1967 até final dos anos 1970. Tratará ainda do papel do investimento do Estado nas fases de ciclo, da questão do financiamento da economia brasileira, buscando o entendimento sobre o funcionamento do setor financeiro nesse período e o movimento do crédito e dinheiro no ciclo recente de expansão, sem o qual, como diz a autora, não seria possível entender a natureza específica da crise a partir de 1973, caracterizada como o fim do chamado “milagre econômico brasileiro” (TAVARES, 1998, p. 13).

Na seção intitulada “Problemas de dinâmica econômica”, do livro *Ciclo e crise: o movimento recente da industrialização brasileira*, Maria da Conceição Tavares (1998) vai procurar esclarecer algumas controvérsias sobre alguns problemas de macroeconomia dinâmica que têm sido pautadas por análises insuficientes e equivocadas de alguns conceitos dinâmicos da macroeconomia feitas por economistas formados em distintas tradições.

A autora tecerá algumas críticas contra a chamada escola neoclássica do pensamento econômico no que diz respeito ao entendimento de questões como

⁵⁹ Estas considerações críticas que a autora vai tecer nesta parte do seu livro, onde trata dos conceitos mais básicos do referencial de Marx em *O Capital*, será aqui por nós considerados numa seção específica desta dissertação como prólogo à análise da chamada “esquizofrenia do dinheiro”, onde a autora vai desenvolver este conceito para identificar e investigar o processo de especulação financeira que se processava ao longo de meados de 1970 no Brasil. Para maiores aprofundamentos destes conceitos que permeiam a teoria da valorização do capital ver Belluzzo (1980). Consultar também para maiores considerações ao desenvolvimento do sistema de crédito e da valorização fictícia do capital e das determinações conceituais do capital e suas contradições, Mazzuchelli (1985).

“insuficiência de poupança”, feitas a partir de suas visões estáticas da teoria keynesiana, bem como uma visão simplista dos problemas financeiros e da crise.

Seguirá a autora em suas observações críticas também no que diz respeito à escola neomarxista, como denomina assim a autora, que fazem frequentes ataques a Keynes, considerando este um “subconsumista” e acreditam que uma elevação da taxa de salários, em geral, ameaça os lucros e que uma queda da taxa de salários é favorável ao aumento do emprego e da acumulação de capital. Por outro lado, tendem a acreditar na dicotomia entre os fenômenos “real” e “monetário”, com o que acabam dando a este último uma interpretação muito parecida com a da escola de Chicago (TAVARES, 1998, p. 17).

Tavares (1998) vai a partir daqui, desenvolver uma exposição geral do que entende por alguns conceitos teóricos relevantes na análise macroeconômica que ela considera mais “maltratados no debate contemporâneo”, ou seja, em meados dos anos 1970.

Feitas então as observações críticas de alguns conceitos sobre os problemas de dinâmica econômica, Tavares agora vai tratar da forma com que se dá a dinâmica cíclica da industrialização no Brasil ocorrida a partir de 1955, que aqui apresentaremos de forma mais breve e resumida. Tavares vai mostrar a importância e o destaque que assumem os setores de bens de capital e de bens de consumo duráveis, mais especificamente, as indústrias de bens de material elétrico e de transporte. Tavares (1998) deixa claro que esses setores são os que comandam o processo de acumulação de capital do setor privado industrial, mas que até aquele momento da sua análise, não têm um peso de relevância na produção corrente industrial na economia brasileira.

Destaca a autora, a relevância que possuem os efeitos de aceleração sobre a expansão da capacidade industrial, muito superior aos efeitos multiplicadores da renda e do emprego corrente, dado o dinamismo do investimento e da própria taxa de expansão intrassetorial da indústria e da ampliação de sua base produtiva. Este dinamismo dos investimentos e seus efeitos aceleradores na expansão da produção não podem ocorrer indefinidamente. E este é o problema central para a autora da

dinâmica cíclica da expansão industrial. Aqui a autora nos indica que as indústrias de bens de consumo não duráveis são dependentes da taxa de crescimento do emprego e da renda (salários) que estão ligados ao movimento global da taxa de acumulação industrial da economia, e, portanto, acompanham o movimento cíclico da indústria, e não tem condições de exercer o papel de liderança dinâmica do crescimento da economia.

Tavares (1998) vai a partir daqui fazer uma breve apresentação das análises intrassetoriais do setor de bens de capital, particularmente as indústrias de material elétrico, mecânica, equipamentos de transporte e um conjunto de insumos destinados basicamente à formação de capital. Com isto, mostrará que a lógica da concorrência capitalista das grandes empresas internacionais instaladas nesses setores, pode levá-las a crescer na frente da demanda. Para tanto, para dar resposta a esta lógica de acumulação, a autora nos diz sobre a grande importância dos investimentos públicos implementados pelo Estado, das políticas industriais das empresas públicas, tanto em transporte como energia. Como destaca a autora:

[...] Reafirmamos uma vez mais que o caráter cíclico do investimento só pode ser buscado na forma que toma a concorrência oligopolista dos setores líderes e do desempenho do estado como produtor e investidor pesado (TAVARES, 1998, p. 85).

É importante destacar a observação de Tavares, considerando que a lógica da industrialização que aqui será abordada, é determinada pela industrialização pesada, que gera seus próprios mercados no auge do ciclo. Ora, se gera seus próprios mercados gera a garantia da demanda, no sentido de que esta expansão do mercado interno, dado os determinantes da industrialização pesada, é compatível com uma piora considerável na distribuição pessoal das rendas, ou seja, a concentração da renda não vai ser neste ponto um obstáculo à expansão industrial e sua demanda necessária para a realização desta produção.

Neste sentido, Tavares coloca uma importante questão, que ao longo dos anos de desenvolvimento da economia brasileira, será marcante, “que mesmo

resolvendo o problema de atraso industrial nas economias de capitalismo tardio, não equivale a solucionar os problemas do subdesenvolvimento e da pobreza” (TAVARES, 1998, p. 90).

Prosseguirá a autora analisando as etapas da expansão industrial, iniciando pela etapa de recuperação que se inicia em 1967 e vai até início de 1970, enfatizando os fatores principais da recuperação industrial brasileira, como a Reforma Fiscal e Financeira de 1966, as modificações da política tributária, dando especial ênfase à elevação e a reestruturação dos preços dos serviços de utilidade pública, bem como a negociação externa das dívidas dos setores de energia e material elétrico, garantindo demanda firme aos grandes construtores e às firmas de engenharia.

O Sistema Financeiro de Habitação, por sua vez, reanima e ativa a construção civil residencial e concomitantemente, mudanças do sistema institucional de crédito ao consumidor, bem como a instituição da chamada “correção monetária”, proporcionou uma considerável ampliação das bases do crédito ao consumidor.

Vários incentivos à exportação, sobretudo ao setor de têxtil, calçados e maquinaria, o que possibilitou a recuperação sustentável desses setores e da expansão ao conjunto da economia brasileira da demanda de bens de consumo não-durável.⁶⁰

Finalmente, a autora comenta a política de salários e as políticas de financiamento favorecem a concentração da renda pessoal, a qual realimenta o consumo diferenciado das classes média-altas, bem como a proliferação dos serviços pessoais.

Todos esses programas, de acordo com a autora, tem grande impacto no emprego e do crescimento da renda urbana, provocando uma realimentação da demanda corrente e da retomada do processo de acumulação de capital. (TAVARES, 1998).

⁶⁰ Para maiores detalhes destas mudanças institucionais, ver particularmente os trabalhos de Bonelli & Malan (1976), Werneck & Suzigan (1978) sobre o desempenho industrial, auge e desaceleração a partir dos anos de 1970.

No auge do ciclo, que se inicia a partir de 1970, e vai terminar em 1973, coloca a autora que este processo ocorreu em virtude da ocupação da capacidade ociosa que se vinha prolongando desde 1964 e atinge seu auge em 1970/1971. A partir deste período a produção de bens de capital se acelera e sua taxa de crescimento ultrapassa a do setor de bens duráveis, que por sua vez também se mantém alta. Também se acelera a produção de bens de consumo não duráveis e de insumos, como resposta ao crescimento industrial e à elevação da taxa global de investimentos da economia, atingindo no período a excelente marca de 27% do PIB.

Este esforço de investimento eleva a taxa de acumulação de capital, entre 1970 e 1973, o que tenderia fatalmente de conduzir à reversão do ciclo e uma tendência à sobre acumulação de capital o que acaba gerando uma defasagem entre a capacidade produtiva e a demanda efetiva da indústria e, portanto, a produzir-se uma tendência recessiva com problemas de realização dinâmica crescente⁶¹.

Estas tendências atingem, sobretudo, os setores de bens de consumo não-duráveis que possui uma dimensão relativa ainda muito grande na produção industrial, o que contribuiu para a queda da taxa de crescimento global das indústrias de transformação. Tavares analisa como o setor de bens de consumo duráveis foi atingindo, após uma fase de forte crescimento, particularmente as indústrias de automóvel, e que mesmo com o advento do choque do petróleo, a crise para estas indústrias seria inexorável. No que diz respeito aos investimentos públicos em setores da indústria básica, a dimensão relativa do setor de bens de capital é insuficiente para gerar a necessária demanda autônoma capaz de realimentar a própria demanda e a demanda conjunta de bens de produção.

Ao final, Tavares (1998, p. 102) vai afirmar que:

⁶¹ Convém aqui anotar também as contribuições de Singer (1982) sobre a chamada “Crise do Milagre”, onde este autor analisa de forma profunda e crítica o modelo brasileiro de desenvolvimento, como podemos evidenciar nesta passagem: [...] Pouco resta do chamado “modelo”, o qual não passa de um elenco de políticas econômicas ajustadas a uma fase de alta conjuntural da economia. O boom começou a esgotar-se em 1973 e a mudança de conjuntura em 1974 forçou a mudança da política econômica. Prossegue dizendo que “A inflação está longe de estar domada e o anseio geral por justiça social, que explodiu nas eleições de novembro, deve dificultar a adoção de políticas de contenção de consumo dos grupos de baixa renda, que constituem a grande maioria da população (SINGER, 1982, p. 166)”.

Apesar dos projetos públicos em execução serem capazes de sustentar as taxas de acumulação de setores importantes de bens de produção, não suficientes sequer para manter o ritmo de crescimento da produção corrente da indústria pesada e, muito menos, da demanda do resto da indústria.

Em uma seção intitulada “Concorrência capitalista e dinâmica dos mercados industriais”, Tavares (1998) vai analisar como foi o desempenho e atuação das empresas tanto estrangeiras, quanto nacionais e públicas no processo de concorrência capitalista de produção e sua dinâmica no que diz respeito a indicadores de desempenho econômico das chamadas empresas líderes, bem como no processo de aumento das taxas de absorção do emprego, como foi o movimento dos preços relativos e margens de lucro (*mark-up*), tanto nos setores de bens de consumo duráveis e não-duráveis, e dos setores intermediários e de bens de capital.

Tavares (1998) vai empreender uma análise das várias estratégias de concorrência oligopolista levando em conta a origem de propriedades das grandes empresas, mostrando que a industrialização da economia brasileira a partir do processo de retomada do auge do ciclo desde 1967 foi comandada pela estratégia de crescimento, padrão de produção e acumulação de capital das empresas internacionais baseadas nos setores de bens de consumo durável, particularmente a automobilística e as indústrias associadas, seguidas da eletroeletrônica. Trata-se, ao fim e ao cabo, de estruturas oligopólicas concentradas e diferenciadas, comandadas por filiais praticamente fechadas de empresas transnacionais de diversas procedências.⁶²

Para explicar melhor este ponto, Tavares vai tratar com maior ênfase as tendências à crise e o importante papel do investimento público no ciclo. A autora vai destacar alguns aspectos principais que podem determinar o fim do ciclo expansivo

⁶² Sobre esta problemática de que trata Tavares, vale também mencionar aqui as contribuições de Oliveira (1980) sobre as considerações críticas no que diz respeito aos padrões de acumulação, oligopólios e Estado no Brasil durante o período de 1950 até 1976.

até então existente, veja que falamos aqui já do final do processo do “milagre brasileiro”, quais sejam:

- 1) Os programas de investimentos estatais nas indústrias de insumos básicos (petroquímica, siderurgia, não ferrosos e fertilizantes) estão terminando e, portanto, contribuindo para um provável aumento da capacidade ociosa desses setores.
- 2) Redução da capacidade de autofinanciamento corrente do setor estatal industrial.
- 3) Queda das encomendas do chamado Bloco de capital estatal afetando a produção de bens de capital nacional.

O problema mais sério apontado pela autora reside na importância dos investimentos do setor público, mas isto não pode ser considerado uma panaceia para manter elevada a taxa de crescimento da economia como um todo, dado que a componente cíclica mais ativa é o investimento do setor privado.

Tavares (1998) ao final das análises sobre o papel do investimento público, sobretudo no que se refere aos programas de investimento estatal nas indústrias de insumos básicos (petroquímica, siderurgia, não ferrosos e fertilizantes), enfatizará a inevitabilidade da formação mais à frente do processo do aumento da capacidade ociosa na operação corrente dessas indústrias. Se esta se verificar, como afirma a autora, a capacidade de autofinanciamento corrente do setor estatal industrial voltará de novo a ser um problema, e, portanto, a relativa autonomia financeira do bloco das grandes empresas estatais se desvanecerá. Tavares considera este processo um dos grandes problemas políticos do momento (final dos anos 1970).

Com relação, por exemplo, ao II PND, a autora afirmará que para manter o crescimento industrial através da “substituição de importações” de bens de capital e de insumos pesados, que eram os objetivos deste projeto nacional de desenvolvimento, tornou-se economicamente inviável mais pelo lado da

realimentação dinâmica e das dificuldades de autofinanciamento interno do que por restrições da capacidade para importar.⁶³

Feitas essas observações sobre o papel do investimento público e os determinantes da reversão do ciclo expansivo, Tavares vai se debruçar sobre os problemas de balanço de pagamentos, ou melhor, sobre os desequilíbrios do balanço de pagamentos, que para a autora, são manifestações do esgotamento da fase expansiva do ciclo⁶⁴. Dado que os mecanismos endógenos de expansão e realimentação dinâmica se esgotam, isto vai gerar problemas mais agudos no Balanço de pagamentos. Como nos esclarece nesta passagem:

[...] Ao contrário das várias explicações em voga, que apontam os limites externos como determinantes da parada no crescimento acreditaram serem as características do crescimento interno desequilibrado e internacionalizado que determinam a reversão do ciclo de expansão e agravam os problemas de endividamento externo (TAVARES, 1998, p. 125).

Outra preocupação que a autora vai destacar se refere à aceleração da inflação e a componente autônoma da especulação financeira. Tavares destaca dois movimentos que contribuíram para a aceleração dos preços no período.

O “primeiro movimento” de aceleração dos preços foi determinado a partir de 1973, pelo aumento dos preços internacionais, que refletiu nos preços internos na economia brasileira. Assim, a subida dos preços internacionais afetou os preços

⁶³ Neste ponto em particular sobre as decisões de investimento estatal no II PND, temos a tese de Lessa (1976), que prevê o fracasso deste projeto por razões completamente distintas das tradicionais. Não são apenas os limites do endividamento externo que levarão o Plano ao fracasso, mas suas próprias insuficiências estruturais dinâmicas e contradições políticas e econômicas. Nesta tese que estamos analisando, Tavares concilia com a visão de Lessa, quando comenta o seguinte: [...] Na minha tese de titular de 1978, *Ciclo e Crise*, coetânea e complementar à de Carlos Lessa, trato também da mesma questão, abordando-a de outro ângulo: a insuficiência estrutural da construção incompleta de um arremedo de “capitalismo de Estado, não conduziu a um crescimento autossustentado de base nacional”. Ao discutir o financiamento público, no capítulo sobre sistema financeiro, ressaltei a dimensão passiva e incompleta da intermediação financeira do Estado, em que o sistema financeiro público não participa como sujeito do processo de monopolização do capital que lhe é exterior. (TAVARES, 2000, p. 468).

Para maiores detalhes sobre a análise das políticas econômicas colocadas em prática após 1974 e de como a economia brasileira foi levada a uma “marcha forçada”, consultar Castro E Souza (1985).

⁶⁴ No que se refere à questão do endividamento externo como um tópico específico da questão do Balanço de Pagamentos da economia Brasileira, para uma melhor avaliação e entendimento dessa questão e a política econômica do período, entre início dos anos 1970 e final dos anos 1980, consultar Cruz (1984)

agrícolas reforçando com isso os mecanismos de *mark-up* das principais empresas industriais e comerciais que operam nos setores de bens finais de consumo, ou bens-salários como trata a autora. Isto reforçou a elevação dos preços relativos em relação aos setores de bens duráveis e de capital. O segundo movimento se deu pela forte elevação dos preços do petróleo e demais matérias primas e insumos importantes para a indústria nacional. Este choque exógeno acabou por reforçar a elevação generalizada dos *mark-up* do oligopólio industrial, como defesa automática do reforço do aumento das margens de lucro, dado a queda de vendas no mercado interno.

Além desses problemas decorrentes do aumento da inflação, a autora destaca que a partir de 1975, os mecanismos de realimentação da inflação são, sobretudo, financeiros e não de expansão creditícia como comumente se propagava, principalmente pelos economistas monetaristas.

Na seção intitulada de “Pedras no caminho do movimento de *O capital*” Tavares (1998) vai procurar uma pedagogia⁶⁵ de como entender verdadeiramente os conceitos da obra de Marx, especificamente, em *O capital*, e com isto elaborar um caminho que pelo menos ilumine as pedras que o próprio desenvolvimento do capitalismo mostrou necessário remover, sem pretender fazer, como diz a autora, uma exegese de um discurso teórico complexo, mas entender quais são os problemas teóricos fundamentais que podem ser formulados e debatidos para a compreensão dos problemas concretos do capitalismo contemporâneo.

Para tanto, a autora vai empreender em seu primeiro percurso sobre os principais conceitos da obra de *O capital*, iniciando com o que ela chama de “primeiro movimento” do capital com a análise da constituição do lucro e do capital como unidade contraditória. Fala-nos a autora que o sobretrabalho ou mais valia, pode ser entendido num esquema simples do processo de produção de mercadorias e que nada tem de metafísico. A própria exploração da força de trabalho pelos

⁶⁵ Sobre esta “pedagogia” Tavares (1998, p. 12-13) dirá: Não o faço com propósitos de exegese, mas para sublinhar minha divergência com certas interpretações neomarxistas e, sobretudo, para apontar em que direção vejo a crise do capitalismo contemporâneo, não como uma “profecia de Marx”, mas como um desenvolvimento histórico cuja “lógica” pode ser ainda buscada na sua leitura em forma não ritualizada. Os limites do primeiro ensaio são apenas os de minha própria clareza em explicar problemas que levo anos estudando e ensinando.

capitalistas dá uma nítida ideia de força real desta exploração. Nas relações de produção capitalistas, o capital comanda o processo social de produção, submetendo os trabalhadores a trabalhar voluntariamente não apenas para a sua subsistência, mas para reproduzir o capital obtendo lucros cada vez maiores.

Tavares (1998) passa a analisar as controvérsias que estão sendo geradas quando da análise do conceito ou da passagem da conversão da mais-valia em lucro, interpretada de forma confusa o que obscurece o entendimento do movimento geral da lei do valor como lei de valorização do capital. A principal crítica que Tavares faz a esse tipo de entendimento da lei de valorização do capital, é que nesse circuito geral de acumulação aparecem separadas três esferas fundamentais da formação do valor, a saber: a órbita da produção, onde é gerada a mais-valia, a órbita da circulação de mercadorias, onde o mercado vai realizar a mais-valia gerada e a órbita da circulação do capital-dinheiro, onde o capital se converte em sua forma mais aparente. Tavares nos diz que estas separações a rigor são perigosas, e que só são feitas com intuítos analíticos claros, isto é, com clareza sobre o método de separação marxista.

A apropriação da mais-valia sob a forma de lucro não se dá num esquema abstrato da produção, separado da acumulação de capital, ou seja, separado da concorrência capitalista, e sim sob a valorização em dinheiro dos elementos constitutivos do capital, como nos faz entender a autora.

Sem reprodução ampliada do capital não há lucro no sentido capitalista, no sentido de valorização contínua do capital. É por isso que na perspectiva marxista da lei do valor, o processo de produção capitalista pressupõe a submissão da força de trabalho, mas o seu ponto de partida é o capital já constituído, e, portanto, o trabalho como sua apropriação. O lucro vem da valorização em dinheiro de todos os elementos do capital que foi avançado no processo de produção. O capital variável pressupõe a valorização da força de trabalho, e o capital constante, a valorização dos meios de produção.

Mais à frente, como observa Tavares (1998, p. 58):

O lucro como categoria que exprime a valorização do capital só poder ser entendido como uma totalidade problemática, que requer a apreensão de três movimentos lógicos do processo de valorização. O primeiro se dá na apropriação do trabalho abstrato pelo capital, determinando a mais valia, o segundo na transformação em preços de produção, na determinação da taxa média de lucro, e o terceiro movimento dado pela metamorfose do capital na forma de uma mercadoria especial, o dinheiro, na determinação da taxa efetiva de lucro.

Neste último caso, sobre a metamorfose do capital se dando na forma de dinheiro, temos que a produção capitalista pressupõe o capital já constituído, justamente na forma de dinheiro, que vai comprar mercadorias, entre as quais, uma especial que é a força de trabalho, a explorando de forma crescente, obrigando a trabalhar mais horas que o necessário para a sua subsistência. Mas toda essa mais valia gerada, necessariamente não vai ser transformada em lucro, pois vai depender do grau de concorrência entre os vários capitais e de como estes se distribuem nas varias órbitas produtivas e improdutivas (para Tavares a órbita financeira) e também vai depender do modo como o capital dinheiro se distribuirá entre os setores, enfim, como define Tavares, a valorização geral do capital dependerá de si mesmo. (TAVARES, 1998, p.58)

Com relação ao “segundo movimento” do capital de acordo com a análise da autora, cabe explicar como se dá, em linhas gerais, o movimento contraditório do capital, e as suas conexões internas com a Teoria do Valor de Marx, na qual o capital é entendido como sendo uma unidade contraditória em processo, que tende a se afastar cada vez mais de sua origem constitutiva, qual seja o do valor-trabalho, mais especificamente, a se afastar das condições de produção de mais valia dadas pela exploração da força de trabalho.

Como nos explica a autora, a evolução concreta do capital no longo prazo, está inteiramente dedicada a diminuir a necessidade de trabalho vivo (fonte de valor) e a baratear o trabalho morto (máquinas e equipamentos de produção), dado pela tendência secular da composição técnica do capital e do aumento da composição orgânica do capital. Ou seja, este desenvolvimento das forças produtivas

capitalistas, sobretudo na etapa monopolista, através das sucessivas revoluções científicas e tecnológicas, aumenta sem paralelo a produtividade social da força de trabalho, isto é, diminuindo o número de horas necessárias para a reprodução da força de trabalho, permitindo aprofundar a geração de mais valia relativa.

Dado este desenvolvimento tecnológico, que ao fim e ao cabo vai criar cada vez mais “trabalho morto”, enquanto por outro lado, reduz “trabalho vivo”, este movimento vai gerando cada vez mais uma autonomia, que, como diz Tavares, só é comparável à autonomia que ganhou o próprio capital em sua forma mais geral e financeira. Esta lei de valorização do capital, enquanto posta em execução, baseada no aumento da composição orgânica do capital e do capital financeiro, vai destruindo internamente os mecanismos de conexão entre a valorização de capital que se processa na esfera da produção e o seu movimento mais global de valorização, neste caso, os preços de produção tendem a se afastar do valor de sua produção.

Chegamos, finalmente, ao que Tavares denomina o “terceiro movimento” do capital, que ela expõe com a metáfora “A explosão do Sol”. A partir daqui a autora vai procurar a partir daqui, demonstrar como os preços de produção não tendem, historicamente, a ficar girando em torno do seu valor, pelo contrário, os preços de produção se afastam cada vez mais dos valores, ou seja, a produção capitalista ao se desenvolver de forma contraditória afasta-se cada vez mais da sua “base lógica de produção”. Segue Tavares (1998, p. 68), dizendo que:

Isto é fruto do movimento de auto-expansão e valorização permanente do capital monetário por se encontrar prisioneiro de si mesmo, ou seja, o dinheiro tentando valorizar o dinheiro, sem passar por qualquer base de produção real, pois a lei do valor não apenas determina a taxa média de lucro, mas mantém a produção técnica e social girando em torno do sol - entendido aqui como capital como num sistema Copernicano, aproximando-se e afastando-se dele, no seu movimento autorregulado.

Neste ponto, é interessante a discussão, ou a crítica da autora, sobre os economistas, a maioria deles na vertente neoclássica:

[...] Os economistas viram em suas vidas explodir o “Sol” e ainda não entenderam sua natureza. Em vez de levarem a sério os “buracos” e “erros” de um dos poucos pensadores sociais modernos, que foi Marx, querem reduzir a sua dialética a uma “metafísica” ou no seu oposto, a uma “física newtoniana” (TAVARES, 1998, p. 68).

No geral, Tavares (1998) vai enfatizar suas críticas aos economistas que querem, na verdade, forçar uma igualdade entre os valores e preços de produção, questão esta muito debatida e controversa na teoria econômica, e querem converter a lei do valor num paradigma de preços relativos, enquanto que o movimento real do capital, ou seja, a sua valorização como contradição em processo, afirma a sua ruptura, e não a identidade destas relações de preços. Marx apenas considerou uma possibilidade da equivalência, mas esses economistas somente se apegam ao seu malfadado, como nos diz Tavares, exercício de passagem dos valores a preços de produção, que se destinava apenas a tornar inteligível o sentido teórico de uma taxa média de lucro.

Tavares (1998) nos diz que esses economistas, em seu movimento cego de entendimento da estrutura contraditória capitalista, em seu movimento contraditório de valorização, dizem que as crises periódicas do capitalismo apenas levam a um movimento autorregulável desse sistema. Continuam vendo a necessidade das crises para tentar repor a equivalência entre valor-trabalho e preço, valor e preços de produção. Não entendem o sentido da crise definitiva nem vêm como ela de fato se apresenta: a “politização crescente dos preços, a desvalorização periódica e arbitrária das mercadorias e do capital para que este último possa retomar o seu movimento contraditório da superação de si mesmo” (TAVARES, 1998, p. 69).

Esta questão colocada pela autora, sobre a “politização crescente dos preços”, é particularmente relevante, pois a regulação pela concorrência de capitais, não leva necessariamente à autorregulação, mas se torna, pois, cada vez mais política, isto é, o capitalismo é cada vez mais regulável pelas relações de poder. Nas palavras da autora:

[...] O capital requer cada vez menos a produção direta de sobre trabalho, porque já socializou o processo de trabalho de tal maneira

que requer sobretudo a valorização arbitrária de si mesmo, através de novas formas de concorrência intercapitalista que aumentem o poder dos grandes capitais, através do arbítrio do Estado (TAVARES, 1998, p. 70).

Neste ponto, diz a autora, o dinheiro representa a forma unificadora do capital, e é também a única forma pela qual se pode fazer a sua medida de valor e, por isso medida de si mesmo, ou seja, sem possibilidade real de ser medido e mensurado. O dinheiro é a expressão do poder do capital.

Mas este processo do fetiche do dinheiro vai dar, como explica Tavares, a uma passagem ao poder arbitrário do Estado. E como se dará esta passagem? Conforme Tavares, as mercadorias também têm seus preços de produção fixados com referência ao mercado internacional. Portanto, só é possível alterar os preços nos mercados nacionais da produção capitalista internacionalizada, com políticas tarifárias, políticas de subsídios à produção e o manejo do cambio. Tudo isso pode ser implementado com a intervenção do Estado ao manejar estas políticas, e, portanto, o Estado passa a ter o poder de “politização dos preços”.

O mesmo acontece com a politização dos preços do mercado de trabalho, ou seja, também nas organizações do mercado de trabalho, o sistema capitalista pressupõe regras de valorização em que o poder político, vale dizer, o Estado, intervêm como legitimador com importância muito maior do que o movimento do capital em expansão sem ordem. (TAVARES, 1998, p. 73).

2.4 A esquizofrenia do dinheiro

Feita esta rápida explanação geral sobre os vários conceitos da visão marxista da teoria do valor e no seu propósito mais fundamental como se dá a valorização do capital empreendida pela autora, vamos agora passar a analisar em sentido mais prático e histórico, como Tavares (1998), numa seção intitulada “O Sistema financeiro: sua funcionalidade e características estruturais” vai nos dizer

sobre como os desdobramentos das funções financeiras no Brasil são deficientes e a estrutura creditícia e de financiamento do sistema financeiro do Brasil revelou-se inadequada para fazer frente às necessidades de expansão dos novos setores industriais. Este tipo de problema que se mostrou, como diz a autora, de forma crescentemente aguda a partir da etapa expansiva caracterizado pelo Plano de Metas, de 1956 até 1961.

Segundo Tavares (1998), existe uma articulação entre os interesses da grande empresa e os do sistema financeiro, juntos participam de um movimento de especulação generalizado, passando pela valorização patrimonial fictícia e desembocando numa especulação estritamente financeira e que se torna a partir daí uma componente autônoma da inflação em vez de um tradicional mecanismo de propagação. Portanto, o domínio de mercado das grandes empresas favorecem as elevações do *mark-up*, contribuindo para elevação dos seus preços industriais, e ainda mais, com o repasse dos custos financeiros dados pela alta da taxa de juros, que são determinantes para garantir a procura pelos títulos públicos, que sustentam o financiamento da dívida pública. Este é o quadro que fomenta a elevação dos preços nesse período.

Dadas essas críticas que Tavares tece sobre o funcionamento deletério do sistema financeiro, a autora vai agora analisar como opera este sistema financeiro e o seu papel decisivo na explicação da crise, ou seja, como o setor financeiro potencializou os determinantes da crise econômica ao final dos anos 1970. Elabora então uma análise pormenorizada do funcionamento do sistema financeiro brasileiro, sobre o funcionamento da estrutura de crédito e de financiamento às necessidades de expansão dos novos setores industriais na etapa de industrialização, sobretudo a partir das reformas monetário-financeiras instituídas pelo PAEG a partir de 1967. Dirá Tavares (1998, p. 139) que:

A expansão e a sustentação da acumulação industrial de capital exigiram um Sistema Financeiro desenvolvido para a função das novas formas de criação de crédito bancário e intermediação financeira correspondente ao grau de desenvolvimento alcançado pelo sistema industrial.

Inicialmente, a autora fará um breve resumo de como a partir de novembro de 1964 se deu a reforma executadas pelo chamado Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), sobretudo as reformas do Sistema Monetário e Creditício e que a partir de 1965, a Reforma Financeira estabelece novas bases para viabilizar o desdobramento das funções financeiras⁶⁶.

Tavares (1998) antes de explicitar as especificidades do sistema financeiro nacional, vai mostrar as três principais funções do sistema financeiro dos países desenvolvidos:

Criar crédito com base na amplificação das relações débito-crédito entre os principais agentes da economia, empresas, famílias e instituições financeiras; intermediar a transferência de capital de empréstimo através da diversificação e da acumulação de ativos financeiros e por ultimo, o sistema financeiro deveria gerir e direcionar os volumes aglutinados de capital-dinheiro no sentido de dar suporte aos movimentos da acumulação produtiva, especialmente quando se trata de avançar capital para projetos de grande porte e longos prazos de maturação (1998, p. 141).

Prossegue a autora ponderando que:

As duas primeiras funções citadas, ou seja, a criação de crédito e a intermediação financeira foram efetivamente desenvolvidas pelo sistema financeiro privado nacional. Já a terceira função, qual seja, a de gerir grandes massas financeiras no sentido de mover o processo de centralização do capital, não foi efetivamente desenvolvida, senão, como completa a autora, foi transferida à esfera do Estado, onde se processa de modo específico e incompleto (TAVARES, 1998, p. 143).

⁶⁶ O movimento militar de março de 1964 destituiu o Governo Goulart e elevou à Presidência da República o marechal Castelo Branco. Em novembro, aparecia o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), elaborado pelo recém-criado Ministério do Planejamento pela dupla Campos e Bulhões, respectivamente no Planejamento e na Fazenda. Para uma análise mais pormenorizada destas reformas que constituíram o PAEG, consultar Rezende (1990).

Caberá às instituições de fomento e desenvolvimento do Estado, como o BNDE, cumprir o papel do principal agente de crédito e financiamento para projetos de longo prazo e altos níveis de escala de produção. As instituições financeiras públicas cumprirão, de acordo com a autora, um papel de função financeira passiva, isto é, de aporte de massas de capital sob as diversas formas, inclusive com crédito subsidiado. Para o Estado, o seu papel preponderante será o de cumprir as funções do capital financeiro, mas não realizá-las neste ato. Nas suas palavras:

[...] Isto é o sistema financeiro público não participa como sujeito do processo de monopolização do capital, que lhe é exterior. [...] São instituições que prestam apoio e suporte ao processo de monopolização engendrado pelo enfrentamento dinâmico dos grandes blocos de capital, mas não participam deste processo na qualidade de capital financeiro autônomo que busca centralizar sob seu comando e controle acionários os capitais que concentra como capital próprio. (TAVARES, 1998, p. 144).

Tavares (1998) vai mostrar que o nosso sistema financeiro se desenvolveu e se diversificou à semelhança de uma estrutura financeira avançada, mas com a ausência de uma base de captação que contemple as aplicações de prazos médios e longos, que possam dar condições de lastrear as operações de investimento industrial de projetos de longa maturação.

Tavares (1998) vai também contemplar a questão do que ela chama de “síndrome” da liquidez financeira, ou seja, quando se fala em “liquidez” no caso do nosso sistema financeiro, há que separar rigorosamente dois aspectos principais: a liquidez monetária e a liquidez financeira. A liquidez monetária está relacionada com a quantidade de dinheiro requerida para a circulação corrente da produção, ou seja, possui aqui a função tradicional de meios de pagamento. A liquidez financeira decorre da transação de volumes de títulos financeiros como se fosse dinheiro. Comenta Tavares (1998, p. 149) que:

Esses títulos financeiros são líquidos e circulam dentro do sistema financeiro como moeda-financeira. Este caráter duplo do dinheiro reflete, no entender da autora, a separação objetiva da função do dinheiro enquanto meio de pagamento, instrumento geral de crédito e instrumento de reserva e valorização financeira do capital.

A presença crescente dos títulos públicos com maior liquidez e com menor risco, garantidos com proteção contra a inflação e principalmente com a garantia de um piso mínimo de taxa de juros, torna atraente a especulação e manutenção desses ativos em portfólio dos bancos e também das empresas, o que caracteriza essa estrutura peculiar do sistema financeiro nacional no Brasil.

Tavares (1998) irá então mostrar quais os principais títulos financeiros existentes no mercado financeiro, identificando as letras de cambio que são emitidas pelo sistema bancário comercial lastreando as operações com o crédito ao consumo de bens duráveis, e as letras de crédito imobiliário, lastreando as operações de captação e aplicação de recursos em atividades da construção imobiliária. Estes dois tipos de subsistemas financeiros, como assim denomina Tavares (1978, p. 150), “foram essenciais à expansão dos dois setores líderes do crescimento da demanda urbana: as indústrias de bens de consumo duráveis e a indústria de construção residencial”.

Outros tipos de ativos financeiros são os títulos da dívida pública do governo, que irão se constituir basicamente de instrumentos de circulação financeira para um mercado aberto de títulos, o chamado *open-market*, onde serão negociados os chamados títulos públicos ORTN e LTN, cujos títulos servirão de base de expansão para a circulação financeira, conforme nos esclarece Tavares. Estes títulos em geral, segundo a autora, constituem “uma massa global dos ativos financeiros basicamente transacionados no interior do sistema financeiro, títulos estes chamado por ela de dinheiro “endógeno” e que buscam a sua continua valorização” (TAVARES, 1998, p. 151).

Tavares (1998) vai destacar que uma característica principal desse sistema financeiro nacional é que, nenhum desses ativos financeiros transacionados no

mercado financeiro diz respeito diretamente ao financiamento do investimento, ou seja, de alimentar e lastrear a esfera de produção. Vale acrescentar que a maioria das fontes reais de financiamento da formação de capital das empresas continua sendo a acumulação interna de lucros ou os recursos de fontes externas, ou ainda o financiamento através das linhas de crédito oferecidas pelo BNDE no caso da indústria doméstica, além do Sistema Financeiro de Habitação (BNH) no caso da construção civil e do Banco do Brasil no caso da agricultura.

Feitas estas considerações sobre a peculiaridade e funcionamento do sistema financeiro, Tavares vai analisar a evolução do crédito e dos ativos financeiros através dos ciclos de expansão que caracterizam o primeiro período de 1964 até 1967, depois uma análise sobre o período de recuperação, que vai de 1967 até 1970, finalizando com uma análise do período de auge, de 1970 a 1973, destacado que em todos esses períodos o papel primordial de atuação do BNDE como financiador público do crescimento e acumulação industrial que caracterizaram cada período.

A partir daí, Tavares vai abordar os principais determinantes dos mecanismos de criação de liquidez. Destaca duas formas separadas do dinheiro. O dinheiro de curso forçado - papel moeda e depósito à vista nos bancos comerciais que se desvalorizam sem parar - e o “dinheiro financeiro”, que cumpre em forma separada as demais funções do dinheiro (TAVARES, 1998, p. 169). Nas suas palavras:

[...] A combinação destas duas “formas” de dinheiro permitiu pela primeira vez, desde que a inflação se tornou crônica, e até 1976, que se assegurasse a função de instrumento geral e ampliado de crédito. Vale dizer, permitir que o crédito (a dívida) cresça assim, muitíssimo mais que o produto em termos reais, durante toda a etapa de expansão recente, jogando um papel de amplificador do ciclo e de instrumento de acumulação financeira (TAVARES, 1998, p. 170).

Adicionalmente, afirma que o crédito foi historicamente⁶⁷ escasso, ou seja, crescendo lentamente abaixo ou a par em alguns momentos com o PIB. Com a reforma financeira a partir de 1967, o crédito tornou-se não só abundante, como ampliado no ciclo de expansão, para depois tornar-se escasso na fase de crises, mas diferente da forma normal que caracterizam as chamadas crises de crédito. Tavares diferencia entre o que é uma crise de crédito normal e a crise de crédito que se dá nas condições peculiares do mercado financeiro no Brasil. Explicando melhor: uma crise de crédito normal, nos fala a autora, ocorre quando se contrai o ritmo da produção e do investimento produtivo e se acelera a inflação; já a crise brasileira de crédito é mais grave. Mas qual seria a peculiaridade que diferencia essa crise de crédito? Responde Tavares (1998, p. 171):

[...] A crise de crédito é mais grave; já que envolve, como foi dito, a existência de dois dinheiros e a operação de dois mercados: o mercado bancário, que tem como base os depósitos à vista e a expansão dos meios de pagamento, e o mercado financeiro, que tem como base alguns títulos financeiros especiais e a circulação endógena do dinheiro financeiro.

Vale dizer, na órbita financeira ocorre um excesso de dinheiro, que requer uma aplicação contínua para render mais dinheiro - a valorização fictícia do capital - e na outra órbita, a monetária, que falta dinheiro (meios de pagamento) para liquidar e refazer permanentemente as dívidas crescentes de todos os agentes extra-bancários, que não tem o poder legal de emitir títulos financeiros negociáveis no chamado “mercado aberto” de valores.

Feitas essas considerações que explicam as crises de crédito e as peculiaridades do funcionamento do sistema financeiro nacional brasileiro, Tavares prossegue mostrando como opera o mecanismo do chamado *open market*, ou seja, do mercado aberto que cria a liquidez financeira, e que caracteriza uma forma especial de funcionamento no Brasil em meados da década de 1970.

⁶⁷ Tavares destaca que a série de empréstimos ao setor privado do sistema bancário em termos reais se mantém como tendência constante desde o início da década de 1950 até 1967, quando foram executadas as reformas de base do PAEG para o sistema financeiro.

Após esta análise da mecânica de funcionamento do circuito especulativo através da rolagem dos títulos públicos e do *open market*, onde com essas operações o governo enxuga a liquidez excessiva proveniente dos recursos externos que entram no país, se cria realidade uma máquina especulativa, que Tavares chama de “esquizofrenia dos dois dinheiros”, que como vimos, são o dinheiro como meio de pagamento e o chamado “dinheiro financeiro”, sendo que este passa a ter como base de lastro os Títulos do Tesouro. Nas palavras de Tavares (1998, p. 175), “converte-se a liquidez real em liquidez financeira e obriga todos os agentes econômicos com saldos líquidos a optar por esta forma de dinheiro monetário e de crédito corrente”.

Portanto, a chamada “esquizofrenia do dinheiro” é explicada pela autora como o “dinheiro velho”, crescentemente desvalorizado, convivendo em uma concorrência desigual com o poder do “dinheiro novo”, que se nutre da aceleração inflacionária e a promove (TAVARES, 1998, p. 175).

Assim, de acordo com a análise da autora, a crise de crédito se torna geral e permanente já que:

[...] O crédito corrente é retalhado e concedido cada vez mais caro, apenas para os clientes seguros. Os meios de pagamento não conseguem correr a par com os preços, nem conseguem acompanhar a “liquidez” financeira dos títulos (TAVARES, 1998, p. 175).

Tavares (1998) vai agora analisar a crise financeira e a política monetária, onde a “esquizofrenia do dinheiro” foi a forma histórica, especificamente no caso do Brasil, de resolver o problema das funções do dinheiro em situação inflacionária crônica, como entendia a autora.

As relações que até aqui analisamos no que diz respeito ao funcionamento peculiar do mercado financeiro no Brasil, vai de certa forma condicionar a política

monetária do governo, pois este terá que fazer obrigatoriamente uma política monetária que sancione a existência legal de ambas as medidas do dinheiro, vale dizer, de sancionar a liquidez monetária, com base no dinheiro como meio de pagamento e de validar a liquidez financeira, a partir do dinheiro caracterizado pelos títulos financeiros.

Este tipo de política monetária terá efeitos inócuos quando utilizada para combater, por exemplo, o processo inflacionário crônico, pois, como nos explica Tavares, o fracasso da política monetária tem a sua origem na dualidade do dinheiro, como já nos referimos. A tentativa, por exemplo, de enxugar a liquidez oriunda da emissão de dívida externa é impotente para frear a capacidade de auto-expansão do circuito financeiro. Nas palavras de Tavares (1998, p. 179): “O movimento especulativo é agravado pela emissão crescente de novos títulos, necessários para atender ao próprio giro da dívida interna, cujos prazos de maturação têm-se encurtados”.⁶⁸

Vemos que, em resumo, este modo específico de funcionamento do sistema financeiro brasileiro, não somente financeiro, mas monetário, acabou por se traduzir num mecanismo distorcido, que premia a especulação na órbita das finanças, e penaliza o investimento na órbita produtiva.⁶⁹

Vale a pena aqui, citar as palavras de Tavares, na análise que processa entre as operações monetárias das contas externas, vale dizer, como se dá o processo de enxugamento da liquidez originado por um saldo comercial das contas externas e o processo de desaceleração econômica e quando se produz uma crise de crédito corrente:

[...] A grita aumenta inexoravelmente contra o governo e contra os banqueiros. O jogo de espelhos projeta a raiva e a impotência dos que vivem do dinheiro antigo - os prosaicos meios de pagamento -

⁶⁸ Em uma nota de rodapé, Tavares nos diz que “a circulação intrafinanceira das Letras do Tesouro alcançou uma velocidade de 14 giros num mês útil de 22 dias (junho de 1978)”. (TAVARES, 1998:179)

⁶⁹ Vale dizer aqui que Tavares faz este tipo de constatação para a época de meados dos anos 1970. O quanto então esta autora torna-se, com mais este exemplo, atualíssima nos tempos atuais (2012), para não dizer das proporções que tomou a crise financeira nos EUA em outubro de 2008. Com certeza eles não leram Maria da Conceição Tavares.

como um imenso refletor sobre os banqueiros, convertidos em inimigos “número um” da sociedade. Os empresários se convertem de sócios, em inimigos dos banqueiros (TAVARES, 1998, p. 181)⁷⁰

Tavares (1998), ao final desta seção, que complementa sua tese de livre-docência, vai criticar com ironia, as teses dos chamados economistas monetaristas que se apegavam a “velhos rituais” da “teoria monetária convencional” e só pensavam em controlar os meios de pagamento, controlar a emissão da base monetária, e dizer aos quatro cantos que o excesso de demanda efetiva provocava inflação e que viam na expansão do crédito do Banco do Brasil e no gasto fiscal do Governo a fonte primária de inflação! (TAVARES, 1998, p. 180). Essa política monetária ortodoxa, de uma extrema nulidade buscava, sem perceber, que tentando controlar a chamada moeda má, validava cada vez mais a amplificação da moeda boa, sem desconfiar, como diz a autora, que “ambas estão casadas indissolivelmente, já que o negócio de dinheiro é um só, ou seja, é um negócio dos bancos” (TAVARES, 1998, p. 182).

Finalizando, conforme Tavares (1998, p. 182):

[...] Todo mundo acaba se convertendo em cortesão do “dinheiro financeiro” fugindo do “mau dinheiro” como das brasas, para se reencontrarem todos no caldeirão fervente da especulação e da desvalorização de todos os dinheiros. Nem liquidez monetária, nem liquidez financeira!

⁷⁰ Alguma semelhança com os dias atuais de 2012, quando o Governo Dilma ataca os bancos e chama de “lógica perversa” essa atuação dos bancos no Brasil, não passa de mera coincidência. Conceição mais atual, impossível!

3 A ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL E A HEGEMONIA DO IMPÉRIO AMERICANO NO PENSAMENTO DE MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES

Neste terceiro capítulo, abordaremos os vários ensaios e artigos que compõem a produção intelectual de Maria da Conceição Tavares ao longo do início dos anos 1980. Nesta fase, sua trajetória intelectual vai lançar o olhar crítico à forma como o novo ciclo de acumulação financeira, liderado pelos Estados Unidos, modificou o panorama mundial desde os anos de 1980 até nossos dias. Vale iniciar com o seguinte destaque em homenagem à Maria da Conceição Tavares:

[...] Chamamos de clássico todo aquele pensador diante do qual uma cultura e o destino de um povo não podem estar inconscientes, sob o risco de perder a inteligência sobre o seu passado e a capacidade de antever possibilidades de futuro. (GUIMARÃES, 2010, p. 08).

Esta frase simboliza o que representa Maria da Conceição Tavares como uma das mais importantes economistas e intelectuais da Economia Política brasileira. Não será tarefa fácil procurar sintetizar as principais contribuições de Tavares a partir dos anos de 1980. Afinal, boa parte da sua vasta produção intelectual foi produzida em muitos ensaios, entrevistas, artigos de jornais, revistas. Enfim, não nos legou nesse período um livro articulando essa produção, como pudemos contemplar nos capítulos anteriores: *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro* – ensaios sobre economia brasileira (1983), *Acumulação de capital e industrialização no Brasil* (1998), e *Ciclo e crise: o movimento recente da industrialização brasileira* (1998).

Portanto, o objetivo deste capítulo será o de abordar as principais contribuições da autora sobre os vários problemas enfrentados pela economia brasileira em seu processo de crescimento econômico e desenvolvimento dentro de um contexto internacional de dominância financeira do capital sob a hegemonia dos

Estados Unidos, e que representou as principais mudanças numa linha de análise geoeconômica e geopolítica, que permeou seu pensamento refletido e aprofundado em suas principais contribuições a partir dos anos de 1980. Este é o principal ponto que nos debruçaremos.

3.1 A hegemonia da economia americana e as formas da diplomacia do dólar: da crise do final dos anos 1970 à era da globalização financeira anos nos 1990

A nova empreitada intelectual da autora se dá quando da elaboração do artigo “A retomada da hegemonia norte-americana,” ⁷¹editado em 1985, quando vai abordar a evolução do processo de retomada da hegemonia norte-americana a partir do início dos anos 1980, mediante análise dos movimentos econômicos e políticos e dos fatos específicos ocorridos ao longo deste período, enfatizando os aspectos ligados à diplomacia do dólar americano. Tavares indaga se os EUA seriam capazes de reafirmar sua hegemonia perante os países ocidentais, particularmente Japão e Alemanha naquele momento seus principais concorrentes:

[...] Até 1980/81, não era razoável supor que os EUA conseguissem reafirmar sua hegemonia sobre seus concorrentes ocidentais e muito menos tentar transitar para uma nova ordem econômica internacional e para uma nova divisão de trabalho sob seu comando. Hoje essa probabilidade é bastante alta (TAVARES, 1985, p. 05).

Os desdobramentos da política econômica interna e externa dos Estados Unidos, acabou por reverter a tendência naquele momento do mundo em que, nas palavras da autora “a existência de uma economia mundial sem polo hegemônico estava levando a uma desestruturação da ordem vigente nos pós-guerra e à descentralização dos interesses privados regionais” (TAVARES, 1985, p.6). A política de Paul Volker, presidente do FED no governo de George Bush, ao elevar as

⁷¹ Artigo pioneiramente divulgado na *Revista de Economia Política* – nº 18, vol. 5, abril/junho de 1985 e na *Revista de la Cepal*, nº 26, agosto de 1985, sendo que o debate de setembro de 1984, que lhe deu origem, foi publicado em HIRST, Monica (Org.), *Brasil-Estados Unidos na transição Democrática*. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

taxas de juros dos EUA e com isso provocar uma recessão mundial e também da economia americana, acarretando a valorização do dólar e a retomada da hegemonia dos EUA sobre a economia mundial. Assim, o destino da economia mundial passa a ser enquadrado pelas ações da potência hegemônica. Para evidenciar, vale a citação de Tavares (1985, p. 06):

[...] Com efeito, além do movimento de restauração do prestígio político e ideológico, Reagan resolveu fazer uma coisa nunca vista, a saber uma política Keynesiana bastarda, de cabeça para baixo, combinada com uma política monetária dura. Redistribuir a renda em favor dos mais ricos, aumentar o déficit fiscal e subir a taxa de juros é uma combinação de política econômica explosiva, tanto do ponto de vista interno como internacional. No entanto, esta política contraditória teve como resultado a recuperação econômica americana, na medida em que os Estados Unidos conseguiram submeter os seus parceiros a desafiar militar e economicamente os seus adversários.

Vale dizer ainda que, com esta política econômica implantada, os EUA retomam o controle do sistema bancário privado internacional, articulando em seu proveito os interesses do sistema monetário mundial. A partir daí o movimento do crédito interbancário se orientou decisivamente para os EUA e o sistema bancário passou a ficar sob o controle do FED. Nas palavras de Tavares (1985, p. 07):

[...] A partir do início dos anos 1980, todos os grandes bancos internacionais estão em Nova York, não apenas sob a *umbrella* do FED, mas também financiando obrigatoriamente - porque não há outra saída alternativa para o déficit fiscal americano.

Dado que os EUA controlam o crédito internacional e o seu direcionamento para o financiamento de sua economia, as consequências bárbaras para as economias subdesenvolvidas são evidentes. Esta política econômica ortodoxa implementada pelos EUA obriga todos os países a manterem em níveis baixos suas taxas de investimento e de crescimento e a forçar o aumento das exportações. Como um reflexo desse ajuste forçado pelos EUA, prossegue a autora, quase todos

os países do mundo estão experimentando superávits na balança comercial. (TAVARES, 1985).

Todos menos um: os EUA. Eles abrem sua economia e ao fazê-lo provocam uma enorme transferência de renda e de capitais do resto do mundo para a economia americana. Com o mecanismo de funcionamento da dívida pública, os EUA submetem países como o Japão e Alemanha a um financiamento desta dívida através da captação da liquidez internacional canalizando, portanto, todo o movimento do capital bancário japonês, alemão e também europeu. Portanto, todos os países do mundo, quaisquer que sejam seus governos, socialistas, socialdemocratas, conservadores, estarão praticamente alinhados em termos de políticas cambiais, de taxa de juros, políticas monetárias e fiscais. Todos os países foram obrigados a praticar políticas monetárias e fiscais restritivas e superávits comerciais crescentes, que esterilizam seu potencial de crescimento endógeno e convertem seus déficits públicos em déficits financeiros estruturais, inúteis para uma possível política de reativação econômica (TAVARES, 1985, p. 07).⁷²

“Este movimento da política monetária dos EUA de subir a taxa de juros provocou, segundo Tavares, uma sincronização das políticas ortodoxas, e obrigou todos os países a manter em níveis baixos suas taxas de investimento e crescimento e a forçar as exportações”. (TAVARES, 1985, p. 10). Com efeito, isto acabou gerando uma espécie de ajuste global entre os países de centro e os periféricos, neste caso, os países periféricos experimentando enormes superávits comerciais, enquanto os EUA apresentavam déficit em sua balança comercial.

Outra consequência da retomada da hegemonia dos EUA baseada no dólar forte e nas altas taxas de juros da economia americana, está em que o FED joga títulos da dívida pública no mercado e que serão financiados ou adquiridos pelos rentistas do mundo. O fato essencial é que todo o mundo está financiando não apenas o Tesouro americano, especialmente seu componente financeiro, mas também os consumidores americanos. Desta vez, e ao contrário da década de 1970, ocorreu transferência de poupança real, afirma Tavares, e

⁷² Apoiados neste enorme fluxo de capitais, os EUA puderam manter e ampliar uma brecha comercial cujos limites não são ainda visíveis, pelo menos no tempo em que este artigo foi escrito (1984). Os US\$ 30 bilhões em 1982 passaram a US\$ 60 bilhões em 1983 e saltaram para US\$ 120 bilhões em 1984.

não apenas de crédito, liquidez ou capital especulativo (TAVARES, 1985, p. 11).

Isto posto, a retomada da hegemonia americana, como nos fala Tavares (1985, p. 12):

Permitiu que fosse redesenhada uma nova divisão internacional do trabalho, onde os EUA passaram a ser uma potência hegemônica cêntrica, capaz de reordenar a economia mundial, com base num novo tipo de transnacionalização da sua própria economia mundial.

Neste ponto, cabe considerar que esta nova configuração da divisão internacional do trabalho e o seu esquema centro-periferia é muito diferente daquela que vivenciamos na hegemonia inglesa. Nesta, os países da periferia eram colônias produtores de matérias primas, enquanto que o centro era o produtor de manufaturas, caracterizando a clássica divisão internacional do trabalho. Agora, sob a hegemonia americana, esta configuração toma contornos muito diferentes, visto que os EUA são ao mesmo tempo produtores de matérias primas, alimentos e manufaturas. Assim, a expansão para fora do seu sistema econômico se dá não apenas pelo canal do comércio, mas também pelas filiais do grande capital financeiro trustificado, na denominação de Tavares.

Esta expansão da grande empresa no pós-guerra promove paulatinamente o aparecimento de fluxos comerciais entre países, caracterizando um comércio entre matrizes e filiais. Este movimento vai se deslocando para o Atlântico Norte, para a América Latina, avançando depois para o Pacífico. Ao chegar à Ásia muda novamente a divisão do trabalho e a região se torna grande produtora de manufaturas baratas e importadoras de matérias-primas.

Com esta nova configuração da divisão internacional do trabalho e da nova forma das relações entre centro-periferia, a economia nacional americana, segundo Tavares (1985), se vê forçada a ampliar seu grau de abertura comercial e a gerar déficits comerciais crescentes para acomodar a expansão comercial assimétrica dos países asiáticos, produzida em grande parte pela expansão global do grande capital americano.

Tavares (1985) ao final deste artigo vai colocar uma questão de que apesar da retomada dos EUA de sua hegemonia econômica e política, não fica claro qual será o destino, dentro desta nova característica da divisão internacional do trabalho, dos países periféricos da Europa, Ásia e América do Sul. Esta resposta será dada de forma mais clara e específica, quando da elaboração do artigo “Pós-escrito em 1997: a reafirmação da hegemonia norte-americana” (1998) escrito em parceria com Luiz Eduardo Melin, onde estes autores analisaram sob os prismas geoeconômico (diplomacia do dólar) e geopolítico (diplomacia das armas), a natureza das políticas de globalização, implementadas de forma sistemática mediante o apoio e a pressão da hegemonia americana em prol da crescente liberalização dos movimentos de capital e a implementação de políticas de ajustes de cunho neoliberal⁷³. Estas últimas conformarão as políticas econômicas dos países, principalmente os periféricos, no sentido de barrar suas taxas de crescimento econômico e impor uma perda de autonomia das suas políticas macroeconômica favoráveis ao desenvolvimento desses países.

Vimos que, ao final da década de 1970, os EUA tomaram a decisão de aumentar unilateralmente a sua taxa de juros com o propósito de retomar a supremacia do dólar como moeda reserva mundial, deflagrando uma crise de liquidez para os países devedores periféricos, dando então o golpe final nas pretensões, que vinham sendo esboçadas pelos países da Europa e o FMI, de reformar a ordem monetária de Bretton Woods. Neste novo artigo, os autores irão mostrar como se deu a reafirmação, e não mais somente a retomada da hegemonia da potência americana, só que agora sob um novo contexto, caracterizado pela era da globalização financeira, onde predominarão as políticas neoliberais de desregulamentação financeira, liberalização comercial, políticas de privatizações da esfera pública, e, sobretudo, a total liberalização dos movimentos de capital pelo mundo.

⁷³ Por trás da generalização das chamadas políticas neoliberais, os autores anotam que tanto a Alemanha quanto o Japão alcançaram uma taxa média de crescimento que foi a metade daquela de seus períodos “milagrosos” do pós-guerra, enquanto que os EUA, a partir de 1983, tiveram uma taxa média semelhante à sua trajetória no pós-guerra, configurando um dos mais longos períodos de crescimento da economia americana. (TAVARES & MELIN, 1998, p. 71).

No que se refere ao pensamento intelectual de Maria da Conceição Tavares, aqui já vemos o esboço das questões e das principais indagações que farão parte constante do seu pensamento pós anos 1990, com centro nas questões do poder e do dinheiro, de como as determinações geoeconômicas e geopolíticas irão se imbricar e como a potência hegemônica americana irá dar os contornos finais no comando do chamado “jogo global”, submetendo aos seus desígnios globais todos os países não somente europeus, mas também alguns países do Leste Asiático e da América Latina.

No ensaio, “Pós-escrito 1997: a reafirmação da hegemonia norte-americana (1998)”, Tavares e Melin analisam através de uma periodização, como se deu a expansão da diplomacia do dólar, caracterizando inicialmente o período 1979-1985. Neste período o FED, através de Paul Volcker, em setembro de 1979 aplicou um choque de juros com viés altista e uma política monetária restritiva, provocando com isso uma violenta valorização do dólar e forçando fortes desvalorizações de todas as moedas internacionais mais relevantes frente à moeda americana.

Esta política provocou uma deflação de preços e também uma recessão mundial que duraria até 1983, com queda dos preços das *commodities* e a deterioração dos termos de troca dos países exportadores de matérias primas, afetando principalmente o continente americano e o africano. (TAVARES & MELIN, 1998, p. 58).

Em virtude do aumento das taxas de juros dos EUA, a dívida externa do terceiro mundo dobra em poucos anos e provoca sérias crises bancárias e cambiais nos continentes da América Latina e Ásia acarretando também a quebra de bancos americanos envolvidos com vultosos empréstimos externos aos países desses continentes.

Esta crise de liquidez internacional vai provocar a moratória mexicana em 1982, e vai permear uma série de políticas cambiais de desvalorização das moedas dos países latino americanos com o objetivo de produzir superávits comerciais para

pagar os juros da dívida externa, conduzindo à forte contração do produto interno, agravado pelo processo recessivo gerado por estas políticas econômicas contracionistas.

Ainda, neste período em pauta, os autores destacam a política de proteção bancária executada no governo Reagan, entre 1981 e 1984, que permitiu o ajuste e a recomposição patrimonial dos bancos e fundos de pensão americanos, abalados pelo choque dos juros, com suporte do Tesouro dos EUA.

A partir dessa política financeira protecionista, surgem e multiplicam-se uma série de inovações financeiras e começa a expansão dos derivativos como mecanismo de securitização dos passivos de médio e longo prazo no mercado financeiro americano, iniciando este processo pelo mercado imobiliário e estendendo-se aos poucos até os mercados futuros de câmbio. A dívida interna americana passa a servir de lastro aos mercados financeiros e monetários de Wall Street, convertendo-se em dívida externa pela via de absorção das poupanças dos investidores externos, em particular nos porta-fólios dos bancos internacionais, a partir da valorização do dólar (TAVARES & MELIN, 1998, p. 58).

Estas foram as principais ocorrências de ordem econômica e financeira que aconteceram neste período, inicialmente com a subida dos juros americanos em 1979 e que terminaram em 1985.

Sobre o período de 1985 a 1989, os autores irão relatar as principais mudanças em termos geoeconômicos e geopolíticos que o marcaram. O primeiro destaque é dado à política de desvalorização do dólar, forçada pela decisão política do FED, e que se traduziria em uma mudança na coordenação das políticas macroeconômicas do chamado G-7, que estava sob o comando dos EUA.

O Acordo de Plaza, iniciado em setembro de 1985 e o Acordo de Louvre, efetuado em fevereiro de 1987, irão aprofundar mais ainda as mudanças no sistema financeiro, agora em escala global, desenvolvendo novos instrumentos financeiros em mercados secundários e promovendo a generalização das operações de

securitização, que abrangem desde situações de endividamento externo de países periféricos até mercados de *commodities*, juros, câmbio, além de outras operações de risco. Esta liberalização induzida dos principais mercados financeiros internacionais atinge também países que até então tinham mercados de câmbio bem controlados, que foram os casos da França e Japão (TAVARES & MELIN, 1998, p. 60).

No caso do Japão, relatam os autores, os grandes bancos japoneses eram detentores de grande parte da dívida pública americana e com a desvalorização do dólar ocorrida entre 1985 e 1987, as perdas patrimoniais desses bancos foram enormes. Já no caso dos países da Europa, ocorreu uma forte valorização de suas moedas, o que de certa maneira favoreceu o comércio intraeuropeu com um maior ganho para a Alemanha, mas no todo prejudicou a competitividade para fora do continente europeu.

Analisando por último o período que vai de 1989 a 1996, Tavares e Melin irão observar os seguintes pontos: ocorre no início desse período a desestruturação da URSS e dos países de sua esfera de influência; acontece também a reunificação alemã com altos custos fiscais e a reforma monetária do marco; dada a implementação de uma política de juros baixos para manter o dólar desvalorizado, verifica-se uma aceleração do crescimento e da globalização dos mercados futuros de juros e câmbio, com a saída dos fundos de pensão norte-americanos em busca dos chamados “mercados emergentes” da Ásia e América Latina.

Dentro desse quadro, sucessivas bolhas especulativas e crises bancárias irão ocorrer em vários países de moedas valorizadas e desvalorizadas em relação à moeda americana, atingindo principalmente a Europa, com exceção da Alemanha. Conforme afirmam os autores:

A presença obrigatória do dólar em ao menos uma das pontas de todas as operações de securitização e arbitragem nos principais mercados de derivativos cambiais afirma definitivamente a posição dominante da moeda americana nos mercados financeiros globalizados (TAVARES & MELIN, 1998, p. 62).

Os autores, por último, afirmam também o destacado papel que os países asiáticos terão neste período, caracterizando um novo polo de crescimento comercial e financeiro, com destaque para os chamados “tigres asiáticos”⁷⁴, e particularmente a China.

Estas foram, portanto, as principais mudanças analisadas por Tavares e Melin (1998) no ensaio *Pós-escrito 1997: a reafirmação da hegemonia norte-americana*, contemplando o período de 1979 até 1996, quando os EUA procuram recuperar a sua hegemonia do mundo em termos geoeconômico e geopolítico, subindo os juros e valorizando a sua moeda e ao final tomando também políticas unilaterais para forçar a desvalorização da sua moeda, impondo políticas econômicas e cambiais para o resto do mundo com o objetivo de enquadramento no domínio e nos interesses políticos e econômicos da potência americana.⁷⁵

Após esta periodização da evolução e movimentos da política econômica americana e nas formas com que se encaminhou a diplomacia do dólar e seus efeitos econômicos e políticos, Tavares e Melin (1998) irão abordar como se deu a passagem do chamado dólar monetário ao dólar financeiro, quando os autores deixarão clara a nova configuração da hegemonia americana, agora reafirmada em bases mais globalizadas e do maior avanço do capital financeiro global.

A partir de 1992, com a desregulação cambial e financeira atingindo praticamente o mundo todo, o capital financeiro tem se transferido para todos os portos num jogo de cassino em que ganhadores e perdedores só têm contribuído para reforçar a posição financeira do dólar. Como dizem os autores: “Importa observar que nesse imenso cassino os jogadores individuais - empresas e bancos - podem quebrar-se uns aos outros, mas não podem quebrar a banca” (TAVARES & MELIN, 1998, p. 63).

⁷⁴ O termo Tigres Asiáticos ou os Quatro Tigres refere-se às novas economias emergentes: Hong Kong, Singapura, Coréia do Sul e Taiwan. A partir da década de 1980, alguns territórios do Pacífico Malaio-asiático, começaram a apresentar altos índices de crescimento econômico e influência no mercado mundial, sendo designados de Tigres Asiáticos.

⁷⁵ Conforme observações da Professora Regina Gadelha no Exame de Qualificação, nesse período pós 1980, há uma conjugação de fatores que levam ao governo presidentes de cunho conservadores e que tomaram decisões de política econômica face à crise do petróleo no final dos anos 1970, como cita os exemplos de Ronald Reagan e Margareth Thatcher, respectivamente dos governos EUA e Inglaterra.

Com isso podemos entender a expressão “dólar financeiro”, pois o dólar torna-se assim o denominador comum da financeirização crescente, em particular, dos mercados globalizados, e passa assim também a adquirir três funções primordiais, em benefício do capital financeiro: provê liquidez instantânea em qualquer mercado; garante segurança nas operações de risco; serve como unidade de conta da riqueza financeira virtual, presente e futura.

Este típico domínio financeiro no mundo globalizado, faz com que a política monetária americana tenha como função arbitrar a fixação de sua taxa de juros, que acaba funcionando como referência básica do sistema financeiro internacional em função da capacidade dos EUA manterem sua dívida pública como título de segurança máxima do sistema (TAVARES & MELIN, 1998, p. 64).

Comentam ainda os autores que a utilização da taxa de juros, como referência nas transações financeiras pelo mundo, induz as operações de securitização e de derivativos cambiais feitas em dólar, abrindo a possibilidade de se realizarem ganhos potencias de arbitragem, dado os diferenciais expressivos existentes entre as taxas de juros internas e as correspondentes flutuações na taxa de câmbio da moeda local em referência ao dólar.

Assim, com este tipo de operações financeiras permitidas em escala global e sem o mínimo de regulamentação ou controle, temos que o dólar não é mais visto como um padrão de valor no sentido tradicional dos regimes monetários internacionais anteriores, como o padrão ouro-libra e padrão ouro-dólar, mas cumpre, sobretudo, o papel mais importante de moeda financeira em um sistema desregulado, onde não existem paridades cambiais fixas ou um padrão monetário mais rígido, que é o de servir como função central de segurança e de arbitragem. Neste particular, cabe destacar o papel do FED neste “jogo global”, pois do ponto de vista da segurança global do sistema, vai atuar o FED como provedor de liquidez primária, como garantidor de última instância do valor da moeda internacional e de proporcionar maior rentabilidade em suas operações.

Finalizando, dizem os autores:

Desde que a moeda interbancária se endogeneizou à escala internacional a questão colocada não é mais o controle da quantidade de moeda, mas se existe ou não uma moeda financeira de origem pública capaz de cumprir o papel de securitização. Esta moeda existe e é naturalmente, o dólar, sob o comando da política monetária e cambial do FED. Após os autores analisarem como o dólar monetário passou a exercer a função de dólar financeiro, irão abordar as formas assimétricas de crescimento internacional e as políticas de globalização capitaneadas pela potência americana. (TAVARES & MELIN, 1998, p. 67-78).

A partir de 1993, a economia americana passa a crescer com taxas médias superiores à sua média do pós-guerra, enquanto países como o Japão e Alemanha crescem a taxas médias muito inferiores às taxas de crescimento que obtiveram no pós-guerra. Mostrarão os autores que este tipo de assimetria nas taxas de crescimento irá se dar em virtude das políticas neoliberais implementadas por estes países, no intuito de promoverem ajustes que barraram o seu crescimento, ou seja, políticas de ajuste deflacionistas provocadas pelas ações impostas pelos EUA em sua diplomacia do dólar.

Ainda segundo Tavares E Melin (1998), para compreender melhor estas políticas de assimetrias em relação às políticas econômicas dos EUA e as demais economias tanto centrais como periféricas, é preciso levar em conta não apenas o seu perfil macroeconômico, ou seja, entender quais os componentes da demanda efetiva que responderam pela expansão da renda e procurar entender a estrutura do caráter concentrador do regime de acumulação que capitaneou o processo de crescimento econômico. Ele deve ser compreendido sob três aspectos que os autores irão analisar.

O primeiro aspecto é o momento concorrencial, marcado pela destruição e deslocalização das atividades produtivas, como consequência de uma feroz concorrência feita através da multiplicação das unidades fabris e pelo sucateamento de modelos e produtos, e que muitas vezes põem em confronto abertos unidades da

mesma empresa situadas em áreas monetárias diferentes, notadamente nos setores da indústria automotiva e eletrônica, sendo que a intensificação de disputas por ganhar mercados redesenham os mapas de produção e distribuição de produtos com extrema velocidade, obrigando a revisão permanente do conceito de vantagens comparativas dinâmicas. Abordando o segundo aspecto, temos o caráter concentrador dessa forma de acumulação, centrada na forte concentração de capitais, através de fusões de empresas ou associações estratégicas em duas frentes, tanto nos setores de tecnologia “dura”, como a indústria bélica e a aviação, como nos setores de tecnologia “de ponta”, a exemplo de telecomunicações e informática. Nesses setores, que os autores chamam de “economia de comando e controle”, as políticas industriais são de caráter nacional e territorial, ensejando a ocorrência de confrontações diplomáticas e comerciais entre as principais potências. No terceiro aspecto a ser considerado, os autores abordam o caráter também centralizador deste regime, que promove a localização convergente de capitais patrimoniais e financeiros nos grandes centros decisórios mundiais, sujeitando o direcionamento dos fluxos de capital financeiro e a disponibilidade de crédito e liquidez em qualquer parte do globo a uma lógica financeira centralizada tanto no que toca à fixação de parâmetros de rentabilidade como à distribuição do risco, configurando a chamada “ditadura do capital financeiro” (TAVARES & MELIN, 1998, p. 73).

Está claro, pois, que as políticas de globalização financeira, principalmente a partir dos anos 1990, têm como consequência principal a de reforçar a assimetria de crescimento e de poder em favor dos EUA, ao promover uma reversão da liquidez internacional e induzir consistentemente a adoção de políticas deflacionistas e inibidoras do crescimento, como já foi comentado, e que têm sido designadas em termos gerais de “neoliberalismo”.

Comentam os autores que:

À medida que ocorreu a generalização das políticas neoliberais por todo o mundo, as vantagens competitivas e de crescimento da Europa e da América latina só fizeram diminuir em favor da economia americana e de alguns países asiáticos, exceção, da China, dada a

política de desvalorização de sua moeda e do maior poder de comando do Estado sobre a economia. (TAVARES & MELIN, 1998, p. 74).

Com a adoção destas políticas neoliberais, e que caracterizam este momento de globalização financeira, vem ocorrendo, na maioria dos países, principalmente nos periféricos mas também nos países da Europa e Ásia, a deterioração das suas contas públicas, com um crescimento progressivo das dívidas públicas, principalmente na questão do aumento dos serviços de rolagem destas dívidas em relação ao PIB⁷⁶, provocadas pela brutal elevação das taxas de juros, reforçadas mais ainda pela liberalização dos movimentos de capital e pela flexibilização dos mercados de trabalho.

Feitas estas considerações, Tavares E Melin (1998) consideram que as recentes políticas de globalização financeira e a adoção do receituário de políticas econômicas neoliberais terão três desdobramentos de impactos regionais importantes, a saber; a transnacionalização do próprio espaço econômico-financeiro norte-americano, a transnacionalização da Ásia, e a submissão ou liquidação das economias ditas periféricas endividadadas depois da crise das dívidas externas de 1980 a 1982.

Dirão ainda, no que concerne especificamente aos países da América Latina, este continente torna-se um exemplo nítido dos malefícios de uma inserção subordinada no processo de globalização, sofrendo perdas de competitividade, de reversão de seu processo de industrialização, de um processo de desnacionalização de seu produto nacional e da exacerbação das mazelas sociais e crescente dependência do capital internacional para evitar eventuais crises cambiais que venham a ocorrer.

Acrescentarão à guisa de concluir o artigo, que a atuação hegemônica internacional dos EUA tem se caracterizado por um endurecimento de sua estratégia

⁷⁶ No caso dos países da União Europeia, os encargos com juros do setor público, que representavam cerca de 2% do PIB europeu em 1979, cresceram de forma recorrente até chegar ao patamar de 5% do PIB em 1995 (TAVARES & MELIN, 1998, p. 75).

de dominação, principalmente após a queda do muro de Berlim e a ruptura do bloco soviético em 1989 e 1990, como fica evidenciado nesta passagem:

[...] Em nome das liberdades econômica, comercial, dos capitais financeiros e do investimento direto, os representantes americanos vêm fazendo demonstrações ostensivas e arrogantes de poder contra seus principais parceiros comerciais na Ásia, como se testemunhou na reunião de Cingapura na OMC (novembro de 1996), e provocando arrufos de animosidade da parte dos japoneses, coreanos, malaio e chineses- estes últimos declaradamente agastados pela condução abertamente intimidativa das negociações para a renovação, de resto inevitável, do status de nação mais favorecida da China. (TAVARES & MELIN, 1998, p. 82).

3.2 Poder e dinheiro: a economia política internacional no pensamento econômico de Maria da Conceição Tavares no último quarto de século

Nesta seção, o objetivo central será o de evidenciar e mostrar o pensamento de Maria da Conceição Tavares e procurar um esforço de fornecer maiores entendimentos sobre os principais questionamentos e indagações da autora que marcaram o seu pensamento crítico e analítico que permearam seus principais ensaios, artigos, entrevistas, apresentação em seminários, e ainda mais, em pronunciamentos importantes quando deputada federal pelo PT no Senado brasileiro e demais publicações. Nestes últimos 25 anos, ou seja, após a publicação do seu ensaio “A retomada da hegemonia norte-americana”, publicado em 1985, e cujas análises das principais ideias ali contidas já foram aqui analisadas.

A nosso ver, o arsenal de ideias da autora vai evoluir saindo das análises internas da realidade econômica do Brasil, caminhando para uma tratativa mais específica das vicissitudes e determinantes da economia mundial, e aqui, particularmente, no que se refere às análises da economia política internacional, considerando aspectos da geoeconomia e da geopolítica, bem como a questão do poder americano e da hegemonia da sua moeda, conformando um sistema monetário internacional que modificaram profundamente o funcionamento e a hierarquia das relações internacionais a partir do começo da década de 1980.

Elegeremos aqui, nesta dissertação, a coletânea de artigos *Estados e moedas no desenvolvimento das nações* (2004), organizada por Maria da Conceição Tavares e José Luiz Fiori, e o livro *Desajuste global e modernização conservadora* (1993), e por fim o seu livro fundamental escrito em meados de 1990, chamado *Destruição não criadora- memórias de um mandato popular contra a recessão, o desemprego e a globalização subordinada, (1999)*⁷⁷ uma coletânea de vários artigos escritos por Conceição Tavares que constituem uma amostra da luta intelectual que a autora travou durante os quatro anos do seu mandato como deputada federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Muitos desses artigos foram publicados quando Tavares foi colaboradora do Jornal Folha de São Paulo durante o período de 1995 a 1998.

Os artigos citados são fundamentais para caracterizar a maturidade intelectual da autora, que investiga as questões relevantes da hegemonia americana, do poder da sua moeda e das questões mais prementes em termos de geoeconomia (poder do dólar) e geopolíticas (poder das armas) foram abordadas como fundamentais ao entendimento da economia política internacional a partir dos anos de 1990, bem como os grandes problemas da economia brasileira em termos de insuficiências da infraestrutura econômica do país e às intoleráveis carências e desigualdades sociais existentes. Outras obras da autora, importantes na caracterização de seu pensamento, serão oportunamente referendadas.

A partir daqui abordaremos as principais contribuições de Maria da Conceição Tavares no que diz respeito às questões da globalização financeira, onde a autora destaca várias críticas ao contexto histórico que marca o capitalismo em seu estágio de dominação financeira e que Tavares em obras anteriores já havia feito referências aos seus desdobramentos.⁷⁸

⁷⁷ Poderíamos citar também a coletânea de artigos *Poder e dinheiro - uma economia política da globalização* (1998), organizado por Maria da Conceição Tavares e José Luiz Fiori, inaugurando um plano analítico de análise e uma visão histórica, onde os elementos teóricos “Poder e Dinheiro” são elaborados para um melhor entendimento da atual fase histórica do capitalismo a partir de meados dos anos 1980, quando da elaboração do ensaio por Maria da Conceição Tavares “A retomada da hegemonia americana” (1985) e o pós-escrito em 1997, intitulado “A reafirmação da hegemonia norte-americana”, escrito em parceria com Luiz Eduardo Melin, foram objeto de análise nesta dissertação.

⁷⁸ Vide os ensaios aqui já referidos: “Notas sobre o problema do financiamento numa economia em desenvolvimento- O caso do Brasil” (1967) e “Natureza e contradições do desenvolvimento financeiro recente” (1971), onde o tema sobre capitalismo financeiro e a dominância da esfera financeira sobre

Na coletânea, *Estados e moedas no desenvolvimento das nações* (2000), a autora participa com dois artigos intitulados “Brasil: estratégias de conglomeração” (2000) com participação de José Carlos Miranda e outro ensaio intitulado Império, “Território e Dinheiro” (2000), onde tecerá comentários críticos sobre a globalização financeira internacional, capitaneada pela hegemonia dos EUA, liderada pelas finanças internacionais e configurando um sistema monetário internacional sob a liderança do dólar.

Os dois textos são de primordial importância para entendermos as questões levantadas acima. Após as análises das principais contribuições e ideias contidas nestes ensaios, abordaremos a coletânea, onde a autora participa de artigos com Fiori, intitulada *Desajuste Global e modernização conservadora* (1993) e a coletânea de artigos da própria autora, denominada *Destruição não criadora: memórias de um mandato popular contra a recessão, o desemprego e a globalização subordinada* (1999), onde Maria da Conceição Tavares fará referências críticas às ilusões da globalização e os impactos produtivos, econômicos e sociais para a economia brasileira.

O primeiro artigo “Brasil: estratégias de conglomeração”, contido no livro *Estados e Moedas*, escrito em 2000, junto com o economista José Carlos Miranda, os autores irão abordar a especificidade do processo de conglomeração do capitalismo brasileiro para diferenciar sua dinâmica com relação aos países de capitalismo tardios e aos demais casos de desenvolvimento acelerado da segunda metade do século XX. (TAVARES & MIRANDA, 2000).

Os autores de uma forma geral irão identificar quais as explicações para a concentração do capital e a centralização patrimonial em grandes conglomerados, como se dá a articulação do capital nacional com o capital estrangeiro e quais são os resultados das interações em termos de acumulação econômico-financeira do país, chegando a uma explicação do porque os grupos econômicos nacionais não possuem os atributos que levaram ao desenvolvimento das atuais corporações

a esfera da produção, já eram caracterizados como os principais problemas na economia brasileira e que emperravam sobremaneira o desenvolvimento econômico do país em fins de 1960.

americanas, das grandes empresas alemãs ou dos conglomerados japoneses. Dirão os autores que:

No caso brasileiro, a consolidação das grandes empresas esteve ligada a algum tipo de solidariedade entre as finanças e a indústria, porém, do tipo rentista-patrimonialista, e que não conduziu à formação de um verdadeiro capitalismo financeiro, característico do capitalismo monopolista moderno (TAVARES & MIRANDA, 2000, p. 327).

Os autores analisam neste artigo, que a dinâmica de acumulação e concentração de capital no Brasil ao longo deste século teve algumas peculiaridades onde procuraremos resumir as ideias e contribuições mais importantes, nos valendo do resumo final dos autores.

A constituição dos grupos industriais nacionais, ao longo do triênio 1930-1960 esteve vinculada à política de financiamento público para expandir a escala de seus negócios e à estratégia de dispersão de risco, onde surgem como uma espécie de conglomerado informal, onde estava ausente qualquer articulação com o capital bancário. Segue-se que no período de 1964 a 1980, ocorre uma diversificação dos negócios e consolidação de posições no conglomerado da indústria, a partir da consolidação do II PND, e consolidação das posições de grupo através da regulamentação das sociedades anônimas. Através desse processo, os diversos grupos familiares poderiam agora usar o mercado de capitais para auferir rendas patrimoniais e aquisição de participações acionárias em outras empresas.

A concentração bancária ocorreu de forma crescente, mas não implicou, como afirma a autora, na fusão dos interesses entre o capital industrial e o bancário, e com isso, fazendo surgir uma forte centralização do capital financeiro e, portanto, implicando a formação de *funding* para novas escalas de produção que os investimentos de mais largo prazo requeriam. Para financiar estes investimentos, as empresas recorriam aos lucros acumulados ou de financiamento de bancos públicos ou através do financiamento via endividamento externo. Com isto, os principais e mais forte grupos empresariais privados nacionais privilegiavam a defesa do valor do

patrimônio em moeda nacional indexada ou em dólar e buscando uma maior remuneração financeira dos seus investimentos.

A partir da fase de abertura comercial e financeira, os autores afirmam que ocorrem duas dinâmicas diferentes e inéditas para os conglomerados financeiros e grupos industriais nacionais. Do ponto de vista dos bancos, estes passam a diversificar seus instrumentos e mercados de atuação, operando como intermediários entre os mercados financeiros externos e internos, gerenciando suas carteiras de ativos, e no gerenciamento da intermediação financeira da liquidez dos grandes grupos industriais e dos grandes rentistas.

Com o processo de abertura comercial e financeira, as privatizações representam, segundo os autores, uma fase de formação de grupos em grandes conglomerados. Analisam uma fase inicial (1989-1995), na qual foi constituído o tripé dos setores de siderurgia, petroquímica e estatal, que foi adquirida majoritariamente pelo capital nacional. Na segunda fase desse processo, ocorre a concessão dos serviços de utilidade pública e à venda de empresas de mineração, energia elétrica e telecomunicações, e uma modificação da inserção dos grupos nacionais quanto à postura do Estado brasileiro, que se comporta como um financista, operando a centralização e a associação de capitais a partir de uma agência pública, o BNDESPAR, que tem por função avalizar os empréstimos externos das grandes empresas nacionais e empresas estrangeiras. Destacam ainda os autores, que nos setores financeiro e das telecomunicações, o Estado não arbitra em favor dos grandes grupos nacionais, dado que se trata das duas fronteiras de expansão, concorrência e centralização do grande capital internacional.

Ao final do artigo, os autores destacam que a abertura financeira com a criação do chamado câmbio flutuante, e a desvalorização cambial decorrente, bem como as fases de iliquidez do mercado de crédito internacional, impactaram as dívidas externas dos grupos nacionais, e na busca de novas formas de refinar esses débitos. Com afirmam os autores, com isso, os grupos nacionais solicitam ao BNDES que atue como um patrocinador da negociação desses débitos na busca de instituições financeiras internacionais que sirvam de *bookers* para seus passivos em dólares (TAVARES & BRAGA, 2000).

Feita estas considerações mais breves sobre o artigo “Brasil: estratégias de conglomeração” (2000) iremos analisar um artigo de autoria de Maria da Conceição Tavares, também inserido na coletânea *Estado e moedas* (2000), que a autora elaborou em homenagem aos 500 anos de descobrimento do Brasil, intitulado “Império, território e dinheiro” (2000). Nele, a autora vai registrar o movimento econômico e político do capitalismo tardio no Brasil, a formação do Brasil contemporâneo sob a ótica da geoeconomia e geopolítica, mostrando como o Brasil tem estas duas dimensões fortemente entrelaçadas. Inicialmente mostrando que a inserção geopolítica foi determinada pelas guerras intraeuropéias e suas disputas coloniais do século XVII ao XIX, desde a formação do império brasileiro até a formação da república brasileira. Os aspectos geoeconômicos são destacados pela autora, particularmente no que diz respeito à forma como o Brasil se inseriu na órbita de expansão do capitalismo inglês, a forma como se processou a acumulação de capital mercantil, industrial e financeiro inglês e o papel do Brasil nesse processo de acumulação no século XIX.

Tavares (2000, p. 451) diz ainda no artigo em análise que:

A República foi proclamada sem uma revolução política nem burguesa, sendo que a chamada República Velha nasceu pelo alto e pelas mãos dos militares, em meio às intrigas das novas e velhas oligarquias, ante a apatia e o estranhamento do povo brasileiro, que assistiu, como expectador, à proclamação da nova República Imperial.

Ainda em “Império, território e dinheiro” (2000), a autora vai empreender uma análise desses fatores, e o fundamental das suas explicações está em dizer que as relações essenciais de dominação interna foram fortemente autoritárias sobre as “classes subordinadas”, e a caracterização do caráter rentista e patrimonialista que marcaram as elites brasileiras, além do fato de haver uma descolagem completa entre a ideologia destas elites bacharelescas, liberais ou libertárias e os pactos de poder ferozmente conservadores que conduziram o país através dos embates entre as cúpulas políticas territoriais e as cúpulas do poder ligadas ao império e ao dinheiro. Mostra a autora que o papel do Estado brasileiro foi sempre o de servir aos

interesses dessa elite na manutenção do poder e de sua propriedade, mantendo também o movimento do dinheiro e assegurando a propriedade do território a ser ocupado por formas mercantis sempre renovadas de acumulação patrimonial na manutenção dos seus privilégios.

Na passagem a seguir, temos o cerne do pensamento crítico de Tavares (2000, p. 466) sobre o desenvolvimento econômico do Brasil:

[...] Nessa longa trajetória de mais de 100 anos de história da indústria e de desenvolvimento tardio das forças produtivas especificamente capitalistas, não foi possível conduzir o país nem à condição de potência intermédia na ordem mundial, nem à geração de um núcleo endógeno de ciência e tecnologia capaz de imprimir ao Brasil o seu “destino manifesto” da modernidade desejada através do progresso (TAVARES, 2000: 466).

Prossegue a autora enfatizando que ao longo desses mesmos 100 anos de história capitalista no Brasil, as classes empresariais nunca terminam por constituir-se como burguesia autônoma e as classes subordinadas têm sido sempre designadas pela referência genérica de “povo”, quer ele seja escravo ou livre, assalariado ou por “conta própria”, incluído ou excluído nos poucos direitos que a “cidadania” foi capaz de garantir-lhes em forma permanente (TAVARES, 2000, p. 466).

Tavares (2000) também faz referência ao que chamou de debate sobre o II PND, buscando com isso uma síntese das principais críticas elaboradas contra esse projeto do governo Geisel na segunda metade de 1970, e que aqui, dado o escopo deste trabalho, não será objeto de maiores detalhes e discussões.⁷⁹ Conclui que o II PND, que caracterizou o sonho de grande potência conforme Geisel queria para o Brasil, transformou-se em fracasso, logo às vésperas da retomada da hegemonia americana, como já foi tópico de análise deste trabalho, e que este fracasso deu-se

⁷⁹ Para maiores discussões sobre as vantagens e desvantagens do projeto do II PND, consultar Castro & Pires de Souza, *A economia brasileira em marcha forçada* (1985) e Lessa, *A estratégia de desenvolvimento: sonho e fracasso* (1988).

menos pelo território e mais pelo dinheiro e, sobretudo pelo Império, já que enfrentou em simultâneo as contradições internas de seu sistema militar, da sua aliança com a burguesia nacional e da sua tentativa de desfiliação ao sistema imperial americano.

Tavares (2000) na seção seguinte vai procurar analisar justamente a questão desse fracasso do dinheiro como citado acima no período específico da transição do regime militar à Nova República. Diz a autora que:

O fracasso do dinheiro estourou com enorme violência financeira, com o episódio do choque dos juros, a chamada “diplomacia do dólar forte” iniciada em 1979/80, que multiplicou por três o tamanho da dívida externa do Brasil e levou a periferia capitalista à crise da dívida externa e o planeta à crise mundial de 1980/82 (TAVARES, 2000, p. 474).

Este mecanismo e as consequências das subidas dos juros americanos, além do fortalecimento do dólar já foi objeto de investigação neste trabalho conforme vimos no início desta terceira parte da dissertação, portanto, não cabe aqui repetirmos os detalhes da questão. Entretanto, vale anotar as principais questões que Maria da Conceição Tavares comenta no artigo em pauta e que em nossa opinião “toca na ferida” de problemas econômicos que ainda estão presentes na atualidade da economia brasileira do século XXI.

Vamos destacar algumas das principais, iniciando por esta passagem:

[...] É fácil olhar da perspectiva de hoje (2000) o que significou a falta de um núcleo endógeno de financiamento público e privado nacional capaz de se articular sem passar pelo endividamento externo. Sem num verdadeiro capitalismo financeiro endógeno, os bancos brasileiros foram se convertendo em parasitas do Estado e beneficiários da inflação, produzindo de forma precoce e original a armadilha do “dinheiro indexado”, que nos valeu uma década de superinflação, e crises cambiais recorrentes, e converteu o banco Central no papel de bancador e jogador principal do cassino da ciranda financeira interna acoplada à ciranda financeira internacional (TAVARES, 2000, p. 475).

Como podemos evidenciar nesta passagem, a autora ainda questiona e critica o fato de não termos constituído um sistema financeiro digno de financiar os investimentos de longo prazo, de não termos estruturado um mercado de capitais e de crédito condizente com os requerimentos de financiamento de capital em longo prazo, como Tavares (2000) já havia anotado em seu ensaio de 1971, “Natureza e contradições do desenvolvimento financeiro recente”, ensaio este devidamente analisado em suas linhas gerais no primeiro capítulo desta dissertação. Observa ainda a autora que:

Faltam instituições públicas e privadas capazes de garantir endogenamente a intermediação financeira adequada ao nosso próprio potencial de poupança. O Estado deveria ser capaz de impedir a “esterilização” da poupança interna gerada pelos agentes econômicos, para a esfera da especulação patrimonial e financeira dois dos maiores poderes privados, o capital financeiro privado nacional e o internacional (TAVARES, 2000, p. 476).

Na passagem seguinte, a autora vai procurar mostrar a precariedade estrutural da articulação financeira entre o capital nacional, seja ele nas frações agrária, mercantil e industrial, e o financiamento público e privado para sustentar um modelo de padrão de financiamento ao desenvolvimento econômico:

[...] A minha obsessão sobre a intermediação financeira interna e a falta de um capitalismo financeiro digno desse nome, que permitisse à monopolização produtiva evoluir para uma eficaz centralização do capital, percorrem todos os meus ensaios, desde 1967 até os mais recentes (TAVARES, 2000, p. 476).

E mais, esta intermediação financeira de caráter especulativo, alimentava cada vez mais o processo inflacionário⁸⁰, destruía as finanças públicas e induzia os

⁸⁰ A indexação da dívida pública, os fundos parafiscais e os próprios fundos de pensão das estatais foram instrumentos poderosos de acumulação financeira de capital, criando uma ciranda financeira interna desde o início da década de 1970 com a criação peculiar do mercado de *open market* e que

governantes de todos os matizes a recorrer novamente ao endividamento externo, como uma tábua de salvação. Desse modo o rentismo financeiro e a especulação sempre presidiram à acumulação de capital no país, além de frear, ao sabor do movimento internacional de capitais, o desenvolvimento interno das forças produtivas.

À frente, Tavares (2000) vai tratar do processo de liberalização e globalização financeira, abordando a década de 1990, desde o governo Collor até a era FHC, e de como as políticas neoliberais adotadas que faziam parte da cartilha do chamado “Consenso de Washington”, que consistiam basicamente da abertura comercial e financeira, das políticas de privatizações e desnacionalização de muitos setores produtivos do país, da desregulamentação do mercado de trabalho, e do brutal endividamento interno e externo ocorrido nesse período, além das políticas cambiais e monetárias que afetaram e realimentaram esse endividamento externo e interno e os déficits ocorridos no balanço de transações correntes do país. (TAVARES, 2000, p. 484).

Ao final do artigo “Império, território e dinheiro” (2000), a autora vai fazer alguns comentários sobre a situação de impasse em que se encontra o capitalismo brasileiro, levando em conta as principais determinações externas da geopolítica e geoeconomia, fazendo principalmente referências à dinâmica de acumulação com endividamento externo. Pondera que este tipo de dinâmica de dependência de capitais externos tem feito com que o Brasil sempre incorra em moratórias com seus credores internacionais, como a autora mostra no artigo as três grandes moratórias brasileiras sempre ao final de cada ciclo largo de expansão do capital internacional.⁸¹

Este grande impasse em que o Brasil se encontra, é evidenciado assim pela autora:

se converteu em *over night*, garantindo ganhos diários de juros com a compra de títulos da dívida pública. (TAVARES, 2000, p. 477).

⁸¹ A primeira moratória deu-se durante a plena vigência do padrão-ouro, em 1897. A segunda em 1937, ocorreu em situação de plena decadência do liberalismo, do padrão-ouro e da hegemonia inglesa, conduzida pelo Governo Vargas no Estado Novo. A terceira moratória ocorre em 1987, no Governo de José Sarney, quando presidia a chamada Nova República brasileira. (TAVARES, 2000, p. 484)

[...] O Brasil encontra-se, pois, num verdadeiro impasse. Pela primeira vez na história do capitalismo brasileiro, não temos modelo de crescimento nem “para fora” e nem “para dentro”, compatível com o tamanho do “encilhamento” financeiro em que nos metemos desde a crise da dívida externa do início da década de 1980, agravada pela liberalização financeira e comercial. [...] Estou convencida que o atual nó financeiro só será desfeito depois de uma moratória final, numa crise ainda prolongada. A dúvida que prevalece é se essa moratória se dará como “negócio privado”, depois da desnacionalização completa do sistema bancário, sob comando de um conjunto de bancos internacionais, ou se pelo contrário, nos sucessivos ataques especulativos à nossa moeda “flutuante”, o enfrentamento da crise cambial recorrente se fará, finalmente, sob a forma de uma moratória soberana, buscando novos “caminhos e fronteiras” para a regeneração do Estado e da economia nacional (TAVARES, 2000, p. 487).

Isto feito, vamos agora analisar as principais indagações e ideias colocadas por Maria da Conceição Tavares na coletânea de artigos intitulada *Desajuste global e modernização conservadora*, escrito com o cientista político José Luis Fiori em 1993. Neste livro, Conceição Tavares apresenta dois artigos: “Ajuste e reestruturação nos países centrais: a modernização conservadora” (1993) e “As políticas de ajustes no Brasil: os limites da resistência” (1993). Nestes dois artigos Tavares (1993) vai identificar os interesses que estão por trás do chamado Consenso de Washington e vai criticar e procurar destruir as ilusões liberais de que as economias das nações líderes se ajustarão naturalmente num mundo de taxas de câmbio flutuantes e de enormes massas de capital que circulam pelo planeta em paralelo e ao não controle dos bancos centrais.

Vamos tecer algumas breves considerações sobre esses dois artigos aqui citados, iniciando pelo ensaio “Ajuste e reestruturação nos países centrais: A modernização conservadora” (1993)⁸², onde Tavares vai sublinhar alguns aspectos do processo de ajuste macroeconômico e da reestruturação industrial dos países capitalistas centrais, que se seguiram aos sucessivos choques monetário-cambial e de preços de petróleo das últimas duas décadas. Um dos pontos centrais deste ensaio será a de demonstrar que a política de ajuste do balanço de pagamentos dos

⁸² Este trabalho foi publicado pela primeira vez no Brasil em *Economia e sociedade*, revista do Instituto de Economia da UNICAMP, nº 1, ago. 1992.

EUA, bem como suas tentativas de manter a hegemonia do dólar, levaram aos demais países da OCDE, em particular Japão e Alemanha, a formular respostas bem sucedidas de reestruturação industrial, provocando acentuadas mudanças na divisão internacional do trabalho.

Tavares (1993) prosseguirá dizendo que essas políticas de ajuste e reestruturação tiveram algum êxito nos países de capitalismo organizado, especialmente o Japão e Alemanha, em virtude de suas políticas coordenadas de modernização, em comparação aos países que aderiram ao receituário do modelo liberal. Mostrará ainda nesse ensaio que o desajuste do balanço de pagamentos dos EUA levou ao um descontrole do sistema financeiro internacional, provocando fortes instabilidades para o sistema global e crises financeiras em vários estados nacionais, tanto no centro como na periferia.

Tavares (1993) em uma seção do ensaio vai mostrar como a difusão do progresso técnico, em termos de países e empresas, acarretou a desorganização dos mercados de trabalho, a partir dos supostos requerimentos de flexibilidade das novas técnicas produtivas. “Esse conjunto de ações provocou desequilíbrios sociais de grande impacto em escala internacional, agravando a tendência do sistema capitalista à distribuição desigual dos frutos do progresso técnico (TAVARES, 1993, p. 23)”.

Sobre o conceito de “modernização conservadora” e “capitalismo organizado” que a autora utiliza em várias passagens do ensaio “Ajuste e reestruturação nos países centrais: A modernização conservadora”, cabem as seguintes considerações. O termo “modernização conservadora” foi adotado por Barrington Moore (1967) para designar o modelo autoritário de desenvolvimento do capitalismo retardatário do século XIX que inclui as experiências bem-sucedidas da Alemanha e Japão. Mas como informa Tavares (1993) é fundamental que se leve em conta a relação privilegiada que Japão e Alemanha tiveram com os EUA e a eficácia de suas próprias estruturas internas de capitalismo organizado. Essa expressão “Capitalismo Organizado” foi utilizada originalmente por Hilferding para designar a coordenação e coesão do grande capital na Alemanha, parece ter maior poder explicativo do que as

mencionadas “raízes autoritárias”, que foram comuns a alguns países de industrialização tardia da Europa, Ásia e América Latina como mostra a autora.

Ao final do ensaio “Ajuste e reestruturação nos países centrais: A modernização conservadora”, analisado em seu aspecto mais central, a autora vai pontuar algumas considerações críticas referentes ao ajuste e reestruturação, aplicadas pelas políticas liberais do Consenso de Washington, e que para Tavares, como vimos, caracterizou uma espécie de modernização conservadora.

A primeira crítica diz respeito às políticas liberalizantes do receituário do ajuste neoliberal que foram implementadas nos países anglo-saxônicos, como a Inglaterra e EUA, e que não foram tão exitosas quando comparadas ao sucesso dos países do chamado Capitalismo Organizado, como no Japão e Alemanha, que realizaram uma forte regulação com a presença do Estado no sistema bancário, no desenvolvimento de uma conglomeração financeira entre a fusão do capital bancário e o capital industrial, e do desenvolvimento do mercado de crédito com forte presença do Estado, como nos exemplos dos países da França, Itália e Coréia.

A segunda consideração crítica foi o fracasso dos ajustes automáticos do balanço de pagamentos, patrocinados pelos EUA e FMI, e seus efeitos perversos sobre a instabilidade financeira global e sobre a crise financeira da América Latina e de outros países periféricos. E por último vai evidenciar o caráter desigual da modernização em termos de países, empresas e pessoas, que levou a uma distribuição desigual dos benefícios do progresso técnico.

Nas considerações finais deste ensaio, Tavares argumentará que as mudanças provocadas pelo ajuste global das economias centrais deixaram marcas profundas na ordem econômica internacional, centradas na reestruturação industrial e na intermediação financeira. Tavares dirá que os países capitalistas de desenvolvimento industrial intermediário, como Índia, Brasil, México e Argentina, têm grandes dificuldades de converter suas estruturas produtivas na direção de uma nova inserção internacional dinâmica. Como nesta passagem:

[...] Suas matrizes industriais não têm o grau de amplitude e modernidade nos setores de equipamentos para, a partir deles, estabelecer um núcleo endógeno de desenvolvimento das novas tecnologias. Mais ainda, a relação entre indústria e setores primários não foi resolvida pela criação de uma nova matriz industrial, como em certos países desenvolvidos do norte da Europa, onde a industrialização se deu a partir de dentro, com apoio na transformação industrial de sua base de recursos naturais. A coexistência com setores primários atrasados e/ou setores primário-exportadores exclusivamente orientados ao mercado internacional continua dominado o panorama econômico-social dos países periféricos. (TAVARES, 1993, p. 68).

Após esta breve análise do primeiro ensaio da coletânea *Desajuste Global e Modernização Conservadora* (1993), vamos resumir as principais ideias contidas no segundo ensaio deste livro, intitulado “As políticas de ajuste no Brasil: os limites da resistência” (1993)⁸³. Tavares enfatizará que o receituário ditado pelas políticas neoliberais, quando aplicado aos países periféricos ou ditos emergentes, não têm a mínima chance de dar certo, como no Brasil, com relação ao Chile e México. Refere-se a autora às políticas neoliberais de privatizações, desregulamentações comerciais e financeiras. Tavares vai ao centro da questão ao mostrar que os ajustes de Chile e México não foram tão liberais como apregoa a cantilena neoliberal.

No ensaio “As políticas de ajuste no Brasil: Os limites da resistência”, Tavares (1993, p. 77) vai indicar algumas hipóteses que permearão este ensaio.

A primeira hipótese é que a política de ajuste externo do balanço de pagamentos, através de políticas macroeconômicas recessivas e de políticas cambiais ativas, que acarreta forte contenção da demanda interna, vai provocar um maior amento do superávit comercial, e com isso, boa parte do saldo comercial gerado fará frente aos pagamentos do serviço da dívida externa.

A segunda hipótese é que na medida em que não tem sido possível expandir as bases de ampliação da carga tributária, o ajuste fiscal torna-se cada vez mais custoso, sobretudo para o setor público, que

⁸³ Este trabalho foi originalmente apresentado em espanhol ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, Washington, DC, 13 de jan. de 1993. Foi posteriormente traduzido pelo IESP/FUNDAP, revisto e ampliado pela autora.

tem quem continuar a cortar gastos essenciais em investimento produtivo e ainda suportar desequilíbrios patrimoniais crescentes. Para fazer frente a esse problema de rigidez da carga tributária e aos endividamentos interno e externo crescentes, muitos países têm empreendido privatizações aceleradas e tentado ajustar patrimonialmente as contas públicas, atendendo às recomendações de reformas estruturais do Banco Mundial, como a desregulação financeira e a abertura comercial.

Essas políticas econômicas liberalizantes recomendadas para o processo de ajuste dos países da periferia, acabam gerando movimentos de *stop and go*, com entradas e saídas de capitais que acabam provocando desequilíbrios no balanço de pagamentos e repõem periodicamente condições de restrição de crédito interno com o retorno de políticas monetárias e cambiais ativas. Diz a autora que sobre este ponto, as experiências do Chile, Argentina e México nos anos 1970 e, novamente, Argentina e México nos anos 1980, demonstram que a instabilidade financeira e cambial podem levar o sistema bancário à beira da insolvência, o que conduz à necessidade de intervenção no mercado financeiro, quando não à estatização bancária.

Outra hipótese levantada por Tavares diz respeito às políticas anti-inflacionárias, baseadas em uma âncora cambial e em políticas de aumento das taxas de juros, o que acarreta um aumento de entrada de capitais externos e que têm levado à sobrevalorização cambial, com a aparente absorção de poupança externa o que coloca novamente em questão os equilíbrios futuros do balanço de pagamentos. Diz a autora que igualmente, a questão do equilíbrio entre poupança e investimento e a construção de uma intermediação financeira privada nacional na direção de longo prazo eficiente e menos vulnerável ao ambiente externo ainda não está resolvida em praticamente nenhum país latino-americano.⁸⁴

Por fim, a autora vai tecer algumas considerações sobre o papel do Estado na economia. Dirá que as políticas neoliberais nesses países não são capazes de resolver a questão do padrão de financiamento, seja ele de caráter patrimonial, fiscal

⁸⁴ Esta questão aqui colocada por Maria da Conceição Tavares ainda permanece nos dias de hoje (2013) não resolvida e será objeto de análise nas considerações finais desta dissertação.

ou financeiro, sem uma intervenção adequada do Estado na gestão e regulação pública. O que Tavares (1993) afirma é que “o Estado tem que ser forte e ágil na capacidade de intervir e regular de forma eficiente da intermediação financeira e encaminhar reformas institucionais necessárias, tanto do mercado quanto do próprio Estado” (TAVARES, 1993, p. 79).

Como analisa Tavares (1993, p. 80):

As experiências do Chile e do México, que realizaram reformas liberalizantes como determinava o receituário neoliberal, paradoxalmente, demandaram um Estado forte, e finaliza dizendo que o que ela propõe é que o Estado possa ser forte, mas sem ser autoritário, e este é o maior desafio, em sua opinião, que enfrentam atualmente, ou seja, no ano em que escreve este artigo em 1993, os países do cone Sul, particularmente o Brasil.

Numa seção deste artigo intitulada “A inserção internacional do Brasil e as resistências ao ajuste neoliberal”, Tavares irá analisar uma tese que considera central neste artigo. Pondera que a economia brasileira tem resistido por mais de uma década, não obstante a estagnação econômica e a alta inflação, ao tipo de desestruturação e desindustrialização que sofreram países como o Chile , na década de 1970, e a Argentina nos últimos vinte anos.

Ao longo dos últimos 40 anos o Brasil teve um desenvolvimento industrial com alto grau de transnacionalização, o que lhe permitiu uma inserção externa com diversificação das exportações por tipo de bens e por países de destino. A diversificação da estrutura industrial e do investimento estrangeiro começou no Brasil nos anos 1950, a da exportação no início da década de 1970 e manteve-se até a década de 1990, de modo que sua estratégia de reestruturação produtiva terá de ser, em princípio, muito distinta daquelas até agora seguidas por Chile e México.⁸⁵

⁸⁵ Tavares coloca em algumas passagens desse artigo, não ser contra as políticas de liberalização comercial e financeira, o que ela considerou que são processos inelutáveis, pelo menos até esse momento que escreve seu artigo em 1993. Mas acrescenta que essas políticas tinham que vir

Conceição Tavares vai finalizar o artigo “Políticas de ajuste no Brasil: os limites da resistência” (1993), colocando algumas questões sobre as relações entre o Estado e os capitais privados nacionais e internacionais, bem como qual serão os limites de resistência da economia brasileira às políticas neoliberais então impostas nesse momento.

Uma das questões fica evidenciada nesta passagem:

[...] Trata-se aparentemente da desmontagem de um dos pés do antigo tripé (empresas estatais, multinacionais e nacionais) com transferências patrimoniais consideráveis do Estado para reforçar o pé fraco do capital nacional, como uma estratégia para que este venha a alcançar a escala e conglomeração compatíveis com a transição para um novo estágio de desenvolvimento competitivo? Ou simplesmente estamos assistindo a uma espécie de síndrome de juízo final em que os vários grupos regionais e setoriais pressionam pelo fatiamento do setor produtivo estatal, enquanto não encontram os limites da resistência passiva? (TAVARES, 1993, p. 114).

Prossegue a autora com mais três questionamentos ou especulações no dizer da própria Tavares (1993) sobre os possíveis caminhos da transição. Sobre o processo de privatizações e as empresas multinacionais dirá:

[...] Em primeiro lugar, as empresas multinacionais ainda não se interessaram pelas privatizações em curso de setores maduros da Segunda Revolução Industrial, atualmente com superprodução mundial. Talvez estejam se reservando para as possíveis privatizações nobres nos setores de petróleo e telecomunicações. Nesse caso, refarão alianças estratégicas locais ou guiar-se-ão pela rivalidade do processo de globalização? (TAVARES, 1993, p. 114).

acompanhadas por políticas comerciais, industrial e tecnológicas de novo estilo, que permitam mudar os mecanismos de proteção e incentivo às exportações, além de novas e mais eficientes políticas de produção e proteção social. Tudo isso, com uma profunda reforma do Estado e do comportamento de agentes privados, cuja escala e tempo são imprevisíveis. (TAVARES, 1993:107)

Indagará a autora sobre o desmanche do tripé, ou seja, sobre a desestruturação do Estado:

[...] Desmanchado o tripé, os negócios procederão por um processo de desintegração do Estado por meio de uma espécie de darwinismo econômico, no qual o pé fraco iria se reforçando internamente para enfrentar melhor os concorrentes internos e internacionais, sem apoio do estado e sem alianças estratégicas? (TAVARES, 1993, p. 114).

E por último, o seguinte questionamento:

[...] Finalmente, o processos de desestruturação do Estado manterá o núcleo duro de decisões nos setores com possibilidade de grandes projetos, capazes de reintegrar os interesses privados e públicos, hoje em conflito, ou terminará por desintegrar-se completamente? (TAVARES, 1993, p. 115).

Para a autora, as respostas a estas questões não estão ainda claras, mas arrisca algumas considerações. Por exemplo, afirma que o Estado, mesmo que capenga, estaria sendo usado como poder político em ultima instância, para arbitrar os ganhadores do setor privado nacional e internacional, sem impor perdas ou orientar os rumos da transição.

Afirma ainda que a inserção internacional não mudará tão cedo, nem está à vista nenhuma forma nova de dependência dinâmica e da transnacionalização. E finaliza arriscando uma solução:

[...] Em todo caso seria interessante poder testar as potencialidades de uma articulação a quatro pés (capital internacional, capital nacional, trabalho e Estado) em substituição ao velho modelo do tripé, cujas virtudes nenhuma mágica ou política de ajuste parecem capazes de ressuscitar (TAVARES, 1993, p. 116).

Passaremos agora a analisar quais as questões mais importantes que Tavares (1999) formulou no seu *Destruição não-criadora*: memórias de um mandato popular contra a recessão, o desemprego e a globalização subordinada . Trata-se de um livro que compreende uma série de artigos que Tavares escreveu enquanto colunista da Folha de São Paulo entre os anos de 1995 e 1999, e alguns pronunciamentos e artigos escritos enquanto foi deputada federal também nesse período.

Os artigos em geral tratam de críticas ao governo de Fernando Henrique Cardoso e as políticas neoliberais colocadas em prática no seu governo e que na opinião de Tavares provocaram altas taxas de desemprego e degradação das condições de trabalho; déficits nas contas externas e na balança comercial aumentaram fortemente a dependência e vulnerabilidade externa frente aos capitais internacionais, mais propriamente, ao capital financeiro internacional; desestruturação de amplos segmentos do sistema produtivo industrial; dilapidação do patrimônio público; liquidação dos poucos complexos industriais existentes no país com capacidade de atuação global e captação autônoma de recursos externos; desnacionalização acelerada da produção e do investimento privado; desmonte do setor público e sucateamento da infraestrutura de serviços básicos; aumento do endividamento externo e interno e do desajuste fiscal permanente.

Esses foram, em linhas gerais, os grandes temas e assuntos que permearam as elaborações de Maria da Conceição Tavares no livro que ora analisamos.⁸⁶

Como nos diz a autora neste trecho retirado da *Destruição não criadora*:

⁸⁶ Outros livros importantes que podemos destacar foram Lições de uma economista popular (1994), onde Maria da Conceição Tavares reúne os principais artigos escritos quando colunista do Jornal Folha de São Paulo. Outro livro da autora, intitulado *Aquarela do Brasil* (1990), reunindo ensaios políticos e econômicos sobre o Governo Collor (1990), onde a autora faz a apresentação desse livro, reunindo uma série de artigos e ensaios de vários autores, tratando como temas principais a política econômica do início do Governo Collor, tratando sobre inflação, preços e salários, da política industrial e tecnológica bem como sobre os temas da modernidade e pacto social. Consultar também Interessante artigo elaborado por TAVARES (1984), em conjunto com os economistas ASSIS (1984) e TEIXEIRA (1984), sobre as controvérsias entre a poupança, investimento produtivo, poupança financeira e mercado financeiro

[...] Dos dois mandatos de que mais me orgulho em minha vida, o mais antigo e permanente é o de professora de economia política. O que agora está terminando, e o mais difícil de cumprir, foi o de deputada federal, no qual pude apenas contribuir com minha resistência moral e política ao descalabro das políticas econômica e social do governo que agora finda e à desconstrução da nossa Constituição Federal, pela qual tanto lutamos. Graças à ação conjunta e solidária de meus companheiros socialistas e trabalhistas verdadeiros e ao apoio de vozes democráticas autênticas dentro e fora do Congresso, foi-me possível cumprir o meu mandato com dignidade (TAVARES, 1999, p. 09)⁸⁷

Vale ressaltar ainda por que a autora utiliza a expressão “destruição não criadora” no título do livro ora em análise. Neste trecho, extraído da coletânea de artigos escritos para o jornal a *Folha de São Paulo*, *Lições contemporâneas de uma economista popular*, Tavares (1994, p. 12) nos diz:

[...] As políticas neoliberais praticadas neste país desde 1990, junto com a desestruturação dos aparelhos de gestão pública e as políticas de desregulamentação comercial e financeira praticadas abruptamente e sem esquemas de proteção econômica e social dos setores mais frágeis, representam uma tentativa insana de desestruturar o Estado e também nossa base industrial e de infraestrutura econômica, jogando no desemprego e na desesperança setores até há pouco incorporados (grifo nosso).

Essas mudanças que incorporaram em seu arcabouço as políticas neoliberais é que Tavares chama de destruição, e que a partir do momento que são colocadas em prática com o propósito de liberalizar e desregulamentar, só provocaram uma espécie de destruição não criativa para os setores mais pobres e excluídos da sociedade brasileira.

⁸⁷ Importante destacar aqui dois discursos que a autora fez na Câmara dos Deputados: O discurso intitulado *A economia Política do Real*, feito em Brasília em 1997, e outro discurso proferido em 1998, intitulado *Desvendando o Brasil do Real*, feito em Brasília todos eles na Câmara dos Deputados, quando exercia o mandato de Deputada Federal pelo PT-RJ. .

Vale a pena para terminar este Capítulo III, em que buscamos repassar o núcleo principal da obra de Maria da Conceição Tavares pós anos 1990, e que marcaram por assim dizer a fase madura da intelectualidade da autora, investigando vários temas de Economia Política, não somente do Brasil, mas também da Economia Política internacional, analisar o artigo “Subdesenvolvimento, dominação e luta de classes” (2000)⁸⁸. Este compõe uma coletânea em homenagem ao economista Celso Furtado, intitulado *Celso Furtado e o Brasil* (2000)⁸⁹, organizado por Maria da Conceição Tavares, e que agora será objeto de uma exploração analítica também sintética em suas principais mensagens e indagações que a autora faz nesse ensaio.

Esse ensaio, consideramos um dos principais trabalhos da autora, na investigação do tema do subdesenvolvimento na sociedade brasileira⁹⁰. Tavares vai separar inicialmente a visão geoeconômica de centro-periferia da visão geopolítica do centro hegemônico, liderado pelo império americano. Mas mesmo fazendo a separação das duas esferas, a autora reconhece que ambas as ordens, econômica e ordem política, têm um elemento comum: o dinheiro internacional. Tavares vai nesse ensaio reavaliar as relações centro-periferia, procurando manter a originalidade do pensamento de Celso Furtado sobre o subdesenvolvimento buscando complementá-lo com uma visão geopolítica, para entender a formação dos centros hegemônicos e reorganizar o conceito de relação centro-periferia e o capitalismo tardio. Desenvolve essa reavaliação, sem que, como diz a autora, a hierarquia geopolítica se sobreponha à geoeconomia, recorrendo quase sempre aos

⁸⁸ Podemos perceber a partir deste artigo, a preocupação de Maria da Conceição Tavares com a questão do subdesenvolvimento brasileiro e as perspectivas históricas da sua superação, dado os limites da sociedade de classes, e mais ainda, talvez uma influência bastante pertinente do sociólogo brasileiro Florestan Fernandes. A propósito e para maior aprofundamento das ideias deste autor, ver uma das suas principais obras, intitulada *Sociedade de classes e subdesenvolvimento* (2008).

⁸⁹ Este livro é composto de ensaios escritos após intervenções orais no seminário Celso Furtado e o Brasil, realizado em Belo Horizonte nos dias 22 e 23 de novembro de 1999.

⁹⁰ Tavares ao elaborar a introdução à coletânea em homenagem a Celso Furtado e o Brasil que aqui estamos analisando, fará referências ao artigo de Oliveira (2000), denominado “Subdesenvolvimento: fênix ou extinção?” onde este autor vai definir o que entende pelo conceito de subdesenvolvimento, bem como das teorizações da CEPAL e de Celso Furtado, e em outro texto do mesmo autor, intitulado “Redefinindo o subdesenvolvimento” onde discutirá sobre a ocorrência do chamado “subdesenvolvimento globalizado” (TAVARES, 2000, p. 12-13). Vale ressaltar que Tavares terá em relação à visão de Oliveira, opinião diferente sobre a reavaliação do conceito de subdesenvolvimento. (TAVARES, 2000, p. 13).

trabalhos em conjunto com o cientista político José Luis Fiori⁹¹, e também fazendo parte de um esforço intelectual coletivo de um grupo de economistas políticos do Rio de Janeiro e de Campinas⁹² que introduziu o conceito de geopolítica, que foi analisado neste trabalho de forma geral quando comentamos sobre a coletânea de artigos reunidas no livro *Poder e dinheiro* (1997) e *Estados e moedas no desenvolvimento das nações* (2000).

Logo após essa análise das relações entre a esfera geoeconômica e a geopolítica, a autora vai fazer uma releitura estilizada dos elementos endógenos de nossa estrutura interna de dominação. Esta releitura se desdobra em duas partes, nas quais a autora vai alinhar analiticamente os elementos históricos e estruturais que levaram o pacto de dominação brasileira a manter-se, desde meados do século XIX, apoiado no patrimonialismo econômico e político, apesar da rapidez da industrialização e da urbanização do pós-guerra. Tavares vai dizer que sua releitura, não se trata de nenhuma teoria geral da modernização conservadora, ou da via prussiana ou da revolução passiva, mas de uma reflexão sobre a constituição das classes no capitalismo tardio brasileiro.

Tavares (2000) vai nos dizer que a sagrada aliança entre os donos de terra, do dinheiro e do Estado não permitem que nossas transições democráticas se completem. Na parte final do ensaio, a autora vai fazer um breve esboço da luta de classes no Brasil, mostrando o avanço recente das lutas populares e a importância da existência legal de um partido, como o Partido dos Trabalhadores (PT) e concluir com as palavras de Furtado: “O ponto de partida de qualquer novo projeto alternativo de nação terá que ser, inevitavelmente, o aumento da participação e do poder do povo nos centros de decisão do país” (TAVARES, 2000, p. 14).

⁹¹ José Luís Fiori, doutor em ciência política e professor da UFRJ, que participa com um ensaio de sua autoria denominado “A propósito de uma ‘construção interrompida’” (2000), que faz parte também do livro *Celso Furtado e o Brasil* (2000).

⁹² Além de Fiori (2000), ver também os trabalhos de Belluzzo (2000), Braga (2000), Cano (2000), Coutinho (2000), economistas políticos pertencentes à Escola de Campinas, e também Medeiros & Serrano (2000), Teixeira (2000), Fernandes (2000), Torres Filho (2000), para citarmos alguns deles que fazem parte do quadro de professores da UFRJ, em cujo núcleo de pesquisa enveredam pelos estudos das relações Poder e Dinheiro, desenvolvimento desigual do capitalismo mundial e as implicações teóricas entre a geoeconomia e a geopolítica, as relações centro-periferia e o capitalismo tardio.

Vale destacar que a autora vai enfatizar a importância da chamada “questão nacional” para os países periféricos, principalmente para a América Latina, mas descartando completamente soluções que possam embocar no populismo ou em autoritarismos nacionalistas. O que importa para ela é:

A questão democrática-nacional, que viabilize em última instância um projeto para a nação de socialismo democrático, cujo processo de luta de classes deve ser conduzido por um partido de trabalhadores abertos a todas as experiências de participação popular autônoma (TAVARES, 2000, p. 151).

Segundo Tavares (2000), o Brasil, por ser um país excêntrico à ordem capitalista central, embora submetido a ela, nunca sofreu ameaça bélica externa a seu estado nacional, mas tampouco conseguiu construir uma nação democrática e independente do ponto de vista dos interesses das classes subordinadas. Em suas palavras:

[...] Desse modo, as lutas de conjuntura, se orientadas por uma coordenação política nacional flexível, mas lúcida, podem ser capazes de alterar as tendências de longa duração do nosso capitalismo tardio e autoritário. Os avanços populares estão sendo conquistados palmo a palmo, mas a resistência popular está sendo acompanhada de mudanças estruturais não controláveis. Seja como for, a história está aberta, a luta está se espalhando e se aprofundando e o futuro já começou (2000, p. 151).

Portanto, podemos dizer que a partir da década de 2000, os escritos de Tavares, bem como entrevistas, artigos, e demais publicações, vão ter como tônica esta linha de pensamento não somente nas questões econômicas através de seu brilhantismo de intelectual das questões de economia política, mas também os de cunho mais políticos e principalmente de militância política no engajamento direto nas questões democráticas e sociais para a constituição de um projeto nacional de

nação e que passa inevitavelmente pelo aumento da participação e do poder do povo nos centros de decisão do país.

Para fechar o capítulo, com as palavras da autora:

[...] Sou uma velha professora de 64 anos de idade que fiz a opção certa, ao me tornar militante do PT. Mais vale tarde do que nunca, como dizia o velho refrão. Sempre fui uma intelectual crítica na rigorosa acepção da palavra. Sempre estive ao lado dos oprimidos e tenho uma longa prática de lutas profissionais e democráticas, neste país, do qual virei cidadã legal e de coração desde 1957. Sempre me situei no que me parecia ser a esquerda democrática e sempre fui reformista convicta (TAVARES, 2000, p. 5).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De uma maneira geral, o objetivo principal deste trabalho foi o de investigar através do detalhamento e elaboração de cada fase da autora, iniciando pelo seu clássico ensaio “Auge e declínio do processo de substituição de Importações” editado pela primeira vez em 1963, ensaio editado no livro *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro-ensaios sobre economia brasileira* (1983) que utilizamos como referências neste trabalho, cujo ensaio fará 50 anos neste ano, e seguindo nas análises que Maria da Conceição Tavares elabora e modifica sua forma de pensamento, que vai evoluindo a cada investigação que a autora realiza desde a década de 1950 até basicamente meados dos anos 1990.

Uma mudança de pensamento que procura incorporar na verdade boa parte das elaborações teóricas produzidas ao longo das décadas. Tavares levanta questões primordiais sobre o desenvolvimento econômico e suas mazelas sociais, identificadas ao longo de mais de 50 anos de elaboração teórica, partindo em cada fase de seu pensamento de paradigmas heterodoxos e incorporando em suas observações o que mais de atual existia em termos de pensamento econômico, sobretudo o pensamento da economia política brasileira e também da economia internacional.

Ao longo deste trabalho, a cada elaboração que Maria da Conceição Tavares tratava os temas mais pertinentes da economia do mundo e em boa parte no que tange aos problemas econômicos da economia brasileira, procuramos identificar o debate dessas ideias e o diálogo às vezes crítico e de concordância com a maioria dos pensadores clássicos e suas respectivas obras acadêmicas, que suscitava em seus elementos críticos de observação da realidade econômica. Por exemplo, as considerações em alguns temas que seguiam as ideias de Antônio Barros de Castro,

de Chico de Oliveira, Ignácio Rangel, Celso Furtado, Carlos Lessa entre tantos outros que mostram a riqueza e acuidade analítica da autora e o debate das ideias do pensamento econômico da economia política do Brasil.

Procuramos mostrar quais as principais indagações e questionamentos que a autora fez ao longo de sua vasta contribuição acadêmica e que nos três capítulos procuramos sintetizar nas suas linhas mais gerais, e que estão em aberto no atual momento da nossa economia brasileira.

Tendo isto em vista, vamos então a uma análise em termos de considerações finais, sobre as principais indagações teóricas de Maria da Conceição Tavares ao longo dos seus trabalhos, procurando mostrar a “alma” de cada um dos seus principais escritos e os problemas suscitados por esta autora e que ainda estão em aberto e que demandam uma solução atual.

Vimos no capítulo I como se processou o modelo de industrialização do Brasil, bem como suas etapas e percalços, muito destacados no primeiro ensaio “Auge e declínio do processo de substituição de importações” (1983). O paradigma conceitual que permeia boa parte desta obra é fundamentado nas principais ideias da CEPAL e que Tavares vai resgatar para fundamentar suas análises não somente para o conjunto da América Latina, mas primordialmente nas observações sobre o caso do Brasil. A tese central desse ensaio está em analisar a dinâmica do processo de desenvolvimento por substituição de importações, como resposta aos sucessivos desafios colocados pelo estrangulamento externo, através dos quais a economia vai se tornando quantitativamente menos dependente do exterior e muda qualitativamente a natureza dessa dependência como mostra a autora.

Ainda nesse ensaio, Tavares mostra como se dá a superação do desequilíbrio externo por meio da produção de bens de consumo que antes era importado, e a forma pela qual, se por um lado, se superava o problema inicial de insuficiência de divisas, por outro, recolocava de forma recorrente, ainda que modificada, esse mesmo problema, pois à medida que se ia substituindo alguns produtos importados, como por exemplo, bens de consumo alimentares, por outro, a cada avanço do processo de industrialização, mais se necessitava de maiores importações para

suprir o crescimento do avanço da indústria e suas mudanças na estrutura industrial, e, portanto, mais divisas eram necessárias para pagar essas importações. Ao longo do ensaio, Maria da Conceição Tavares vai por meio de uma periodização a partir dos anos 1930, mostrar como o Brasil avançou em sua industrialização e a recorrente necessidade de insuficiência de divisas, em sucessivas fases, até início dos anos de 1960.

Vimos que a autora enfatiza o modelo de desenvolvimento voltado para dentro, ou seja, um modelo de desenvolvimento econômico cuja variável-chave são os investimentos privados, principalmente os investimentos públicos, gerando com isso demanda autônoma capaz de se opor, nas palavras da autora, às tendências negativas que emergem do esgotamento do modelo anterior, voltado para fora, onde a variável-chave eram as exportações, mas que por si mesma, não conseguiam gerar um dinamismo interno ao crescimento global do sistema econômico brasileiro. Contribuição também importante que Tavares (1983) explorou nesse ensaio “Auge e declínio do processo de substituição de importações”, encontra-se na questão de que este tipo de crescimento econômico teria gerado um conjunto de desequilíbrios setoriais, regionais e sociais, e, portanto, para enfrentar tais desequilíbrios, a autora enfatizava a necessidade da mudança deste padrão de desenvolvimento econômico, cujo novo padrão ou novo estilo de crescimento estaria baseado nas ações do Estado, investindo fortemente nas regiões menos desenvolvidas, investindo no setor agrícola, além da execução de uma reforma agrária que a autora enfatizava, com o objetivo de elevar o emprego e a produtividade, reduzindo a chamada “dualidade” na economia entre um setor agrícola atrasado e uma indústria moderna, e com isso, ampliando o mercado para o setor capitalista.

Uma das maiores contribuições da autora foi sem dúvida o seu primeiro ensaio como já vimos, “Auge e declínio do processo de substituição de importações”, incluído em sua coletânea de artigos *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro-ensaios sobre economia brasileira* (1983), obra hoje considerada clássica do pensamento econômico não somente brasileiro como na própria literatura econômica latino-americana.

Ainda no que diz respeito às principais contribuições da autora no ensaio “Auge e declínio do processo de substituição de importações” (1983), no qual

procuramos demonstrar sua atualidade, temos ainda existentes os desequilíbrios sociais e regionais que continuam presentes na economia brasileira. Podemos constatar o Norte e Nordeste do país com problemas sérios de desigualdade de renda, boa parte desses Estados ainda sofre com problemas da seca, insuficiência de infraestrutura, de saneamento básico, e demais mazelas econômicas e sociais.

No que diz respeito à questão social, ainda permanecemos um país com sérios problemas de distribuição de renda e da riqueza. Por mais que nos últimos anos, principalmente a partir de 2004, a renda tenha sido mais distribuída ainda não chegou a níveis satisfatórios para um país com a riqueza que possui.

Esses temas já eram analisados por Tavares há 50 anos e ainda se fazem presentes em boa parte da realidade da economia brasileira nos anos 2013.

Em “Auge e declínio do processo de substituição de importações” (1983), na seção “Perspectivas”, a autora já enfatizava a necessidade de alternativas estratégicas para a solução dos desequilíbrios sociais e econômicos até então existentes na economia brasileira. Tavares cita como uma das alternativas um maior esforço de aumento das exportações brasileiras, estruturadas em produtos industriais dos setores mais dinâmicos da economia brasileira, na conquista de mercados externos para esses produtos, que estimulariam o setor capitalista da economia. De outro lado, caberia ao Estado marchar com um pacote de investimentos autônomos, dirigidos a completar a estrutura industrial existente, melhorando a infraestrutura de serviços básicos, além de aumentar substancialmente a participação relativa das inversões no setor primário e nas regiões mais subdesenvolvidas. Como demonstra a autora, a política de investimentos, somadas no plano social, a uma estratégia para a melhoria da distribuição de renda, com ênfase no setor primário, tenderia a fechar progressivamente a brecha existente entre os dois setores da economia.

Atualmente, a economia brasileira padece desses mesmos problemas, como podemos constatar no atual debate sobre a desindustrialização e sobre o aumento da pauta de produtos primários em nossas exportações, ainda contando com

enormes gargalos na infraestrutura econômica do país com a necessidade de maiores investimentos em rodovias, portos, ferrovias.

Uma evidência da atualidade dos questionamentos de Maria da Conceição Tavares pode-se identificar em um pé de página do ensaio “Auge e declínio do processo de substituição de importações” (1983), quando a autora comenta o que ela entende por desequilíbrio financeiro, ponderando que as mudanças na estrutura produtiva, com o surgimento de novos setores dinâmicos públicos e privados, não foram acompanhadas de um ajustamento concomitante do aparelho financeiro. A autora observa que a própria inflação desse período, ou seja, por volta de meados dos anos 1960, decorre, em certa medida, dessa dissociação entre as necessidades objetivas de financiamento e a capacidade da atual estrutura financeira para atendê-las.

Deixa clara a autora, que não pretende entrar nessa análise específica da questão do financiamento da economia brasileira quando escrevia o ensaio “Auge e declínio”, mas vai retomar mais tarde esse tema em dois ensaios, “Notas sobre o problema do financiamento numa economia em desenvolvimento” (1967) e “Natureza e contradições do desenvolvimento financeiro recente” (1971), que foram elementos de análise no primeiro capítulo desta dissertação.

Nesses dois ensaios relativos à questão do financiamento do desenvolvimento econômico no Brasil, a autora vai abordar o importante problema do padrão de financiamento da economia brasileira, avançando na sua discussão. Portanto, para uma consideração final deste primeiro capítulo, ao mesmo tempo em que Tavares, nos seus primeiros ensaios, inspirou-se na tradição cepalina para desenvolver a sua visão a respeito do desenvolvimento capitalista no Brasil, as dificuldades encontradas por ela para a construção de uma interpretação de conjunto, levou-a a empreender um trabalho de revisão de suas próprias reflexões e, por conseguinte, do próprio pensamento cepalino em que baseava suas ideias nos primeiros ensaios aqui analisados.

Esses ensaios, trazidos ao momento atual, mostram que ainda continua em aberto na economia brasileira a solução para a implantação de um sistema

financeiro que atenda à demanda de recursos de longo prazo. Apesar da globalização financeira e das grandes mudanças estruturais atravessadas pela economia brasileira, o crédito doméstico continua marcado por quatro características principais: relativa escassez em face da demanda potencial; evolução sujeita a grande volatilidade; custos elevados em relação aos praticados em economias mais desenvolvidas; e prazos curtos. Tavares já nos alertava há quarenta anos, sobre essa deficiência estrutural no padrão de financiamento⁹³ da economia brasileira, caracterizada mais pelas elevadas taxas de juros, pelo prazo curto dos ativos financeiros e pela elevada preferência pela liquidez.

Mesmo com o advento do Plano Real, na segunda metade da década de 1990, onde o controle da inflação foi bem sucedido, havia uma expectativa de que em se estabilizando a economia brasileira na questão do controle de preços haveria agora condições plenas para um maior desenvolvimento do mercado de capitais e de crédito, e, portanto, com isso resolvendo um grande gargalo existente que era a questão do financiamento da economia brasileira, e criar as bases para a sustentação da emissão de títulos de crédito corporativos privados de longo prazo e com isso, construir um sistema de financiamento de longo prazo que seja capaz de amparar as decisões empresariais a partir do acesso ao crédito, com prazos e custos compatíveis com as taxas esperadas de retorno dos projetos empresariais. Mas, como sabemos, ao longo dos anos 1990 e até basicamente o ano de 2004, as condições de fornecimento de crédito em longo prazo não foram bem sucedidas, sobretudo porque foram anos de forte crise de crédito e liquidez em muitos países, como Coréia do Sul, Malásia, Rússia, e também no Brasil.

Após 2004, com a retomada do crescimento econômico sustentado, o crédito bancário no Brasil atravessou um período de rápida expansão, basicamente comandado pela demanda por parte das pessoas físicas. Houve pressão por

⁹³ Vale acrescentar aqui que em um artigo dedicado à questão do entendimento do conceito de poupança, em uma economia capitalista, Maria da Conceição Tavares (1984) faz uma importante análise desse conceito e conectando com a questão dos recursos para o financiamento dos investimentos e do desenvolvimento e do papel dos bancos e do mercado de capitais, à luz do circuito *finance-investimento-poupança-funding*, onde podemos evidenciar o caráter de análise pós-keynesiana, na vertente minskyana da autora, também analisado de forma esparsa em alguns de seus vários artigos do início da década de 1970, apesar de que em nenhuma de suas obras em geral Conceição Tavares faz referências à Minsky. Sobre este autor, consultar Minsky (2009), e Minsky (2010).

empréstimos de longo prazo, mas posicionado apenas em setores imobiliários, aquisição de veículos, entre outros fins, que foram supridos pelo setor bancário comercial. E pelo lado das empresas, os investimentos foram impulsionados a partir de 2006, quando a demanda por longo prazo de recursos foi suprida pela Bolsa de Valores, pelo mercado de capitais e também através do financiamento pelo BNDES⁹⁴.

Como vimos, temos até o presente momento a existência ainda precária de um modelo de financiamento de longo prazo, estando o sistema bancário comercial⁹⁵ ainda vinculado ao financiamento da dívida pública do Brasil prevalecendo elevadas taxas de juros, que estimula a reprodução do padrão de acumulação de ativos financeiros herdado do período de alta inflação, ou seja, aplicações de curto prazo e busca de maior liquidez.⁹⁶

Analisamos também no capítulo primeiro deste trabalho, a tentativa da autora, juntamente com a participação de José Serra, da reinterpretação dinâmica do capitalismo brasileiro, suas novas formas de acumulação e expansão, objeto que foi analisado no ensaio “Além da Estagnação” (1970). Este, além do debate e da contestação à tese estagnacionista de Celso Furtado, afirmou uma nova fase de expansão da economia brasileira no período do chamado “milagre brasileiro”, mas calcado em um modelo de perversa concentração de renda e exclusão da maioria das classes trabalhadoras, com base na expansão de bens de consumo duráveis consumidos por estratos da classe média.

⁹⁴ Para uma avaliação do sistema financeiro e o desenvolvimento no Brasil, bem como as soluções propostas para que seja implantado um padrão de financiamento em longo prazo na economia brasileira, consultar Marcolino e Carneiro (2010). Para uma melhor análise também sobre o porquê não termos crédito privado de longo prazo no Brasil, consultar TORRES FILHO (2012).

⁹⁵ É de conhecimento que na crise financeira que atingiu o Brasil, a partir de 2008, dado à quebra do banco americano Lehman Brothers a política econômica adotada pelo Governo Lula e também prosseguida por Dilma Rousseff, foi o uso dos bancos públicos, como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, o próprio BNDES, para fomentar a expansão do crédito, da diminuição das taxas de juros e das tarifas bancárias, face à retração dessas funções dos bancos privados que preferiram manter seus recursos em aplicações na dívida pública do governo ao invés de expandir o crédito, e estimular o consumo privado.

⁹⁶ Vale aqui a observação que no Governo Dilma Rousseff, a taxa referencial básica de juros, a chamada taxa SELIC, teve uma queda de 12.5% em Agosto de 2012, para 7.25% até o presente momento da elaboração desta dissertação, ou seja, fevereiro de 2013, provocando de certa forma uma menor rentabilidade para os detentores de títulos públicos, como, por exemplo, as Letras Financeiras do Tesouro Nacional (LFT), cuja rentabilidade está atrelada a taxa de juros SELIC.

Neste ensaio questões como a análise de como se deu a origem da crise econômica verificada no período de 1962 até a recuperação dada a partir de 1967 também são analisadas pelos autores bem como considerações do desenvolvimento econômico do modelo brasileiro que está se gestando a partir do final dos anos de 1960, mostrando que apesar de entenderem que a economia brasileira não estava seguindo para a estagnação, mas estava caminhando para um modelo de desenvolvimento econômico com concentração de renda e exclusão social para a maioria da população, fruto das consequências da difusão do progresso tecnológico de forma desigual, privilegiando a implantação de tecnologia poupadora de mão de obra, e do dualismo existente entre os setores moderno industrial e um setor ainda atrasado como o agrícola, provocando o que os autores chamam de “heterogeneidade estrutural”, que acompanhava o desenvolvimento capitalista dependente subdesenvolvido, como era o caso do Brasil no final dos anos de 1960.

Se a partir de uma observação mais detalhada deste ensaio e nas questões que ali foram tratadas, e que neste trabalho procuramos fazer uma síntese das questões principais, boa parte destes problemas econômicos e sociais ainda estão visivelmente existindo atualmente no Brasil, e que poucas medidas de solução foram tomadas para minimizar ou até mesmo eliminar tais problemas.

Questões como a concentração de renda estão evidentes neste país.⁹⁷, apesar de que desde 2003 a partir do Governo Luiz Inácio Lula da Silva, ocorreu uma diminuição desta concentração de renda, mas os seus níveis ainda são muito altos.

Quando os autores do ensaio “Além da estagnação”, já questionavam a forma desigual e concentradora em que se difundia o progresso técnico na economia brasileira, podemos evidenciar atualmente que temos um desenvolvimento

⁹⁷ A diferença, no Brasil, entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres ainda é grande, mas tem apresentado uma queda considerável nos últimos dez anos. Entre 2001 e 2011 o rendimento familiar per capita da fatia mais rica caiu de 63,7% do total da riqueza nacional para 57,7%. No mesmo período, os 20% mais pobres apresentaram crescimento na renda familiar per capita, passando de 2,6% do total de riquezas do país em 2001 para 3,5% em 2011. A redução da desigualdade no período deve ser atribuída às políticas de redistribuição de renda no país, com valorização do salário mínimo, expansão da Bolsa Família e ganhos educacionais, que permitem ao trabalhador almejar postos mais altos. Os dados fazem parte da pesquisa Síntese de Indicadores Sociais 2012, divulgado em 28/11/2012, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

econômico industrial, mas que este tipo de desenvolvimento está sendo feito através da integração brasileira ao sistema capitalista internacional, do qual ele se transforma em um apêndice sem autonomia tecnológica e de acumulação de capital. A dependência tecnológica em relação ao exterior é ainda muito mais forte, pois as empresas estrangeiras quando investem no país não se preocupam em desenvolver tecnologia nacional. Por outro lado, através da realização pelas empresas estrangeiras de altas taxas de lucro, boa parte da poupança nacional do país sai como remessas de lucros ao mesmo tempo em que ocorre um permanente processo de desnacionalização da economia brasileira, e este processo atualmente é muito evidente, haja vista às últimas fusões e aquisições ocorridas no país desde nos últimos 10 anos. Estes e demais temas eram preocupações já anotadas quando da elaboração do ensaio que aqui comentamos de Tavares e Serra.

Preferimos fazer alguns comentários sobre esta evidência atual destas questões, frisando que foram problemas não somente levantados por Maria da Conceição Tavares, mas também por José Serra, e, portanto, boa parte desta atualidade das questões se devem também as análises deste último autor, o qual fazemos aqui as devidas referências.

Procuramos nesta segunda parte da dissertação, através da análise das duas teses de Maria da Conceição Tavares, a tese de livre-docência *Acumulação de capital e industrialização no Brasil* (1974) e a tese de professora titular *Ciclo e crise: O movimento recente da industrialização brasileira* (1978), evidenciar as principais contribuições teóricas da autora sobre o processo de industrialização ocorrida no Brasil a partir de meados de 1950, até o final da década de 1970.

Vimos como Maria da Conceição Tavares entendia que o processo de industrialização brasileiro, principalmente a partir da segunda metade da década de 1950, teria superado suas restrições técnicas e financeiras internas e que por isto, o processo de acumulação de capital na economia brasileira estaria dependente apenas de variáveis internas ao processo, ou em outras palavras, o processo de acumulação passa a ser endógeno, e não mais determinado por características externas à economia nacional, dada a dinâmica interdepartamental da indústria nacional.

Dado então que a industrialização brasileira é determinada, segundo Tavares, por fatores internos ou endógenos, segue-se que os chamados desequilíbrios do setor externo ou a restrição externa ao crescimento passaram a ser percebidos como consequência das taxas decrescentes de expansão interna e não como as causas principais das crises quando então se apresentavam.

Adicionalmente, temos nas análises de Tavares que as decisões de investimentos das empresas multinacionais eram tomadas considerando a potencialidade do mercado interno e sua dinâmica de crescimento e expansão, e não guiadas pelos determinantes do mercado internacional.

Outra contribuição importante teorizada por Tavares está caracterizada na ideia que depois de finalizado o processo de industrialização, as chamadas flutuações cíclicas ou os períodos de expansão e crise da economia brasileira devem ser entendidas como endógenas, o que caracteriza quase todas as economias capitalistas maduras. Ou seja, na economia brasileira, desde o período do Plano de Metas de JK, foi internalizado o setor de bens de produção, caracterizando a fase da industrialização pesada e a partir daí o chamado ciclo do capital se completa internamente, e com isso, passa a economia brasileira a incorrer em processo de ciclo endógeno de expansão e crises.

Em resumo, o tratamento teórico e principal contribuição de Tavares analisadas em *Acumulação de capital e industrialização no Brasil* (1998) e *Ciclo e crise* (1998) é que o processo de industrialização restringida chegava ao fim, e, como vimos em apreciações anteriores, este tipo de industrialização restringida se caracterizava por uma atrofia do setor de bens de produção, que caracterizou o período de 1933-1955. Com o advento do processo de internalizar o departamento de bens de produção a partir do Plano de Metas, a autodeterminação do capital estava assegurada e a complementação da dinâmica dos três setores, a saber, o setor de bens de produção, o setor de bens de consumo assalariado e o setor de bens de consumo capitalista, no sentido kaleckiano, passam a ter uma dinâmica especificamente capitalista ao processo de acumulação de capital e, portanto, estaria assegurado o processo de desenvolvimento da economia brasileira.

Portanto, no entendimento de Tavares, as questões relevantes para o processo de industrialização nacional passavam a esbarrar em problemas de insuficiência de demanda efetiva, ou seja, em problemas de realização da produção, que podem ou não se desenvolver numa crise, como em qualquer economia capitalista madura.

Outra constatação teórica da autora se refere à caracterização para a economia brasileira de determinadas estruturas de mercado, elaboração principal constante em *Ciclo e crise* (1998), onde a autora vai especificar os três tipos de estrutura em oligopólio industrial: o oligopólio competitivo, o oligopólio diferenciado concentrado, e o oligopólio puro concentrado.

Dada esta especificação a que mais é determinante na dinâmica industrial brasileira é a estrutura de oligopólio diferenciado, pois representa para Tavares a chamada máquina de crescimento, a que já nos referimos anteriormente. Este termo é entendido no sentido Schumpeteriano, a partir do momento que essa estrutura incorpora os setores metal-mecânico que mais têm crescido à escala da economia mundial, em particular o automobilístico e de material elétrico. A estrutura de mercado baseada no oligopólio diferenciado é que passaria a afetar de forma decisiva a taxa de crescimento econômico e a diferenciação de uma estrutura industrial.

Vimos também outra contribuição de Tavares no que diz respeito ao papel do investimento público na dinâmica cíclica. Na fase de expansão do ciclo, o papel do investimento público era o de executar gastos em infraestrutura e na indústria pesada de insumos básicos para corrigir as restrições apresentadas por esses setores e que tendem a se agravar conforme se processa a expansão econômica e os gastos em setores considerados estratégicos como energia, urbanização, comunicações, transportes, além do chamado gasto social básico, que conforme a autora é o responsável pelas economias externas ao setor industrial.⁹⁸

Prossegue a autora, ponderando que, apesar da importância dos gastos do Estado, estes podem engendrar problemas para a própria estabilidade econômica,

⁹⁸ Vale ressaltar aqui a importância do gasto público que comprometido com os investimentos complementares está subordinado à dinâmica das grandes empresas internacionais que constituem o oligopólio diferenciado de bens de consumo duráveis.

dada as barreiras e os limites de financiamento e da mobilização de recursos reais e que no limite, criam pressões inflacionárias na medida em que se acelera o crescimento.

Conforme analisa a autora, o investimento público gerando demanda autônoma para a economia não poderia manter a taxa de crescimento global da economia sempre elevada. Entretanto, esta demanda autônoma do governo passa a funcionar como um limite de segurança que impede, ou pelo menos pode evitar, uma estagnação prolongada e ajudar a manter a taxa de crescimento mínima, mesmo em períodos de fase decrescente do ciclo.

Na tese *Ciclo e crise, o movimento da industrialização recente* (1998), Tavares trata de uma questão bastante atual para o momento. Estamos falando da questão da financeirização do capitalismo que torna permanente a especulação e a valorização fictícia do capital, subordinando a produção industrial do lado real da economia à lógica do capital liderado pelas finanças. A irracionalidade do capitalismo financeiro contemporâneo é percebida por Maria da Conceição Tavares, no texto “Um contraponto à visão da autorregulação da produção capitalista” uma seção da tese.

Tavares chama de “esquizofrenia do dinheiro” a forma histórica, especificamente brasileira, de resolver o problema da unidade das funções do dinheiro em situações inflacionárias crônicas. Diz a autora que é nas crises que se separam estas duas funções, ou seja, a função do dinheiro como meio de pagamento e a função do dinheiro como “dinheiro financeiro”, que passa a ter como lastro os títulos do Tesouro Nacional. Portanto, esta crise surge como iminente quando se desfaz a unidade entre as órbitas produtivas e a circulação financeira do capital. Tavares tece estas considerações ao final dos anos 1970 e mostra de maneira brilhante, o início da hegemonia do capital das finanças especulativas e de como esta hegemonia e seu *modus operandi* dominam a execução da política monetária no Brasil.

Não precisamos ir muito longe para evidenciar a atualidade da esquizofrenia do dinheiro especulativo na atual etapa de dominância financeira do capital fictício

no capitalismo. Tavares já antevia este domínio, já conseguia diagnosticar o seu início, quando nos relata sobre o predomínio da esfera financeira sobre a esfera produtiva que se verifica final dos anos de 1960 nas condições do domínio da grande empresa multinacional e suas relações financeiras, conduzindo a economia brasileira ao que ela denomina de “sorvedouro especulativo” e da alta do processo inflacionário, o que acaba acarretando na impotência da política econômica nacional para lidar com a conjuntura econômica que assim se apresentava na economia brasileira.

Procuramos, no capítulo terceiro deste trabalho, fazer um apanhado mais geral de suas contribuições críticas, dispersas em vários artigos, ensaios, em alguns livros elaborados pela autora que foram considerados importantes para esclarecer os problemas contemporâneos do Brasil principalmente a partir de meados de 1980, quando elabora o ensaio “A retomada da hegemonia norte-americana” (1985). Inicia-se a partir deste ensaio a sua visão mais geral de procurar entender as relações geoeconômicas e sua visão geopolítica das relações interconectadas entre os países de centro e os países periféricos, principalmente no que diz respeito ao papel central que os estados Unidos passaram a ocupar de forma hegemônica no cenário econômico e político global.

Na totalidade do conteúdo analítico destes ensaios, Tavares reconhece que ambas as ordens, econômica e política, vale dizer, suas maiores preocupações investigativas e teóricas, serão agora permeadas por um paradigma baseado no domínio das relações entre o Estado, suas moedas e a diplomacia das armas, sob a batuta e tutela da liderança norte-americana, não somente no campo econômico e militar, mas também na cultura, na política, e domínio total no campo tecnológico. Mais ainda, Tavares procura mostrar como a partir de meados de 1980 os Estados Unidos retomam o seu poder econômico e político, usando a diplomacia do dólar forte e do aumento das taxas de juros iniciadas no final dos anos 1970.

Vimos que no ensaio intitulado “Pós-escrito de 1997: a reafirmação da hegemonia norte-americana”, elaborado com a participação de Luiz Eduardo Melin em 1997, os autores irão pontuar dois movimentos de reafirmação da hegemonia dos Estados Unidos. Tratou-se de um movimento no plano geoeconômico (da

diplomacia do dólar) e de outro no plano geopolítico (da diplomacia das armas) que alteraram profundamente o funcionamento e a hierarquia das relações internacionais a partir do início da década de 1980 e os seus impactos distintos sobre as periferias e a ordem mundial.

Por outro lado, vimos que Maria da Conceição Tavares não se limita apenas a analisar as condições internacionais em termos de geoeconomia e geopolítica. A autora, em diversos artigos, ensaios e compilação de alguns de seus artigos elaborados para a Folha de São Paulo, que foram transformados em livros, procura analisar alguns pontos que ela considera cruciais para entendermos a natureza da chamada “construção nacional” no Brasil.

Tavares está particularmente interessada em retomar e analisar as questões do que ela chama de “pacto de dominação interna” e da luta de classes, para investigar o núcleo duro da permanência da desigualdade e do subdesenvolvimento no Brasil, das insuficiências da infraestrutura econômica às intoleráveis carências e desigualdades sociais existentes. Nesta temática, recorreremos neste trabalho ao ensaio “Território, império e dinheiro”, que é parte integrante da coletânea de ensaios *Estados e moedas no desenvolvimento das nações* (2000), e também ao artigo “Subdesenvolvimento, dominação e luta de classes”, que faz parte da coletânea *Celso Furtado e o Brasil* (2000).

No que diz respeito às questões da chamada globalização financeira, Tavares destaca várias críticas ao contexto histórico que marca o capitalismo em seu estágio de dominação financeira e que foram devidamente analisados no terceiro capítulo através dos livros *Desajuste global e modernização conservadora* (1993) e *Destruição não criadora, memórias de um mandato popular contra a recessão, o desemprego e a globalização subordinada* (1999), entre outros ensaios e artigos.

Enfim, de uma maneira geral, a partir dos anos de 1990, após Conceição Tavares fazer referência ao predomínio da hegemonia norte americana com a sua retomada no final dos anos 1970, a problemática sobre a qual se debruçará em investigar de maneira mais crítica envolve as questões sobre o processo de globalização financeira. Este processo, impulsionado pelas políticas monetária e fiscal dos Estados Unidos, busca reafirmar o poder econômico americano sobre o

resto do mundo, e de como esta dominação se dá no campo interno dos países periféricos, particularmente no caso da economia brasileira.

Importante destacar também sua trajetória de militância política, ou seja, uma intelectual que não somente era brilhante em sua capacidade teórica de pensar a Economia Política interna e internacional, mas uma intelectual fortemente engajada nas questões políticas do Brasil, quando, por exemplo, foi eleita Deputada Estadual pelo partido dos Trabalhadores (PT) do Rio de Janeiro, exercendo o mandato de 1995 a 1999.

Pudemos constatar a atualidade de seu pensamento, especialmente no que caracterizamos como a terceira fase intelectual de seus trabalhos, compreendendo escritos a partir de meados de 1980. Isto fica claro quando a autora passa a tratar das questões de críticas ao processo de globalização financeira, e analisar com mais detalhes a conjuntura da economia política internacional.

Um dos temas e investigações mais elaboradas por Tavares e que marca boa parte dos seus escritos, diz respeito aos Estados Unidos como potência hegemônica, calcada não somente no poder de sua moeda, o dólar, mas, sobretudo na articulação estrutural entre o sistema de crédito, acumulação primitiva das empresas, consumo privado e a gestão das finanças privadas e do Estado, particularmente no manejo da dívida pública, o que a autora vai denominar de “Globalização americana”.

As análises sobre a hegemonia americana, elaboradas por Maria da Conceição Tavares, procuram demonstrar a verdadeira fusão de funções e de interesses que reafirma o caráter da nova dinâmica de acumulação de capital dos países desenvolvidos. Mostra como os EUA comandam uma espécie de “macroeconomia mundial”, calcada no poder e na riqueza americana, fundados nas relações entre a hegemonia monetária⁹⁹, expansão do crédito, valorização de ativos e crescimento econômico.

⁹⁹ Não poderíamos deixar de citar aqui a esse respeito da hegemonia monetária americana e da expansão do crédito logo após a crise de 2008, a chamada política monetária *Quantitative Easing*, cuja expressão é anglo-saxônica e serve para caracterizar uma política monetária ocasionalmente

Alguns analistas colocavam desde a crise americana iniciada em 1973, que a hegemonia norte-americana estava chegando ao seu final. Pois bem, a autora vai mostrar em dois ensaios que foram analisados no terceiro capítulo desta dissertação que, pelo contrário a hegemonia dos EUA acabaria sendo retomada e reafirmada nos últimos anos, como mostra os dois ensaios, o primeiro intitulado “A retomada da hegemonia norte-americana” e o segundo, “A reafirmação da hegemonia norte-americana” republicados no livro que ela organizou com José Luís Fiori, *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização* (1998). Sobre a questão da hegemonia americana e da globalização financeira, também tratada no capítulo terceiro, cabe frisar que a questão da hegemonia norte-americana continua muito evidente e atual¹⁰⁰, haja vista a discussão que veio à tona novamente quando a partir da crise de 2008, o poderio econômico e hegemônico americano foi colocado em questão, principalmente quando comparado à evolução da China no cenário econômico mundial. O tema é recorrente e Tavares não podia escapar de estar no centro do debate que ela já vinha enfrentando¹⁰¹.

Portanto, procuramos evidenciar a atualidade de uma intelectual da Economia Política no Brasil, resgatando algumas investigações centrais de sua produção acadêmica que revelam sua capacidade intelectual e sua criatividade teórica. Desde o início de sua produção, fica evidente sua erudição na área, sua capacidade de lidar com pensadores diferenciados e de fazer sua síntese de pensamento crítico sobre temas relevantes, principalmente sobre as questões de desenvolvimento, crise, questões políticas e sociais. Deve-se acrescentar sua atuação política e partidária, seu engajamento nas questões mais importantes que afetam a vida

usada pelos bancos centrais e que pretende aumentar a quantidade de dinheiro em circulação na economia. Esta política, que está a ser usada atualmente pela Reserva Federal Norte-Americana (FED) para estimular a economia dos Estados Unidos, baseia-se na compra de obrigações de dívida pública por parte da autoridade monetária, de forma a aumentar a liquidez do sistema financeiro o que vem a validar e evidenciar os argumentos de análise da hegemonia do poder do dinheiro dos EUA em Maria da Conceição Tavares.

¹⁰⁰ Para uma maior referência deste debate atual, consultar EICHENGREEN (2011).

¹⁰¹ Importante registrar aqui as considerações de Maria da Conceição Tavares que na seção intitulada “À guisa de introdução” da sua coletânea de artigos *Da substituição de importações ao capitalismo Financeiro – ensaios sobre economia brasileira* (1983), escrito em Santiago do Chile em 20 de Junho de 1972. Ou seja, há 41 anos, ela já se ocupava em investigar a questão da contradição entre o que a autora chama de “esquema supranacional e a manutenção da hegemonia Americana no mercado mundial”, bem como comenta sobre a extensão da crise norte-americana e a generalização da crise financeira internacional desse período. (TAVARES, 1983, p. 20).

nacional, na dimensão social, econômica e política, enfim na luta para fazer deste país uma verdadeira democracia socialista.

Para finalizar, podemos ficar com estas palavras da autora extraídas do seu livro *Lições contemporâneas de uma economista popular (1994)*:

[...] Estou tentando renascer, deixar o cansaço, a ira, a impaciência e a solidão para trás para poder representar melhor a crença na vida, na esperança de que este povo conquistará o direito de ser feliz, se tiver a coragem de romper, ele também, com o medo, o isolamento e a desesperança (TAVARES, 1994, p.06).

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, R.P. & SILVA, R.C. Uma mestra da periferia do capitalismo: a economia política de Maria da Conceição Tavares. In: **Revista de Economia Política**, São Paulo: vol. 30, n. 4, p.539-559, 2010.

AREND, M. **50 anos de industrialização no Brasil (1955-2005): uma análise evolucionária**. [Tese (Doutorado em Economia) – Programa de Pós-graduação em economia, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre], 2009.

ASSIS, J.C. A questão da poupança: desfazendo confusões. In: DAVID, M. D. & TAVARES, M.C. (Org.) **A economia política da crise: Problemas e impasses da política econômica brasileira**. Petrópolis: Vozes, 5ª ed. 1984.

BAIN, J.S. **Barriers to new competition**. In: TAVARES, M.C. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. 3ª Ed. São Paulo: UNICAMP, 1998.

BARAN, P. **A economia política do desenvolvimento**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

BELLUZZO, L.G. de M. **Valor e Capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

BELLUZZO, L.G. de M. Finança global e ciclos de expansão. In: FIORI, J.L. (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**, 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____; TAVARES, M.C. Capital financeiro e empresa multinacional. In: **Os antecedentes da tormenta**, origens da crise global. Campinas: UNESP, Facamp, 2009.

BENAKOUCHE, R. **Acumulação mundial e dependência**. Petrópolis: Vozes, 1980.

BIANQUI, A.M. **América Latina**: ensayos de interpretación económica. Santiago: Universitária, 1969.

BIELSCHOWSKY, R. Conceição e o crescimento econômico brasileiro. In: GUIMARÃES, J. (Org.) **Leituras críticas sobre Maria da Conceição Tavares**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, Belo Horizonte: UFMG, 2010.

_____, R. Vinte anos de Ierj, cinquenta anos de Cepal. In: MAGALHÃES, J.P. de A; MINEIRO, A.dos S.; ELIAS, L.A.; J. (Org.) **Vinte anos de política econômica**. Rio de Janeiro: Contraponto – Corecon-RJ, 1999.

BONELLI, R., MALAN, P.S. Os limites do possível: notas sobre o balanço de pagamentos e indústria nos anos de 1970. **Pesquisa e Planejamento Econômico** v.6, n. 2, 1976.

BRAGA, J.C. S. Alemanha: império, barbárie e capitalismo avançado. In: FIORI, J.L. (Org.) **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**, 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

BRESSER PEREIRA, L.C. **Estado e subdesenvolvimento industrializado**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. **Desenvolvimento e crise no Brasil**. 5ª ed. São Paulo: Editora 34, 2003.

CANO, W. América Latina: do desenvolvimentismo ao neoliberalismo. In: FIORI, J.L. (Org.) **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**, 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

CARDOSO, F.H.; FALETTO, E. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina**: um ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CARDOSO, F.H. entrevista In: BASTOS, E.R., ABRUCIO, F., LOUREIRO, M.R. (Org.). **Conversas com sociólogos brasileiros**. São Paulo: Editora 34, 2006.

CASTRO, A.B. de. **Sete ensaios sobre a economia brasileira**. Vol. 1, Rio de Janeiro: Forense, 1972.

_____. Agricultura, emprego e desequilíbrios regionais- perspectivas. In: **Sete ensaios sobre a economia brasileira**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1972.

_____; SOUZA, F.E.P. de. **A economia brasileira em marcha forçada**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

COUTINHO, L. Coréia do Sul e Brasil: paralelos, sucessos e desastres. In: FIORI, J.L. (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**, 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. Introdução ao livro de STEINDL, J. **Maturidade e estagnação no Capitalismo Americano**. (Coleção dos Economistas) São Paulo: Abril, 1983.

CRUZ, P. D. **Dívida externa e política econômica**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DA COSTA, F.N. De Maria da Conceição Tavares ao Capitalismo Financeiro. In: PRADO, L.C.D. (Org.). **Desenvolvimento econômico e crise: ensaios em comemoração aos 80 anos de Maria da Conceição Tavares**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2012.

D'AVILLA, J.G. **O desenvolvimento econômico brasileiro entre 1930-1977 na obra de Conceição Tavares- análise de quatro ensaios**. [Dissertação (Mestrado em economia) - Programa de Pós-graduação em Economia, apresentado à Universidade Federal do Rio de Janeiro, Niterói], 2006.

DOS SANTOS, F. P. Os dilemas da economia brasileira na evolução do pensamento de Maria da Conceição Tavares. In: **Leituras de economia política**, Campinas, V. 13 n. 1(18), p. 133-163, Julho de 2011.

EICHENGREEN, B. **Privilégio exorbitante**: A ascensão e queda do dólar e o futuro do Sistema Monetário Internacional. São Paulo: Campus, 2011.

FAJNZYLBER, F. A empresa internacional na industrialização da América Latina. In: SERRA, J. (Org.) **América Latina**: ensaios de interpretação econômica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

FERNANDES, F. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. São Paulo: Global, 2008.

FERNANDES, L. M. Rússia: do capitalismo tardio ao socialismo real. In: FIORI, J.L. (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**, 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

FIORI, J.L. A propósito de uma construção interrompida. In: TAVARES, M.C. (Org.). **Celso Furtado e o Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

FIORI, J.L. Estados, moedas e desenvolvimento. In: FIORI, J.L. (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**, 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

FRANK, A.G. **Acumulação Dependente e subdesenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

FURTADO, C. **Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. **Análise do “modelo” brasileiro**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. **Um projeto para o Brasil**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. **O mito do desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. **O Brasil pós-milagre.** 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. **A Fantasia Organizada.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

GADELHA, Regina Maria A. F. Teoria da Dependência, Ideologia do Colonizado. In: LEMOS, Maria Tereza T. B., BAHIA, Luiz Henrique N. & BARROS, José Flavio P. de. (Org.) **Brasil: Cinco séculos de Memória e História.** Rio de Janeiro: Intercon / NUSEG-UERJ, 1999.

GOLDENSTEIN, L. **Repensando a dependência.** São Paulo: Paz e Terra, 1994.

GONZÁLEZ, H. **O que é subdesenvolvimento.** 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

GUIMARÃES, J. (Org.) **Leituras críticas sobre Maria da Conceição Tavares.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, Belo Horizonte: UFMG, 2010.

HYMER, S. **Internacional operations of national firms.** In: TAVARES, M.C. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil.** 3ª Ed. São Paulo: UNICAMP, 1998.

JÚNIOR, B.M. **Origens sociais da ditadura e da democracia.** São Paulo: Martins Fontes, 1967.

KALDOR, N. Capital accumulation and economic growth. In: TAVARES, M.C. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil.** 3ª Ed. São Paulo: UNICAMP, 1998.

KALECKI, M. Os aspectos políticos do pleno emprego. In: **Crescimento e ciclo das economias capitalistas.** São Paulo: Hucitec, 1983.

LESSA, C. **15 anos de política econômica.** 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. **A estratégia de desenvolvimento: sonho e fracasso.** Brasília: Funcep, 1988.

MANTEGA & MORAES, M. **Acumulação monopolista e crises no Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

MARCOLINO, L.C. e CARNEIRO, R. (Orgs.) **Sistema financeiro e desenvolvimento no Brasil: do Plano Real à crise financeira.** São Paulo: Publisher, 2010.

MARINI, R.M. **Dialética da dependência.** São Paulo: Vozes, 2000.

MARTINS, C.E. **Globalização, dependência e Neoliberalismo na América Latina.** São Paulo: Boitempo, 2011.

MAZZUCHELLI, F. **A contradição em processo: o capitalismo e suas crises.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

MEDEIROS, C.A. e SERRANO, F. Padrões monetários internacionais e crescimento. In: FIORI, J.L. (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações.** 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

MELLO, J. M. C. de. **O capitalismo tardio.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

MELO, H.P. Conceição Tavares: uma mulher política. In: PRADO, L.C.D. (Org.) **Desenvolvimento econômico e crise: ensaios em comemoração aos 80 anos de Maria da Conceição Tavares.** Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2012.

MERHAV, M. **Technological dependence, monopoly and growth.** In: TAVARES, M.C. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil.** 3ª Ed. São Paulo: UNICAMP, 1998.

MINSKY, H.P. **John Maynard Keynes**. Campinas: Unicamp, 2009.

_____. **Estabilizando uma economia instável**. São Paulo: Novo século, 2010.

MIRRELES. A new model of economics growth. In: TAVARES, M.C. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. 3ª Ed. São Paulo: UNICAMP, 1998.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista: O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. Subdesenvolvimento: fênix ou extinção? In: TAVARES, M.C. (Org.). **Celso Furtado e o Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

_____. **A economia da dependência imperfeita**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

PENROSE, E.T. **The theory of the growth of the firm**. In: TAVARES, M.C. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. 3ª Ed. São Paulo: UNICAMP, 1998.

PINTO, A. Natureza e implicações da “heterogeneidade estrutural” da América Latina. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**, vol. 2. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. Notas sobre os estilos de desenvolvimento na América Latina. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**, vol. 2, Rio de Janeiro: Record, 2000.

POSSAS, M. L. **Estruturas de mercado em oligopólio**. São Paulo: Hucitec, 1985.

PREBISCH, R. Problemas teóricos e práticos do crescimento econômico. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**, Vol 1. São Paulo: Record, 2000.

_____. Estudo econômico da América Latina 1949. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**, Vol 1. São Paulo: Record, 2000.

RANGEL, I. **A inflação Brasileira**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1978.

REZENDE, A.L. Estabilização e Reforma: 1964-1967. In: ABREU, M.P. (Org.) **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana (1889-1989)**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

RICARDO, D. **Princípios de Economia Política e tributação**. 2ª ed. (Coleção Os Economistas). São Paulo: Abril Cultural, 1985.

RODRIGUEZ, O. **O estruturalismo latino-americano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

ROSTOW, W.W. **Etapas do desenvolvimento econômico** – um manifesto não comunista. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

SANTOS, T. dos **A teoria da dependência: balanço e perspectivas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SERRA, J.; CARDOSO F.H. As desventuras da dialética da dependência. **Estudos CEBRAP**, n. 23, jan. 1978.

SILVA, S. **Expansão cafeeira e Origens da indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1981.

SINGER, P. **A crise do “milagre”**: interpretação crítica da economia brasileira. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SYLOS-LABINI, P. **Oligopólio y progresso técnico**. In: TAVARES, M.C. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. 3ª Ed. São Paulo: UNICAMP, 1998.

SWEEZY, P.M. **Teoria do Desenvolvimento Capitalista**. (Coleção Os Economistas). São Paulo: Nova Cultural, 1986.

TAVARES, M. C. Além da estagnação. In: TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

_____. Auge e declínio do processo de substituição de importações (1963) In: TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

_____. Notas sobre o problema do financiamento numa economia em desenvolvimento: o caso do Brasil (1967). In: TAVARES, Maria da Conceição. In: **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

_____. Natureza e contradições do desenvolvimento financeiro recente (1971). In: TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

_____. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. São Paulo: Unicamp, 1998.

_____. **Ciclo e crise**: o movimento recente da economia brasileira. Campinas: Unicamp, 1998.

_____. A retomada da hegemonia norte-americana. In: **Revista de Economia Política**, São Paulo: vol. 5, n 2, abr-jun. 1985.

_____. **Destruição não criadora**: memórias de um mandato popular contra a recessão, o desemprego e a globalização subordinada. Rio de Janeiro: Record, 1999.

_____. **Lições contemporâneas de uma economista popular.** Rio de Janeiro: Dazibao, 1994.

_____. (Org.). **Aquarela do Brasil:** ensaios políticos e econômicos sobre o Governo Collor. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1990.

_____. **A economia política do Real.** Discurso apresentado à Câmara dos Deputados – 50 legislatura – 3ª sessão Legislativa, n. 81/97. Brasília: Centro de Documentação e Informação Coordenação de Publicações, 1997.

_____. **Desvendando o Brasil do Real.** Discurso apresentado à Câmara dos Deputados – 50 legislatura – 4ª sessão Legislativa, n. 82/98. Brasília: Centro de Documentação e Informação Coordenação de Publicações, 1998.

_____. Subdesenvolvimento, dominação e luta de classes. In: TAVARES, M.C. (Org.). **Celso Furtado e o Brasil.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

_____. A retomada da hegemonia norte-americana. **Revista de economia política**, São Paulo, v. 5 n. 2 (18), abr./jun. 1985.

_____. Entrevista, In: BIDERMAN C.; COZAC, REGO L.F.L. J.M. (Org.). **Conversas com economistas brasileiros.** 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 1997.

_____; MELIN, L.E. Pós-escrito 1997: A reafirmação da hegemonia norte-americana. In: TAVARES, M. C.; FIORI, J.L. (Org.) **Poder e dinheiro:** uma economia política da globalização. Petrópolis; Vozes, 1998.

_____; ASSIS, José Carlos de. **O grande salto para o caos.** Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

_____; FIORI, José Luís. **(Des) Ajuste global e modernização conservadora.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

_____; DAVI, Mauricio Dias. **A economia política da crise: problemas e impasses da política econômica brasileira**, 5ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

TAVARES, M.C. A retomada da hegemonia norte-americana. In: FIORI, J.L. (Org.). **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. Império, território e dinheiro. In: FIORI, J.L. (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**, 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____; MIRANDA, J.C. Estratégias de conglomeração. In: FIORI, J.L. (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 2000.

TAVARES, M. C. A retomada da hegemonia norte-americana. In: TAVARES, M.C. e FIORI, J.L. (Org.). **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**, 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. Distribuição de renda, acumulação e padrões de industrialização: um ensaio preliminar. In: TOLIPAN, R. e TINELLI, C.A. (Org.). **A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento**, 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

TEIXEIRA, A. Estados Unidos: a “curta marcha” para a hegemonia. In: FIORI, J.L. (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**, Petrópolis: Vozes, 2000.

TEIXEIRA, A. A questão da poupança, desfazendo confusões. . In: DAVID, M. D. & TAVARES, M.C. (Org.) **A economia política da crise: Problemas e impasses da política econômica Brasileira**. Petrópolis: Vozes, 5ª ed. 1984.

TORRES FILHO, E.T. Japão: da industrialização tardia à globalização financeira. In: FIORI, J.L. (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**, 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. Por que ainda não temos crédito privado de longo prazo no Brasil? In: PRADO, L.C.D. (Org.) **Desenvolvimento econômico e crise**: ensaios em comemoração aos 80 anos de Maria da Conceição Tavares. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2012.

TRASPADINI, R.; STEDILE, J.P. **Ruy Mauro Marini**: Vida e Obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

VERNON, R. International Investment and International trade in product cycle. In: TAVARES, M.C. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. 3ª Ed. São Paulo: UNICAMP, 1998.

WERNECK, D. Desempenho industrial, auge e desaceleração dos anos 70. In: SUZIGAN, W. (Org.). **Indústria**: política, instituições e desenvolvimento. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1978.